Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

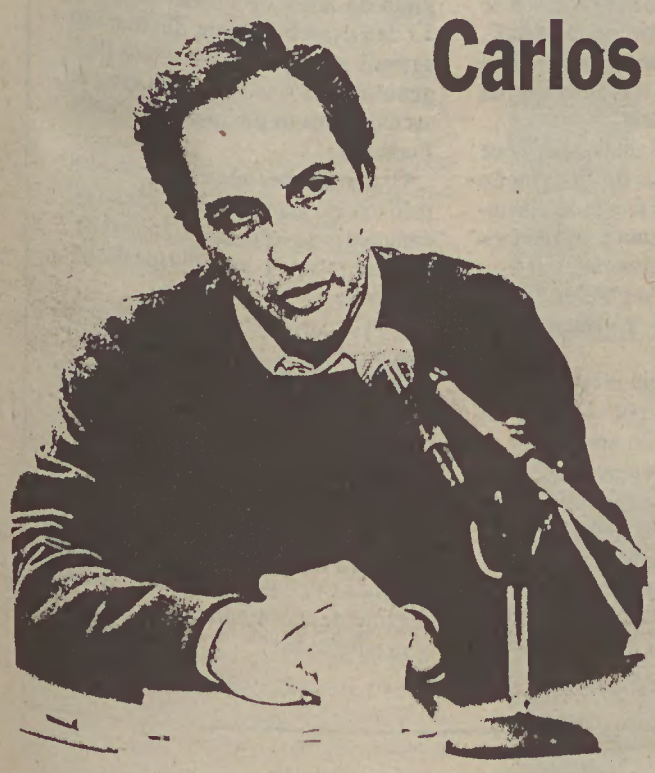
Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISNN 0870-1865
4 de Fevereiro de 1993
Preço: 120$00
(IVA incluído)
N.º 998
Director:
Carlos Brito

Greves a nível nacional na Função Pública, madeiras e têxteis

CGTP marca jornada de luta

Págs. 4 e 5



Carlos Carvalhas no Porto

«É possível necessária e urgente uma política que combata as desigualdades»

Págs. 8 e 9

O tempo do progresso no templo da planície

Reportagem de Henrique Custódio em Évora

Págs. 16 e 17

É imperioso alterar a política educativa do Governo

– conferência de imprensa do PCP

Pág. 3

Privatizações *Contra factos há argumentos?*

– Octávio Teixeira na AR

Pág. 7

Concentração e greve na EDP dia 19

Pág. 24

A deslizante fascização mental na Alemanha

– artigo de Manfred Bleskin

Pág. 22

Aí estão eles...

– artigo de José Casanova

Pág. 18

A Faculdade de Ciências de Lisboa encerra as suas portas na segunda-feira devido ao boicote dos alunos às aulas

RESUMO

27
Quarta-feira

O presidente da República promulga o decreto-lei que estabelece medidas compensatórias para minorar os efeitos da entrada em vigor do Mercado Único no sector aduaneiro ■ A Junta Metropolitana do Porto aprova o Plano de actividade para 93 ■ O parlamento da Eslováquia falha pela segunda vez a eleição de um presidente da República ■ Os EUA revelam que vão lançar mais uma acção humanitária desta vez na Arménia e outras repúblicas do Cáucaso ■ Os líderes muçulmano e croata da Bósnia ordenam a cessação das hostilidades entre as duas partes ■ A justiça alemã decide retomar o julgamento de Erich Honecker e vai solicitar o seu regresso à Alemanha.

28
Quinta-feira

Mário Soares volta a apelar para que Portugal apoie a adesão da Hungria à Comunidade Europeia ■ O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público admite que poderá boicotar a abertura do ano judicial ou iniciar uma ronda de greves ■ Cerca de 300 mil trabalhadores paralisam por completo a indústria têxtil ■ O Senado da Universidade Técnica de Lisboa rejeita a fixação do montante das propinas ■ O governo de Paris admite que a Europa comunitária pode tomar medidas de retaliação contra os Estados Unidos e à sua imposição de novas barreiras proteccionistas às importações de aço por 19 países ■ A libra irlandesa é desvalorizada em dez por cento relativamente às restantes do SME ■ Distúrbios começam na capital do Zaire em consequência da recusa dos comerciantes em aceitar as novas notas de 5 milhões de zaires, com que foram efectuados os pagamentos dos prés.

29
Sexta-feira

Mário Soares recusa, na abertura da conferência nacional sobre o estado da Justiça, ser encarado como uma força de bloqueio e defende a total independência dos tribunais face ao poder político; o Presidente da República inicia a sua presidência aberta na Área Metropolitana de Lisboa ■ O governo demite os gestores da RTP na sequência da assinatura de um contrato entre a televisão pública e o Benfica, que envolveu 600 mil contos utilizados pelo clube na compra de Futre ■ Seis sindicatos e a administração da CP alcançam um acordo que prevê a redução do horário de trabalho semanal e a revisão do regulamento das carreiras ■ O presidente sul-africano anuncia que tenciona formar um governo interino multi-racial em Junho próximo.

30
Sábado

Cavaco Silva admite na Suíça o aumento do desemprego em Portugal e defende a aceleração do processo de criação de uma moeda única na Comunidade, para combater a turbulência cambial ■ A TVI, a segunda televisão privada portuguesa, inicia as suas emissões experimentais ■ Desalojados de Camarate são instalados num armazém do Bairro da Fraternidade em S. João da Talha ■ Em toda a Alemanha realizam-se marchas silenciosas de milhares de manifestantes para assinalar o 60º aniversário da subida de Hitler ao poder ■ Os militares rebeldes filipinos suspendem a sua participação nas negociações de paz acusando o governo de desrespeitar o compromisso de libertar todos os militares ■ A libra irlandesa é desvalorizada em dez por cento relativamente às restantes do SME.

31
Domingo

Elementos do Grupo de de Operações Especiais da Polícia de Segurança Pública logra evacuar 150 refugiados do Zaire ■ A Associação de Moradores do Bairro da Fraternidade, sem S. João da Talha, decide manifestar a sua oposição à permanência dos desalojados de Camarate naquele bairro.

1
Segunda-feira

A falta de pessoal leva o conselho directivo a encerrar a Escola Secundária Pedro Nunes, em Lisboa ■ O IPE revela que o investimento português caiu em 4,8 por cento em 1992 e deverá crescer menos de 0,7 por cento em 1993 ■ O conselho directivo da Faculdade de Ciências de Lisboa decide encerrar por tempo indeterminado o estabelecimento de ensino, devido ao boicote às aulas pelos alunos ■ O PS reclama no Parlamento a realização de uma auditoria à gestão da RTP, relativamente aos contratos celebrados com clubes de futebol ■ A Comunidade Europeia inicia as negociações com os três candidatos à adesão - Áustria, Finlândia e Suécia ■ A guarda leal ao presidente zairense cerca o centro de Kinshasa, barricando os acessos ao Bairro de Gombe onde estão instaladas algumas residências de embaixadores e onde os estrangeiros procuram refúgio.

2
Terça-feira

A Assembleia da República aprova por unanimidade um voto de repúdio veemente pelo prosseguimento do julgamento de Xanana Gusmão ■ Os cerca de 400 deportados palestinianos rejeitam categoricamente a proposta israelita de repatriamento de uma centena entre eles ■ É comemorado na Rússia o 50º aniversário da vitória soviética sobre os nazis na Batalha de Estalinegrado ■ O presidente checo, Vaclav Havel, toma posse do cargo ■ Duas centenas de pessoas participam na concentração organizada, em Lisboa, pelos brasileiros residentes em Portugal para protestar contra as restrições impostas à entrada de concidadãos no País ■ Os ministros do Comércio da CE condenam as medidas proteccionistas da nova administração norte-americana em matéria comercial.

No papel de porteiros da CE

O País tem sido surpreendido e chocado com as notícias sobre a proibição da entrada em Portugal de muitos cidadãos brasileiros e o tratamento desumano a que alguns foram sujeitos no aeroporto de Lisboa.

Com menos repercussão na comunicação social, também cidadãos dos PALOPs têm sido vítimas de idênticas medidas.

É o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que interpreta este comportamento discriminatório e repressivo das autoridades portuguesas.

A responsabilidade cabe, no entanto, por inteiro ao Governo do PSD que dá as ordens ao SEF e lhe tem dado plena cobertura numa actuação que mancha indelevelmente a imagem do nosso país perante povos a que estamos ligados por séculos de história comum.

As declarações do ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, e do Secretário de Estado, Carlos Encarnação, não deixam dúvidas a tal respeito.

Este aferrolhar das fronteiras faz parte da política de "caça aos imigrantes" originários do "terceiro mundo". Ambas nos são impostas pela Comunidade Europeia. Ambas ofendem a consciência nacional, são lesivas dos interesses externos do nosso país, originando inevitáveis retaliações, e fomentam a xenofobia e o racismo que têm sido estranhos ao nosso povo.

O Presidente da República, Mário Soares, já sentiu necessidade de declarar a propósito: "Temos regras comunitárias, mas temos que ter inteligência e bom-senso para aplicá-las".

O que é designado por regras comunitárias são os Acordos de Schengen e Dublin e a parte correspondente do Tratado de Maastricht. Em obediência aos compromissos que assumiu no quadro comunitário, o Governo produziu nova legislação em relação à "regularização extraordinária dos imigrantes" e em relação ao "regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros".

Com esta nova legislação, o Governo de Cavaco Silva colocou as autoridades portuguesas no papel subalterno de porteiros da CE e aceitá para desempenhá-lo um duro e rigoroso regulamento que é incompatível com a nossa história e, em especial, com os laços que estabelecemos com o povo brasileiro e os povos dos PALOPs.

Dias Loureiro e Carlos Encarnação podem sentir-se muito orgulhosos na farda de porteiros da Comunidade. Os portugueses só têm razão para se sentirem envergonhados, humilhados e prejudicados com tal papel.

As duas peças legislativas que atrás referimos - a "regularização extraordinária dos imigrantes" e o "regime de estrangeiros" - combinam-se perfeitamente. É à luz delas que o Governo está a actuar (embora a segunda não tenha ainda sido publicado no Diário da República).

A "regularização", nos termos em que tem sido executada pelo Governo, é uma verdadeira fraude. Não houve publicidade bastante, o período é extremamente curto, as dificuldades que se apresentam aos imigrantes (por exemplo, a recusa por parte dos patrões de certificarem que estão a trabalhar) são quase inultrapassáveis.

Há por isso quem diga com fundamento que, mais do que "regularizar" os clandestinos, o objectivo da lei é identificá-los.

O prazo para a regularização termina no dia 13 de Fevereiro. Calcula-se que nessa data cerca de 90 mil imigrantes ainda não tenham conseguido a regularização.

Dias Loureiro e Carlos Encarnação podem sentir-se muito orgulhosos na farda de porteiros da Comunidade. Os portugueses só têm razão para se sentirem envergonhados, humilhados e prejudicados com tal papel.

Aqui entra em acção a segunda peça legislativa, o tal Decreto-Lei que "estabelece o novo regime de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional", para assegurar a sua expulsão ou o seu internamento nos "Centros de Instalação Temporária".

Não se conseguiu ainda saber o que são estes "Centros de Instalação Temporária", mas receia-se justamente que se pareçam com Campos de Concentração temporários.

A mesma lei do "regime de estrangeiros" garantirá a "purificação" da imigração futura.

A lei comporta um nível inadmissível de exigências, por exemplo, "os interessados deverão apresentar, se necessário, documentos que justifiquem o motivo e as condições de entrada ou do trânsito pretendido".

Estabelece condições para interditar a entrada que poderão permitir todo o arbítrio, por exemplo: "fortes indícios de que tenciona praticar um delito grave" ou que "constituem uma ameaça à ordem pública". São da mesma natureza os fundamentos para a expulsão ou para o internamento em "Centros de Instalação".

As disposições desta legislação são, assim, revoltantemente reveladoras da espessura das muralhas que a "Europa de Maastricht" pretende levantar à sua volta para impedir o acesso de estrangeiros e, especialmente, a forma arrogante com que discrimina os povos do "terceiro mundo".

Esta legislação de perseguição aos imigrantes e as práticas a que assistimos, incluindo da parte das autoridades portuguesas, não só não contrariam, como não podem deixar de influenciar negativamente fenómenos de xenofobia, de racismo e de nacionalismo numa Europa onde estes fenómenos já apresentam tão graves desenvolvimentos e mesmo num país onde não têm tradição, como o nosso.

Dá que pensar como é que o Embaixador de Portugal em Brasília, Leonardo Matias, pôde usar expressões tão desrespeitosas para o povo brasileiro como as de "vagabundo" e "mulatinha" para se referir aos cidadãos brasileiros impedidos de entrar em Portugal.

A luta contra o nacionalismo, o racismo e a xenofobia é hoje uma grande tarefa que se coloca às forças democráticas e progressistas do nosso país.

É preciso travá-la, em primeiro lugar, contra as tendências que com esse carácter se manifestam na legislação e na actuação comunitária e na legislação e na actuação governamental.

Conseguir que seja prolongado o prazo para a regularização extraordinária dos imigrantes, com o adiamento razoavelmente prolongado do marco estabelecido para 13 de Fevereiro é, sem dúvida, um grande serviço a prestar aos imigrantes, mas é também um grande serviço para os portugueses e para Portugal.

Os portugueses que têm espalhadas pelo mundo grandes comunidades de emigrantes são capazes de compreender muito bem a comunidade destes interesses.

O PCP corresponde, por inteiro, a este sentimento nacional dando todo o apoio para o adiamento do prazo de 13 de Fevereiro, incluindo, com a apresentação, já há dias verificada, de um projecto de lei da Assembleia da República e anunciando o propósido de chamar a ratificação, para o alterar profundamente, o Decreto-Lei que estabelece o novo regime de estrangeiros, logo que seja publicado.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000$00. CRC matrícula: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 396 87 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Ldª, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef: (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e impresso na Heska Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 número: 5.400$00; 25 números: 2.790$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 número: 6.786$00
ESPANHA — 50 número: 8.326$00
MACAU — 50 número: 13.042$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

É imperioso alterar a política educativa do Governo

O PCP promoveu ontem uma conferência de imprensa sobre política educativa que contou com a participação de Edgar Correia, da Comissão Política, de António Filipe, deputado e do CC, e de Paulo Rodrigues, professor do ensino secundário e da DORS, cujo texto transcrevemos.

O PCP considera muito preocupante a situação que se vive no sector da educação.

Multiplicam-se os factores de instabilidade e de crise em diversos graus de ensino, com graves consequências para os estudantes, os professores e os funcionários das escolas.

Crescem justificados motivos de inquietação para muitas famílias.

O Governo e o Ministério da Educação não podem deixar de ser vivamente responsabilizados pela situação criada. E é real o risco, a não ser alterada a política que tem sido seguida, de o presente ano escolar não terminar sem mais perturbações e danos.

Por isso, dando voz ao descontentamento e ao movimento de protesto que alastra no sistema educativo; indo de encontro às preocupações que se avolumam na opinião pública; - o PCP questiona a política educativa do Governo e exige a sua urgente alteração.

Sem deixar de salientar a necessidade de serem no imediato resolvidos os problemas que estão a polarizar o descontentamento e a justa luta dos estudantes (com destaque para a luta contra o aumento das propinas), dos professores (que motivam só na presente semana duas concentrações sindicais junto do Ministério da Educação), bem como dos pais e encarregados de educação, o PCP proclama a necessidade da política educativa nacional ser reconduzida ao respeito pelos princípios, valores e objectivos democráticos, consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Torna-se público que, no mesmo sentido, o Grupo Parlamentar do PCP vai promover na Assembleia da República, no início de Março, uma interpelação ao Governo sobre Política Educativa.

Não ao aumento das propinas

A obstinação do Governo em fazer aplicar o aumento das propinas, contra a vontade que tem sido expressivamente manifestada pela grande maioria dos estudantes e pelo corpo docente e órgãos escolares dos principais estabelecimentos públicos do ensino superior e as recentes ameaças do ministro da Educação às Universidades, configuram uma situação particularmente grave.

O PCP manifestou-se, desde a primeira hora, contra os planos do Governo de aumento das propinas. Nomeadamente: por ser uma medida contrária aos interesses nacionais e ao desenvolvimento do país, que exigem não a redução mas a expansão da frequência do ensino superior público, a sua democratização, a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, a par da elevação da sua qualidade; por se tratar do primeiro passo para impor aos alunos do ensino superior público e às suas famílias o pagamento do chamado custo real do ensino; e pelo facto da "lei das propinas", ao contrariar a progressiva gratuitidade de todos os graus de ensino público, violar de forma flagrante o espírito e o próprio texto da Constituição.

Face às magníficas expressões de resistência ao aumento das propinas por parte dos estudantes e às posições de muitos docentes e de órgãos escolares no mesmo sentido; fracassada a operação de mistificação em torno do alegado propósito de promover a "justiça social" através do aumento das propinas; fracassadas também as manobras do ministro da Educação para dividir os estudantes e para quebrar as expressões de unidade dos docentes e discentes e as posições combativas de importantes órgãos escolares; denunciada a ilegalidade e a grosseira violação da autonomia universitária que representa a tentativa de impor as propinas através do Orçamento do Estado; - o isolado ministro da Educação deixou cair a máscara dialogante e recorreu, nos últimos dias, às ameaças contra as Universidades à velha maneira do "antigamente".

O PCP, denuncia vivamente tais ameaças contra as Universidades e os divulgados propósitos repressivos por parte do Ministério da Educação.

O PCP chama em especial a atenção para a gravidade que assumiria a tentativa de violação, por parte do Governo, da Autonomia das Universidades e para as suas imprevisíveis consequências.

As Universidades portuguesas lutaram durante muitos anos pela sua autonomia, alcançaram-na com o 25 de Abril e viram-na depois legalmente consagrada - no plano estatutário, científico, pedagógico, administrativo, financeiro e disciplinar -, autonomia que o Governo tem o absoluto dever de respeitar.

O PCP ao mesmo tempo que reafirma a sua solidariedade e apoio aos estudantes do ensino superior em luta e aos órgãos escolares que, corajosamente, têm erguido a sua voz pela não aplicação do aumento das propinas, afirma a sua disposição de prosseguir, por todos os meios ao seu alcance, a defesa da revogação da lei das propinas.

Promover o sucesso ou mascarar o insucesso – eis a questão

Causaram polémica junto da opinião pública declarações proferidas pelo Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário sobre a decisão de estender ao 7º ano de escolaridade o regime de não exclusão da frequência escolar por excesso de faltas.

É bom que fique esclarecido que, sendo a assiduidade um dos factores que contribuem para a realização, com regularidade, das aprendizagens, o excesso de faltas afectará, quase inevitavelmente, o rendimento e o aproveitamento dos alunos, embora a reprovação dos alunos só porque deram muitas faltas não seja automática.

É perfeitamente compreensível, por isso, a preocupação manifestada por muitos pais e professores com esta "liberalização" do regime de faltas no 3º ciclo do Ensino Básico. O nível etário dos alunos, as características da adolescência, a pobreza de meios e de centros de interesse de muitas e muitas escolas portuguesas, associados a "poder-se faltar sempre, que isso não faz mal" e à ideia, errada, de que, agora "passa-se sempre", são factores que, agindo em conjunto, poderão potenciar desvios para outros locais, ocupações menos desejáveis, reais faltas à escola, menor motivação para o estudo, aprendizagens mais incipientes e "sucessos" mais mal sucedidos.

O PCP entende que todos os esforços devem ser concentrados na tarefa de garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos a todos os portugueses.

Mas é essencial assegurar que a frequência da escola garanta efectivamente a todas as raparigas e rapazes uma formação de base sólida, prosseguida com regularidade e sucesso, o que actualmente não sucede.

Os alunos, particularmente aqueles para quem a escola, as aulas, são objecto de rejeição ou de afastamento, os alunos que na escola não encontram motivação e que são atraídos por centros de interesse exteriores à escola, não podem ser deixados à sua sorte ao longo do seu percurso escolar. O Estado não pode ficar de bem com a sua consciência se se limitar, no termo dos 9 anos de escolaridade obrigatória, a atribuir a um em cada três portugueses não um diploma, mas um mero certificado de frequência sem qualquer valor. Assim apenas se muda o nome com que é designado o insucesso.

A presunção de que a reprovação dos alunos no final do ano deve passar a ser uma situação excepcional - o que, em si, é o maior e mais justo desejo de alunos, professores e pais - implica pois que em cada escola e contrariamente ao que hoje se verifica, existam espaços, professores disponíveis e preparados, recursos pedagógicos de qualidade para oferecer aos alunos com dificuldades, e tão cedo quanto possível, medidas de apoio educativo que levem à superação das muitas dificuldades existentes. Esta é que é a questão de fundo para assegurar um verdadeiro sucesso escolar.

Por tudo isto o PCP reclama, uma vez mais, uma viragem na política educativa que tem estado a ser seguida, exige uma aposta na educação, apela ao combate pelo futuro.

Exige, como o fez aquando da discussão e votação do Orçamento do Estado, mais investimento na Educação. Só um empenhamento acrescido neste sector pode vencer o atraso em que vivemos. Este atraso tem de ser vencido. Com melhores condições de funcionamento e de segurança das escolas, para que não se repitam situações como as do Pedro Nunes, que o respectivo Conselho Directivo teve há poucos dias que encerrar por falta de funcionários. Com a construção de mais escolas, concebidas como espaços atraentes, em que a relação humana possa ser próxima e calorosa, em que se possam conceber e desenvolver as actividades escolares e actividades circum-escolares, com tempos que permitam o encontro, com projectos que apontem rumos de crescimento e formação pessoal e social, que entendem o saber como uma construção pessoal e o aprender como uma oportunidade de enriquecimento e de prazer. Com a formação dos professores necessários e com a preparação que o desempenho da sua profissão exige, onde, ao lado dos saberes científicos próprios das áreas que ensinam, se devem reconhecer como imprescindíveis os saberes pedagógicos e didácticos e as competências que os papéis que lhes estão atribuídos tornam indispensáveis. Com mais apoio social às famílias de menores recursos. Com apoio escolar aos alunos com dificuldades.

Um ensino da mais alta qualidade para todos os portugueses é o combate essencial que o PCP assume em matéria de política educativa.

TRABALHADORES

Aumentam as lutas na Função Pública

Sindicatos rejeitam degradação das condições de vida

Ao anunciar para amanhã um plenário nacional da Segurança Social, no Pavilhão Gimnodesportivo 1.º de Maio, em Lisboa, a comissão negociadora sindical (CNS) da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública acrescenta que «serão aprovadas outras acções, quer imediatas, quer a desenvolver a médio prazo», nesse e noutros aspectos da AP, «contra a degradação das condições de vida» numa vasta área de actividade, onde o Governo continua a querer impor aumentos salariais «entre 4,88 e 5,4 por cento», sem ter respondido ao pedido dos sindicatos para «uma negociação suplementar», numa altura em que noutros sectores alheios à Administração (AP) «diversos processos negociais» têm proporcionado «aumentos das tabelas salariais entre 9 e 12 por cento».

A CNS reafirma que «a questão salarial não se encontra encerrada». Num comunicado de quinta-feira passada, onde acentua «a necessidade do recurso a novas formas de luta por parte dos trabalhadores da AP», a comissão anuncia para esta semana (1 a 5 de Fevereiro) «uma semana de luta» e sublinha «o ataque à estabilidade de emprego, através da implementação da lei dos disponíveis».

Segurança Social, Ensino e Saúde são as áreas da AP onde, no entender dos sindicatos e da CNS, o Governo prejudica «a eficácia e a correcta prossecução dos objectivos» que deveriam corresponder a «uma função social determinante».

A chamada «reestruturação» do sistema de Segurança Social constituiu forte preocupação para os sindicatos. A CNS adianta que essa «reestruturação» juntamente com «a perspectiva governamental de alteração do estatuto de aposentação» levarão «a menos e pior segurança social para os aposentados».

Os sindicatos e a CNS reclamam «salários justos, estabilidade de emprego, pensões dignas».

A CNS, que torna pública «a sua adesão à semana de luta convocada pela CGTP-Intersindical Nacional» (15 a 19 de Fevereiro), apelando à participação «em todos os distritos do País», anuncia de 2 a 4 do corrente «uma concentração de professores junto do Ministério da Educação», a continuar na semana seguinte; hoje, 4, «uma concentração de trabalhadores da Administração Local junto da Presidência do Conselho de Ministros» e, para amanhã, 5, uma «jornada de luta dos trabalhadores da Segurança Social».

A Segurança Social tem razões acrescidas para a luta sindical

Greves de técnicos

Paralisações parciais, entre 1 e 5 do corrente, foram anunciadas quinta-feira pela CNS, abrangendo os técnicos de emprego, monitores, promotores e técnicos de formação profissional (14 às 15 e 30 de 1 do corrente); o mesmo pessoal do IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) no mesmo período do dia seguinte; e a mesma acção do mesmo pessoal por igual período no dia de hoje.

Estas formas de luta coincidem hoje, quinta-feira, com a «concentração de representantes dos trabalhadores da Administração Local, junto da Presidência do Conselho de Ministros», a partir das 9 horas, e com a «concentração de professores junto do Ministério da Educação», pelas 11 horas.

Amanhã, sexta-feira, haverá uma «concentração de representantes dos trabalhadores da Segurança Social junto ao INATEL», em Lisboa. Os participantes deslocam-se depois para o Ministério do Emprego e Segurança Social (15 horas), onde aprovarão «um calendário de lutas, incluindo greves, a decorrer ainda no mês de Fevereiro». Estas acções voltam a coincidir com a greve parcial (14 às 15 e 30) dos técnicos de emprego, monitores, promotores e técnicos de formação profissional do IEFP.

Em 9, 11 e 16 do corrente continuarão as concentrações de professores junto do Ministério da Educação.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores convocava, entretanto, para 9 do corrente, uma assembleia de delegados sindicais, a efectuar pelas 14 e 30 na sede em Lisboa. Da ordem de trabalhos consta o Congresso da CGTP-IN e o processo reivindicativo.

Sabia-se, por outro lado, que a percentagem de adesão à greve nacional de 15 de Janeiro na Administração Pública atingiu os 76 por cento de adesão entre os trabalhadores dos Impostos (DGCI e DGT) a nível de todo o País.

O pessoal dos Municípios continua a reclamar negociações

STAL em vigília

O STAL anunciou para hoje uma concentração em Lisboa. O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (na foto, manifestando-se na Praça do Comércio) dará hoje no local da vigília, junto à Presidência do Conselho de Ministros, uma conferência de imprensa e reafirma, como os restantes sindicatos, que o processo de negociação salarial não se encontra encerrado com a publicação da Portaria 1164-A/92, que «impõe aumentos salariais abaixo da inflação»

Repressão na Prequel

O sócio-gerente maioritário da Prequel, fabricante de material eléctrico de Gondomar, deu ordens ao porteiro para não deixar entrar na empresa dois dirigentes sindicais do STIEN. A direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte emitiu um comunicado quinta-feira passada para protestar publicamente contra essa decisão ilegal, pois os dirigentes do STIEN iam tomar parte num plenário de trabalhadores, «previamente comunicado e convocado nos termos da lei».

A atitude do gerente não impediu o plenário, que se efectuou «com os trabalhadores na parte de dentro da empresa e os dirigentes na parte de fora».

O STIEN, ao acusar aquele empresário, de apelido Barbosa, de «falta de palavra», pois tinha prometido em Dezembro último «um clima de confiança e diálogo», se os trabalhadores suspendessem «a sua luta por um caderno reivindicativo de melhores salários e regalias sociais», vai intervir «junto de organismos competentes» para reposição da legalidade e defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores».

Números da Carris

Segundo o relatório financeiro e estatístico da Carris, citado pela comissão de trabalhadores em 22 do corrente, «comparando o período de Janeiro a Setembro de 1992 com igual período de 1991», a empresa «ofereceu aos utentes menos 110 415 787 lugares por quilómetro». O número de passageiros transportados, também por quilómetro e em relação aos mesmos períodos, «decresceu em 31 182 215». A CT da Carris, que intitula o seu comunicado «A propósito de modernização...» protesta contra este «resultado da eliminação e encurtamento de carreiras». Assinalando ainda outras anomalias da «modernização», designadamente com reflexos nos já baixos salários e no volume do emprego, a CT reafirma que modernizar a empresa não se faz «unilateralmente» e «à custa dos trabalhadores». A CT reclama «uma política de desenvolvimento de que resulte, efectivamente, o aumento da oferta e a melhoria das condições de transporte».

Acordo na CP

Sabia-se entretanto pela Lusa, no sábado, que seis sindicatos e a administração da CP tinham chegado a acordo quanto à redução do horário de trabalho e à revisão do acordo de carreiras. As negociações salariais começam este mês. A CP emprega 19 mil trabalhadores.

A Carris no Colégio Militar (foto de arquivo)

TRABALHADORES

Jornada da CGTP

Prevista manifestação nacional

Em defesa de salários dignos, segurança no emprego e uma melhor política de saúde e protecção social, a CGTP-IN anunciou, como noticiámos a semana passada, uma jornada de luta entre 15 e 19 do corrente. É provável que a confluência das acções em empresas e sectores na primeira metade deste mês leve a uma manifestação em Lisboa depois da jornada nacional.

Recorda-se que ultimamente têm aderido a paralisações, greves e outras formas de luta grande número de empresas e sectores de actividade, designadamente o têxtil, a Função Pública em geral, a EDP (ver página 24 nesta edição), as madeiras, a Soares da Costa, ferroviários, professores, enfermeiros, hotelaria, Segurança Social.

A CGTP tem desenvolvido, entretanto, vários contactos e solicitado audiências, inclusivamente ao Presidente da República, Mário Soares, e ao bispo de Setúbal, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, aos partidos e a várias entidades, no sentido de debater a política de Saúde e o correspondente Estatuto Nacional.

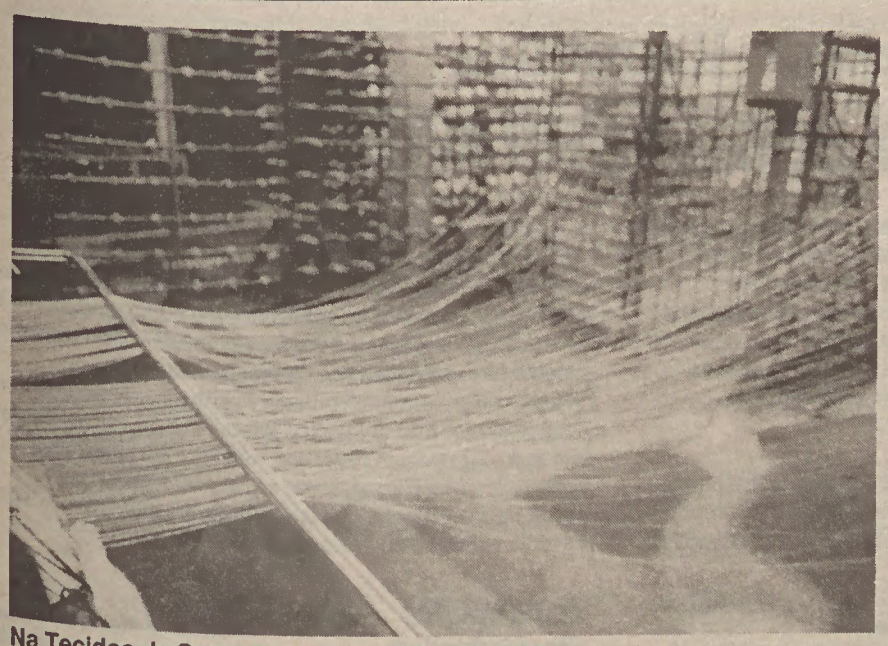
O coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, depois de reunião com o bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, que preside à Comissão Episcopal da Associação Social e Caritativa da Conferência Episcopal Portuguesa, disse aos jornalistas que a CGTP-IN tinha saído dessa reunião «com mais força e mais convicção de que a política de Saúde e o Sistema Nacional de Saúde têm de ser alterados».

Segundo o coordenador, o bispo mostrou-se «apreensivo» pelo facto de o novo sistema de saúde promover a «exclusão dos mais desfavorecidos». Manuel Carvalho da Silva destacou que as questões da Saúde estão relacionadas com «outros factores da realidade social», designadamente com a Segurança Social e o emprego. Embora «esteja traçado o seu fio condutor, que é a privatização», o processo do sistema de saúde «não está encerrado», disse ainda aquele dirigente sindical, que se encontrava acompanhado por Emídio Martins e Maria do Carmo Tavares, membros da comissão executiva da Central.

Campanha dos direitos

No âmbito da **campanha dos direitos** e inserido na fase preparatória do VII Congresso da CGTP-IN, o plenário nacional da Interjovem efectuado em 23 de Janeiro em Aveiro acentuou a crescente precariedade do emprego, a rotatividade do posto de trabalho, «os despedimentos generalizados e o aumento do desemprego, o aumento do trabalho infantil», a situação repressiva em geral, designadamente com cortes de prémios a activistas sindicais, os processos disciplinares, as cargas horárias elevadas. Além de questões de intervenção dos trabalhadores mais jovens na vida sindical, foi decidido, em especial quanto ao Congresso da CGTP, «a criação de condições para que entre os delegados eleitos» se consiga «uma boa presença de jovens», bem como «o reforço da participação da Interjovem na estrutura da CGTP-IN, nomeadamente no seu Conselho Nacional».

Participaram no plenário nacional 120 jovens. 41 eram delegados e dirigentes. Os trabalhos contaram com a presença do coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, e de Carlos Carvalho, do Conselho Nacional.



Na Tecidos de Santo Tirso, Novembro de 1990

Têxteis

Marcada para 8 nova greve no sector

As empresas dos sectores têxtil, lanifícios, vestuário, malhas e tapeçarias que não tenham pago qualquer aumento de salários em Janeiro estão sujeitas a nova greve marcada para segunda-feira, 8 do corrente.

A greve, que se segue à de 22 de Janeiro, anunciada sexta-feira pelo plenário geral de sindicatos da FESETE, deve também, segundo a orientação sindical, ser seguida por «todos os que não aceitam e queiram exigir mais do que os míseros 5 a 6 por cento recomendados pelas associações patronais».

Os trabalhadores, a cumprir-se o pré-aviso, voltam à greve porque a reunião de conciliação no Ministério do Emprego e Segurança Social, sexta-feira, 28, não deu qualquer resultado.

A FESETE (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal) sublinha que «as associações patronais são responsáveis pela conflitualidade social».

O plenário da FESETE decidiu não assinar qualquer acordo com essas associações de que resulte «uma diminuição dos salários reais em 1993».

Os sindicatos avisam que a aceitação de aumentos salariais «inferiores a 10 por cento» em 1993 significa viver pior ainda do que no ano passado.

Balanço de 22

O Plenário, ao proceder ao balanço da greve de 22 de Janeiro, concluiu que a jornada «foi globalmente positiva».

Milhares de trabalhadores pararam o trabalho. Mas esse sinal deve-se sobretudo, no entender dos sindicatos, aos «cerca de 20 mil trabalhadores que não fizeram greve, porque negociaram nas empresas, ou estas se comprometeram a aumentar os salários» em valores que «vão até 12 por cento, subsídios de alimentação até 750 escudos, horários de trabalho de 42 e 42 horas e meia (maioria no vestuário), aumentos dos períodos de férias para 23 e 24 dias úteis e, em alguns casos, o 15.º mês, bem como o respeito pelos actuais direitos contratuais».

Fonte sindical dizia entretanto à Lusa que «as associações patronais privilegiam o apoio político ao Governo em detrimento dos seus trabalhadores e das próprias empresas».

Greve nas madeiras

Na Soares da Costa está anunciada uma concentração

Contra a imposição de aumentos salariais de 3 por cento e sob o lema de «Não às esmolas», a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármores (CGTP) convocou para hoje uma greve nacional durante o segundo período de trabalho. Além dos baixos salários, o patronato diz não à redução dos horários e não quer ir além dos 170 escudos no subsídio de alimentação.

Na Soares da Costa, grande empresa de construção civil, a administração propôs sete por cento de aumentos salariais para 1993.

Após plenários efectuados recentemente com os trabalhadores, a comissão negociadora do caderno reivindicativo anunciava no Porto uma concentração, em frente à sede da empresa em 15 do corrente.

A comissão acrescenta que os trabalhadores «estão mobilizados para a greve, caso a administração não avance nas negociações».

Aumenta o desemprego

Como sucede na cristalaria da Marinha Grande, voltam a surgir salários em atraso, enquanto que o desemprego aumenta, mesmo nas «contas» do INE. Na Empresa de Pesca de Aveiro são 15 as operárias da seca a quase totalidade do pessoal ameaçado de despedimento.

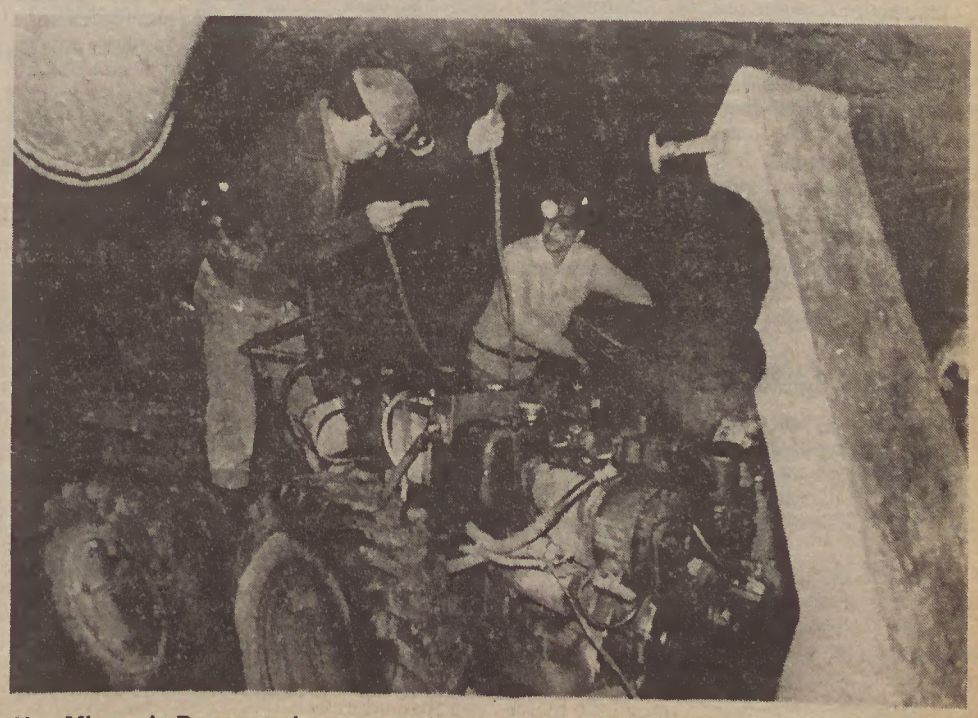
Na Panasqueira, prepara-se o despedimento colectivo de 122 trabalhadores e mais postos de trabalho estão em risco.

Na CP são propostas aos sindicatos «bolsas de excedentários».

Os aduaneiros em Vilar Formoso perdem mais de 220 postos de trabalho.

No Instituto Nacional de Estatística (Divisão Periférica de Registo de Dados de Tomar) são 39 os trabalhadores ameaçados com o quadro de excedentes. Na Segurança Social, além das mesmas ameaças no distrito de Bragança (100 trabalhadores, como noticiámos a semana passada), há o caso do Centro Regional do Porto, onde algumas centenas de trabalhadores se concentraram, quinta-feira passada, protestando contra a aplicação da «lei dos disponíveis».

Exemplos, afinal, de uma política de alegada reestruturação e «modernização», onde o factor humano conta cada vez menos. Efeitos, também, de dificuldades que poderiam superar-se em muitos casos, se as decisões não fossem unilaterais, se fossem ouvidos os trabalhadores e os seus representantes eleitos em empresas e sectores.



Nas Minas da Panasqueira ameaçadas de encerramento

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"As responsabilidades da UNITA são inocultáveis"

– considera Miguel Urbano Rodrigues, a propósito da guerra em Angola

As responsabilidades da UNITA pelos dramáticos acontecimentos que vêm ocorrendo em Angola foram consideradas "inocultáveis" pelo deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues, pelo que, em sua opinião, "o desconhecimento cómodo da culpa não pode ser solução".

No seu discurso, proferido faz hoje uma semana, no período antes da ordem do dia, na mesma altura em que em Adis Abeba estavam reunidas delegações das partes em contenda, Miguel Urbano Rodrigues qualificou de "irracional" a guerra em curso, não hesitando em afirmar que na sua origem está a "recusa do veredicto popular pelo chefe da UNITA".

"Por isso mesmo consideramos inaceitável e mesmo absurda a atitude daqueles que pretendem passar uma esponja sobre o que aconteceu em Angola nos últimos meses", observou o deputado comunista, acrescentando em abono da sua tese que o que se passou naquele território foi "um assalto ao Poder, concebido e executado" pela organização de Savimbi.

Acusado de tentar "obter pelas armas o poder que o povo lhe havia negado pelo voto", o líder da UNITA foi ainda considerado pelo deputado comunista como um "interlocutor não sério", como provam a sua recusa em aceitar os resultados das eleições definidas como "livres e justas" pela ONU e os seus ataques e ocupações a "capitais de província e regiões onde as forças da UNITA somente entraram beneficiando de facilidades atribuídas pelos Acordos de Bicesse".

Lembrados por Miguel Urbano Rodrigues foram também as chacinas de civis praticadas pela UNITA - "uma monstruosidade", assim as definiu - e a captura de 14 cooperantes portugueses no Soyo, cuja libertação não só exigiu como defendeu ser uma tarefa do Governo português.

Inquietantes, do ponto de vista do parlamentar comunista, são ainda as notícias que dão conta da integração de soldados zairenses e de mercenários brancos nas forças da UNITA, bem como do envolvimento com estas por parte da África do Sul através do fornecimento de armas.

"A terrível situação existente em Angola estimula apetites intervencionistas que vêm de longe. Não é por acaso que Jonas Savimbi tem multiplicado apelos a modalidades de intervenção armada externa incompatíveis como espírito e a letra da Carta da ONU", sublinhou Miguel Urbano, acrescentando que "balcanizar Angola é um velho sonho de potências que cobiçam as riquezas daquele país irmão, sobretudo o seu petróleo, os minérios e os diamantes".

Neste contexto, se há "país que deve ser excluído de qualquer género de função mediadora em Angola é precisamente a África do Sul" - isto segundo a bancada comunista, que entende que "o que Angola necessita da comunidade internacional não é a ocupação do seu território por forças armadas externas, mas sim que essa comunidade desenvolva todos os esforços políticos e diplomáticos para que os vencidos nas urnas aceitem democraticamente os resultados eleitorais, para que a jurisdição governamental legítima se alargue a todo o território".

Petições à Assembleia da República

Um retrato do país pelo punho dos cidadãos

A agenda das sessões plenárias da passada semana foi preenchida na sua quase totalidade no período da ordem do dia com a apreciação de petições subscritas por cidadãos, versando os mais variados temas e problemas. Desse ponto de vista, pode dizer-se, foram sessões de grande utilidade, na medida em que permitiram pelo menos teoricamente a sensibilização dos deputados para questões que de uma maneira ou outra estão no quadro das preocupações de largos segmentos da população. Disso mesmo são testemunho, para citarmos apenas alguns exemplos, o pedido de intercedência da AR para a instalação de uma esquadra da PSP na Brandoa, a questão do direito de participação dos trabalhadores da EPAL nos órgão sociais da empresa, a privatização da EDP, a redução da idade de reforma para os mineiros ou a abolição das portagens na auto-estrada que liga Sacavém a Vila Franca de Xira.

Mas independentemente do interesse relativo de cada um dos temas suscitados, a importância da utilização desta figura constitucional pode ainda ser aferida pelo que representa enquanto mecanismo de intervenção e participação democrática dos cidadãos na resolução dos seus problemas.

Pena é que, na maioria dos casos, quer devido à morosidade de que se reveste a sua tramitação em comissão, quer ao próprio formalismo como nesta é tratada - limitando-se ao despacho de forma burocrática da sua subida a plenário sem qualquer apreciação prévia -, quer ainda devido ao período curtíssimo concedido para debate em plenário (quatro minutos), lamentável é, dizíamos, que a petição acabe por ver o seu sentido pervertido, esvaziada da sua eficácia e dos seus genuínos objectivos, assim gorando as expectativas de milhares de cidadãos.

Seja como for, mesmo debilitada e perdendo eficácia por força da morosidade e do excesso de formalismo, a petição mais que não seja - e esse é um papel que ninguém lhe pode retirar - serve para denunciar injustiças e chamar a atenção para problemas, sem perder de vista os erros e debilidades da acção governamental. Como adiante se verá.

Não à portagem de Sacavém

Cerca de 4300 peticionários dirigiram-se a esta Assembleia reclamando medidas que visem a abolição das portagens no lanço da Auto-Estrada do Norte entre Sacavém e Vila Franca de Xira tanto mais justificável quando é sabido que hoje ela é, de facto, uma via rápida suburbana.

Não é uma reivindicação de agora.

Câmaras e Assembleias Municipais, órgãos autárquicos de diversas freguesias, a Assembleia Distrital de Lisboa (por unanimidade) em correspondência com as aspirações de dezenas de milhar de utentes, com as reclamações de dezenas e dezenas de empresas têm vindo nos últimos anos a apresentar em diversas instâncias esta pretensão.

Com 30 anos de funcionamento nunca este lanço de auto-estrada conheceu a construção de qualquer tipo de infra-estrutura de acesso.

E, no entanto, hoje circulam mais de 40 mil veículos por dia com uma elevada percentagem de viaturas pesadas.

Impressiona como não se fazem contas aos prejuízos económicos e sociais resultantes das longas filas de espera, às horas de trabalho perdidas e ao combustível consumido.

Chegar-se-ia à conclusão que o enorme desperdício e efectivo prejuízo a diversos níveis é bem superior aos benefícios pecuniários que a Brisa obviamente retira do pagamento das portagens.

Jerónimo de Sousa

Política de fachada

Ninguém nega a necessária e **urgente construção de um novo centro de saúde na Brandoa.** Nem o Governo, nem os responsáveis do Ministério da Saúde, nem a ARS.

É esta a forma que o Ministério da Saúde usa para ir levando à prática a sua política de saúde uma política anti-social, e injusta para com os mais necessitados. Reconhece carências, promete resolvê-las, mas na prática só faz o que lhe convém, o que lhe dá votos.

Este exemplo da Brandoa é flagrante, **iniciado o processo em 1984, está prevista a sua concretização para 1994,** dez anos depois, isto a acreditarmos naquilo que está inscrito em PIDDAC, o que convenhamos é difícil pois neste momento ver-se-ia parte da obra uma vez que já foi inscrita em PIDDACs anteriores.

Não é de admirar que obras como estas, urgentes há vários anos, sejam sucessivametne adiadas, pois em termos eleitorais nada há que chegue à pompa e circunstância da inauguração de um grande hospital em vésperas eleitorais.

Foram neste caso 1400 habitantes da Freguesia da Brandoa, podiam ser muitos mais milhares, para quem o direito à saúde ainda não é real, nem a manter-se tal política o será. A estes, no entanto, aos da Brandoa, fica a esperança de que esta sua iniciativa contribua para que o esforço da autarquia, na cedência de terrenos e criação de condições para a construção do Centro de Saúde, obtenha do Governo resposta e que essa seja a efectivação da obra. A construção do Centro de Saúde da Brandoa é urgente há mais de 10 anos.

Luís Peixoto

Esquadra na Brandoa

O problema de que hoje nos ocupamos por solicitação de 1232 cidadãos abaixo-assinados — a instalação urgente de uma esquadra da PSP na freguesia da Brandoa — é um caso flagrante de incumprimento por parte do Governo, de compromissos assumidos perante as populações e perante os órgãos de Poder Local e de desprezo para com o direito dos cidadãos à segurança e à tranquilidade.

A exposição apresentada pelos signatários da Petição é bem esclarecedora a este respeito.

Desde 1980 que os órgãos de Poder Local da Freguesia da Brandoa têm vindo insistentemente a reivindicar o reforço do policiamento dessa localidade e a criação de uma esquadra da PSP.

Em 1983, a Junta de Freguesia solicitou ao MAI a criação de uma esquadra da PSP na Brandoa. Em 1984, o mesmo órgão autárquico indicou locais disponíveis para a sua localização. Em Junho desse ano, o Comando Geral da PSP afirmou, em carta dirigida ao Presidente da Junta de Freguesia, com conhecimento do governador civil de Lisboa e do comandante distrital de Lisboa da PSP, estar em condições de instalar a esquadra na Brandoa a partir de 1 de Janeiro de 1985.

De facto, as condições existem. Só que a esquadra, até hoje, não foi instalada.

O Governo não tem qualquer desculpa ou justificação para não proceder à instalação da esquadra da PSP na Brandoa. A Portaria n.º 365/90 obriga-o a fazê-lo. A inércia do Governo deve-se exclusivamente a vontade do Governo em resolver o problema.

António Filipe

Mineiros

Em Novembro de 1986, ou seja, há mais de 6 anos, 2 mil mineiros fizeram a entrega da Petição que hoje apreciamos:

Reivindicavam então medidas sociais sobre a idade de reforma e os horários de trabalho e pensões mais justas. Julgavam eles, ao exercer um direito constitucional, que esta Assembleia seria sensível a reivindicações tão justas. Só que o PSD exercendo o poder nestes 6 anos, ou impondo aqui na Assembleia da República a força do voto para obstaculizar todas as iniciativas legislativas que iam no sentido de corresponder a estas aspirações, conduziu a que hoje as coisas sejam piores para os mineiros. Nas minas de Jales, do Pejão, de Nelas, em Aljustrel e agora na Panasqueira, os homens que arrancavam das entranhas da terra o carvão, o cobre, o volfrâmio, o ouro estão a perder o próprio direito ao trabalho, as casas onde moravam sem nenhum gesto ou medida solidária do Governo.

Apesar do tempo e da distância, esta Petição vem demonstrar que a reestruturação e a modernização da exploração mineira exigem sempre uma dimensão social. Não se concebe que um mineiro trabalhe mais horas que um trabalhador dos serviços, que se lhes aplique os mesmos critérios para a idade de reforma em relação a outros trabalhadores quando a sua esperança de vida é mais reduzida, que o Estado se demita das suas responsabilidades sociais. É que é precisamente nestas coisas que podemos interpretar qual o valor e o sentido concreto que se dá à solidariedade e à justiça social.

Jerónimo de Sousa

Direito sonegado

Esta Petição subscrita pela CT e pelos trabalhadores da EPAL poderia perfeitamente ser secundada por milhares de trabalhadores e das suas estruturas representativas de empresas como a TAP, a RN, a CIMPOR, a Siderurgia Nacional, a Portucel, a Petrogal, a EDP, a EPAC, por comissões de trabalhadores de empresas do sector bancário e segurador, das comunicações.

Trata-se do direito de participação dos trabalhadores nos órgãos sociais das empresas onde se operou uma alteração meramente formal sem descaracterização da sua natureza pública.

Trata esta Petição dum direito constitucional e legal sonegado aos trabalhadores pelos governos do PSD.

Recorrendo às instituições, as comissões de trabalhadores não encontraram por parte da Assembleia da República a vontade política para obrigar o Governo a fazer cumprir a Constituição e a Lei. Só o anterior Provedor de Justiça, num notável parecer, deu razão às organizações dos trabalhadores recomendando à Assembleia que aprovasse um diploma genérico para dar cabal cumprimento a este direito constitucional e legal dos trabalhadores.

Mérito por isso também para a Comissão de Trabalhadores da EPAL que veio através desta Petição trazer à ordem do dia o que nem o Provedor de Justiça conseguiu.

Jerónimo de Sousa

Dactilógrafos discriminados

A Petição n.º 79/VI, subscrita por 1450 escriturários **dactilógrafos dos Estabelecimentos de Ensino Superior,** que solicita «a adopção de medidas legislativas e administrativas que permitam a passagem automática dos escriturários dactilógrafos à categoria de 3.º oficial», poderia ser subscrita por muitos e muitos outros trabalhadores da carreira administrativa e de todos os serviços da Administração Pública.

Trata-se de injustiças relativas criadas pela aplicação do Novo Sistema Retributivo e que as sucessivas fases de descongelamento de escalões e a legislação posteriormente publicada não resolveu.

Situação injusta quando se verifica que o conteúdo funcional dos escriturários dactilógrafos não se distingue do conteúdo funcional actualmente atribuído à categoria de ingresso na carreira administrativa.

Esta situação que vem hoje a Plenário por via da Petição dos trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino Não Superior, apenas ilustra um dos aspectos da «reforma» das remunerações da Administração Pública que, anunciada como a «reforma do século», está hoje, sucessivamente atraiçoada pelos critérios com o que o Governo a concretizou.

Apolónia Teixeira

Recrutamento de professores

Quem tenham mediado 15 meses entre a data da entrada desta petição na Assembleia da República e o dia de hoje, em que ela está a subir ao Plenário, é preocupante. Mas mais preocupante é que, por incapacidade do Governo e do Ministério da Educação, o conteúdo da petição mantenha, quinze meses depois, toda a sua actualidade. A petição, diga-se, solicita a revisão da legislação que regulamenta o recrutamento de Professores, de modo a corrigir a situação de **milhares de docentes contratados a prazo por tempo indefinido e em constantes flutuações de local de trabalho.** Que esta substituição possa ser encarada pelo Governo numa perspectiva prejorativamente «corporativa» e estritamente economicista — eis o que mostra a sua miopia em política educativa, e ainda como, neste âmbito particular, e para este Governo, o investimento em educação, reprodutivo apenas a médio e longo prazo, não é mais do que «despesismo». Na verdade, um significativo número de Professores portadores de habilitação própria, apesar de se encontrarem a prestar serviços no ensino público há vários anos, continua a não possuir garantias reais e suficientes de acesso à profissionalização e consequente integração na carreira, ao contrário do que se define nos objectivos da própria Lei de Bases do Sistema Educativo. A mesma Lei de Bases que, por outro lado, salvaguarda claramente a prioridade dos Professores que já se encontram no sistema sobre os novos diplomados, garantindo aos primeiros o acesso à profissionalização. A manifesta e injusta inversão, e mesmo subversão destas prioridades, e das legítimas expectativas que elas implicam, veio criar uma grave situação a milhares de professores que continuam hoje a assegurar necessidades permanentes do sistema, e aos quais o Ministério da Educação não garante qualquer perspectiva de carreira. Por outro lado, o Decreto-Lei 427/89, que regulamenta o ingresso do pessoal na Administração Pública, deixa claramente expressa a prioridade de todo o trabalhador já no sistema (mesmo que não integrando os quadros) sobre novos candidatos que venham a surgir. Em resumo, e em rigor, **é intolerável que o Governo,** ao mesmo tempo que nos enche os ouvidos com a prioridade que para si constituíra a educação, **mantenha nesta área milhares de professores contratados a prazo certo por tempo indefinido e em constante mudança do local de trabalho.**

José Calçada

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Processo de privatizações

Contra factos há argumentos?

O concurso público à privatização de 80 por cento do capital das cimenteiras Secil e CMP, cujo prazo terminou na passada semana sem o aparecimento de quaisquer candidatos, veio de novo chamar a atenção para a forma como tem decorrido o processo de privatizações de empresas públicas, no próprio dia em que a Assembleia da República debatia um pedido de inquérito apresentado pelo PCP sobre o mesmo assunto.

Em causa está sobretudo a inadequação entre os princípios estabelecidos na lei e a prática que tem presidido às privatizações em curso, um processo recheado de "casos" relativamente aos quais não se pode propriamente dizer que tenham sido pautados pelo princípio da transparência.

As acusações públicas a este respeito, veiculadas por diversos órgãos de comunicação social, sugerem no mínimo a necessidade de uma averiguação que permita apurar as condições em que se têm desenvolvido as privatizações de empresas nacionalizadas e os actos praticados pelo Governo nesse processo.

Foi aliás neste contexto que o Grupo Parlamentar do PCP tomou a iniciativa de propor a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar aos processos de privatização (na sequência de idêntica decisão do PSD a propósito do chamado "caso da vírgula"), repto que a maioria governamental acabaria por não aceitar, com isso demonstrando que afinal as suas invocadas preocupaçõ-es de transparência quanto à actuação da administração não passam de uma figura de retórica.

É que, contrariamente ao "caso da vírgula" - em relação ao qual "não há qualquer documentação, factos ou pistas de investigação", como observou na ocasião o líder parlamentar comunista Octávio Teixeira -, no que se refere às privatizações existem factos que, "suscitando legitimamente a questão da honestidade de processos e actuações, podem ser efectivamente investigados e analisados".

Permanecendo um assunto de grande actualidade, que certamente ainda dará muito que falar, são alguns desses factos noticiados ou denunciados por jornalistas em órgãos de comunicação social, e recordados da tribuna por Octávio Teixeira, que a seguir deixamos ao cuidado do leitor.

1.º Facto Na sua edição de 12 de Dezembro de 1990, o Semanário Económico escrevia: «A retoma do controlo da Tranquilidade pelo grupo Espírito Santo custou 18 milhões de contos (...) Ricardo Espírito Santo Silva Salgado explicou (ao Semanário Económico) que a Seguradora tem potencialidades de crescimento, **além de possuir reservas ocultas** de valor superior a 2200 escudos por acção **devido a uma subavaliação do património imobiliário** (num montante global de 11 milhões de contos).

2.º Facto As declarações de António Champalimaud ao Expresso, após a aquisição da Mundial-Confiança: «Em termos de preço foi muito barato, porque paguei apenas 0,8 por cento a mais que o volume de prémios que a Companhia anualmente faz». E a notícia do Expresso continuava: «De facto, internacionalmente o cálculo do valor das acções de uma Seguradora representa em média 2 vezes o valor anual dos seus prémios. Na prática, **o novo accionista maioritário da Companhia pagou metade do valor considerado internacionalmente justo».** Isto é uma subavaliação da ordem dos 18 milhões de contos.

3.º Facto Na sua edição de 7 de Novembro de 1992, o Semanário, sob o título «Império em Saldo», denunciava: «A operação de privatização da maior seguradora portuguesa ameaça tornar-se num sucesso. **Tudo porque a Império está subavaliada em 15 milhões de contos.** São reservas ocultas que resultam da diferença entre o valor real dos imóveis e o valor fixado pelos avaliadores». (Recorde-se aqui que o valor é fixado oficialmente pelo Governo.)

4.º Facto Segundo múltiplos órgãos de comunicação social denunciaram no momento oportuno, incluindo enrevistas com os próprios, serviços do BESCL ainda nacionalizado participaram activamente na angariação junto dos clientes do banco de direitos de subscrição em favor do Grupo Espírito Santo.

5.º Facto O grupo privado que adquiriu o BFB foi precisamente o mesmo grupo que procedeu à avaliação do banco para efeitos de determinação do valor de privatização. Isto é, julgou em causa própria. E o Governo achou normal!

6.º Facto Quer no caso da Tranquilidade quer no da primeira fase de privatização do BPA, o Governo ficou os valores-base de privatização a níveis inferiores aos propostos pelas empresas avaliadoras. As razões são desconhecidas.

Ainda em relação ao BPA, há cerca de quinze dias um conhecido empresário do Norte declarava, perante as câmaras de televisão, que neste momento não tinha disponibilidades financeiras para intervir na 3.ª fase de privatização do banco, e que, por isso, esse processo deveria ser adiado.

Poucos dias depois, os órgãos de comunicação social noticiavam que o Governo decidira adiar a 3.ª fase de privatização do BPA.

7.º Facto Na privatização do BTA foi legalmente fixado um limite de 10% à participação de estrangeiros. Sucede que o banco espanhol BANESTO se reclama oficialmente proprietário de cerca de 49% do capital do BTA, facto aliás comprovado pelo Tribunal das Comunidades Europeias. Perante esta ilegalidade assumida, o Governo do PSD desde sempre adoptou uma posição de mudo e quedo.

Definição da política agrícola

Não aos privilégios sim à participação

O plenário da Assembleia da República analisou terça-feira um projecto de lei do PCP que assegura a participação dos trabalhadores rurais e dos agricultores na definição da política agrícola.

Prevista na Lei Fundamental no seu artigo 101º, esta participação agora consubstanciada na iniciativa legislativa da bancada comunista assume uma importância acrescida face às novas exigências de orientação agrícola decorrentes da nossa integração nas Comunidades e à progressiva aplicação a Portugal das disciplinas e regulamentos comunitários.

Para a formação comunista, de acordo com declarações prestadas ao "Avante!" pelo deputado Lino de Carvalho, trata-se ainda de pôr cobro ao "ilegítimo privilégio que o Governo tem concedido à CAP" em detrimento das restantes confederações e estruturas associativas.

Testemunho dessa marginalização a que têm sido votadas as organizações não filiadas na CAP, recorde-se, foi por exemplo ainda muito recentemente o despacho do ministro do Emprego e Segurança Social que atribui àquela confederação a exclusiva selecção dos projectos candidatos a uma linha de crédito de 150 mil contos, sem juros, para apoio a acções e desenvolvimento de infra-estruturas de formação agrícola.

É, pois, no sentido de obviar a situações como esta que o projecto de lei propõe que todas as organizações de agricultores e sindicais, de âmbito confederativo ou federativo, sejam chamadas a participar na definição da política agrícola, designadamente através da sua presença no Conselho Nacional de Agricultura, nos Conselhos Regionais Agrários, nos Conselhos Consultivos, nas representações portuguesas nas instituições comunitárias relacionadas com a Política Agrícola Comum e na elaboração da legislação agrícola.

O projecto de lei advoga assim, nos termos constitucionais, que "todas as organizações de agricultores e trabalhadores agrícolas sejam tratadas em pé de igualdade e reconhecidos como parceiros legítimos no debate e representação das matérias e legislação relacionadas com a política agrícola".

Questões juvenis sobem a plenário

Questões relacionadas com a problemática juvenil preenchem hoje na sua totalidade a ordem do dia da agenda dos trabalhos parlamentares. Trata-se de dois projectos de lei da autoria do Grupo Parlamentar do PCP, relacionados, num caso, com a adopção de medidas que garantem aos jovens menores o livre exercício do direito de associação, no outro, com a reformulação do subsídio de inserção dos jovens na vida activa.

Correspondendo às preocupações expressas por algumas organizações juvenis - designadamente a InterJovem, que chegou a apresentar propostas concretas nesse sentido -, este último projecto decorre da comprovada ineficácia da Lei que instituiu o referido subsídio de inserção, a qual ficou aquém das expectativas geradas. Em boa verdade, como referiu ao "Avante!" o deputado António Filipe, nunca chegou a alcançar qualquer resultado prático significativo, em grande parte devido ao "desajustamento entre os requisitos exigidos para a atribuição e a real situação dos candidatos ao primeiro emprego".

Daí o alcance das medidas agora preconizadas no diploma, de que é exemplo o alargamento substancial do âmbito pessoal de atribuição do subsídio e das condições concretas para a sua concessão. A par da eliminação do limite mínimo de 18 anos de idade para a concessão do subsídio, substituindo-o pela idade legal de acesso ao trabalho, o projecto alarga o conceito de "procura do primeiro emprego" aos jovens que tenham frequentado um estágio profissional e não tenham obtido colocação na empresa.

A exigência de seis meses de inscrição em centro de emprego como condição para a atribuição do subsídio é também eliminada no projecto, que propõe ainda o alargamento da sua concessão aos jovens cujo rendimento familiar per capita não exceda 80 por cento do valor mais elevado do salário mínimo nacional, considerando como agregado familiar do requerente todos os que com ele vivam em economia comum, incluindo portanto a situação de união de facto.

Direito de associação

Garantir aos jovens menores de 18 anos o livre exercício do direito de associação constitui, por sua vez, o principal objectivo do segundo diploma da autoria da bancada comunista a submeter hoje ao juízo da Câmara.

Velha aspiração das organizações juvenis de âmbito local, não se trata obviamente de sancionar a participação de jovens em associações do mais diverso tipo - essa, como salienta o preâmbulo do projecto, está autorizada sem necessidade de qualquer iniciativa específica -, mas sim de conferir aos jovens menores a capacidade civil para, por si, sem necessidade de qualquer tutela ou autorização, participarem no acto constitutivo de associações vocacionadas para a defesa dos seus interesses e direitos.

Preconizando algumas soluções inovadoras, o diploma estabelece que estas associações "gozem de protecção especial", impõe a simplificação dos mecanismos de aquisição da personalidade jurídica e prevê que lhes sejam concedidas medidas de apoio técnico e financeiro por parte do Instituto da Juventude sempre que tal seja solicitado.

Vencimentos dos juízes

O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei visando desbloquear a situação criada com o "congelamento" dos vencimentos dos juízes, originada a partir de um diploma publicado em 1990 no qual se estabelece que nenhum titular de órgão de soberania pode ganhar mais do que o ordenado-base do Primeiro-Ministro.

Por força deste preceito, os magistrados judiciais e do ministério público viram "congelada" parte das suas remunerações nos últimos dois anos e progressivamente reduzido, até à sua eliminação, o leque salarial estabelecido para as diferentes categorias das duas carreiras.

Face ao protesto dos juízes, o PSD chegou a propor a constituição de uma comissão para analisar a situação com vista a um aumento global dos políticos e magistrados, posição que abandonaria após a rejeição dos partidos da oposição.

No caso concreto do PCP, a sua posição foi desde logo no sentido de considerar que seria "inaceitável que os vencimentos dos titulares de cargos políticos fossem objecto de qualquer aumento extraordinário, particularmente num ano em que o Governo impõe pesadas restrições aos trabalhadores da Administração Pública".

Daí que o presente projecto tenha em vista exclusivamente a correcção de uma anomalia e de uma "situação específica" que atinge os magistrados judiciais e do ministério público, mantendo, como refere a nota preambular do diploma, a "suspensão, em vigor, do regime vigente para a actualização das remunerações dos titulares de cargos políticos".

Deste modo, ao retirar apenas a palavra "base" do vencimento do Primeiro-Ministro, a proposta dos deputados comunistas garantirá, caso venha a ser aceite, o desbloqueamento da situação, permitindo que os juízes possam ver os seus salários aumentados até ao montante do "vencimento" líquido do Primeiro-Ministro (incluindo todos os extras, como sejam por exemplo as despesas de representação) e já não relativamente à remuneração-base prevista na lei.

PCP

No Porto com Carlos Carvalhas

As prioridades para 93 em debate

A situação política e as perspectivas do trabalho para 1993 estiveram em debate, na passada sexta-feira, no Porto, numa reunião de militantes fortemente participada, que contou com a presença do camarada Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido.

A abrir, interveio Carlos Carvalhas que definiu os traços essenciais da situação política nacional, dando ponto de partida para o conjunto de mais de uma dezena de intervenções que se seguiram.

A necessidade de potenciar a nossa influência nas organizações de trabalhadores e de transformá-la em apoio político às nossas propostas globais, foi trazida pela voz de Albano Ribeiro, dirigente sindical da Construção Civil.

Peixoto de Almeida, da organização dos bancários, traçou o quadro da situação que se vive na Banca, referindo-se em particular aos riscos graves que correm os trabalhadores do sector, no que respeita à segurança nos seus postos de tabalho e à segurança social. Salientou ainda que há uma larga fatia de sectores intermédios da população que vai pagar caro a situação traçada, e cujo descontentamento pode ser ganho pelo PS se não dirigirmos atenção particular aos seus problemas.

A análise da situação social no distrito do Porto coube ao camarada Jorge Pinto que, no quadro da ofensiva do Governo que provoca a degradação contínua das condições de vida, salientou a grande movimentação social que abarca largos sectores, desde a Função Pública aos têxteis, passando pela construção civil, metalúrgicos e ferroviários, entre outros. A urgência de envolver mais trabalhadores para dar corpo a este grande descontentamento, a necessidade de «empurrar a luta» com acções concretas, levaram-no a alertar para a importância da preparação cuidada da Jornada de Luta convocada pela USP, que culminará com uma Concentração na Baixa do Porto, no próximo dia 20.

A grave situação que se vive no Centro Regional de Segurança Social, onde centenas de trabalhadores correm o risco de ficar sem emprego, pela aplicação da lei dos disponíveis, foi tema da intervenção da camarada Fátima Ranita, que denunciou os «processos pidescos» a que se está a recorrer para obrigar as chefias que se têm recusado a determinar quais as pessoas que primeiramente vão para a rua. A redução drástica de verbas, que impede já o processamento de abonos e subsídios de doença, a par da falta de meios humanos, podem conduzir a curto prazo ao colapso do sector, referiu.

Valorizar o trabalho da CDU

A preparação das eleições autárquicas foi perspectivada pela camarada Ilda Figueiredo, do Comité Central e da DORP, que deu particular atenção à necessidade da valorização do nosso trabalho, tanto nas autarquias em que a CDU é maioritária, como naquela em que estamos em minoria. «O problema da informação é uma questão a vencer», referiu, para lembrar que, não nos sendo favorável a comunicação social há que reforçar o contacto directo com as populações, por todas as formas, para que possam conhecer as outras alternativas, para que possamos ver mais de perto e denunciar os seus problemas. Ao detalhar o plano regional de iniciativas previstas neste primeiro semestre, deu particular atenção à preparação do Encontro Regional sobre problemas de desenvolvimento, no dia 27 de Fevereiro, e referiu várias outras acções previstas nos vários concelhos no decorrer dos próximos meses.

De Lordelo do Ouro, Campanhã e Santo Ildefonso, no Porto, de Oliveira do Douro e Valadares, em Vila Nova de Gaia, vieram também intervenções sobre os problemas e as propostas dos comunistas.

A luta dos trabalhadores do comércio pela defesa da semana inglesa ou a dos estudantes do ensino superior contra o aumento das propinas, ou ainda a preocupante alteração das novas rendas comerciais, que poderá trazer graves prejuízos quer aos pequenos comerciantes, quer aos trabalhadores do sector, foram igualmente tema de diferentes intervenções.

Da «Texas Instruments» veio a revolta dos mais de 300 trabalhadores empurrados para a reforma. Pela voz de um camarada, foram denunciados, em particular, os entraves colocados pela RTP à denúncia desta situação que atinge escandalosamente trabalhadores que têm entre 37 e 45 anos e para

Excertos da intervenção do Secretário-geral do PCP

(...)

A política do rei-dinheiro, do salve-se quem puder, da privatização dos lucros que o Governo prossegue em todos os campos, nomeadamente na sua ofensiva contra a segurança social, os serviços de saúde, o ensino público e o agravamento das carências habitacionais, criam uma situação profundamente injusta e verdadeiramente dramática para largas camadas da população.

Não é de estranhar por isso que se tenha vindo a agravar a conflitualidade social.

A expressão, através dos múltiplos protestos e variadas formas de luta, do profundo descontentamento existente em largos sectores da população têm uma base objectiva, a política do Governo.

É perante esta ofensiva anti-social e face à coincidência, em aspectos essenciais, entre o PS e o PSD, embora disfarçados por fogosos duelos verbais sobre questões secundárias, que mais emerge a coerência, as propostas concretas e o projecto do PCP, que mais se evidencia a dinamização, a presença e a intervenção do PCP, em todo o desenvolvimento da luta social de massas.

Numerosos factos e acontecimentos mostram com clareza que sem a efectiva oposição, a luta, as propostas alternativas e o projecto de esquerda protagonizado pelo PCP, teríamos na vida nacional a completa cedência, no essencial, à política de direita e a resistência às suas injustiças e às suas prepotências estaria profundamente enfraquecida e debilitada.

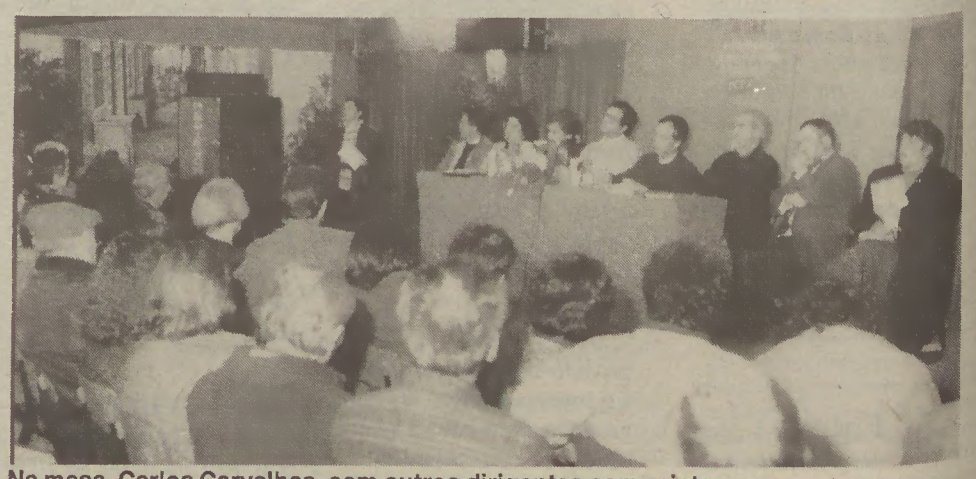
Alargam-se assim as condições objectivas para a compreensão de que quanto mais forte e mais influente for o PCP maior é a garantia que os trabalhadores e o povo português têm de verem os seus direitos defendidos, as suas aspirações concretizadas e a política de direita derrotada. O progresso da influência dos comunistas é necessário e determinante para uma viragem na situação socioeconómica do país.

Milhares e milhares de famílias e de cidadãos estão descontentes e inquietos quanto ao futuro.

O desemprego, a precariedade do trabalho, a pobreza e a dureza das dificuldades do quotidiano atingem largas camadas da população.

Nós preconizamos uma política radicalmente diferente que tenha por objectivo melhorar a qualidade de vida e de trabalho, assente numa economia moderna, capaz de responder às necessidades dos cidadãos e do país e de fornecer bases sólidas para se enfrentarem os desafios do futuro.

Nós afirmamos e demonstramos, quer na prática corrente do nosso trabalho autárquico, quer através das nossas propos-



Na mesa, Carlos Carvalhas, com outros dirigentes comunistas

DORAA do PCP denuncia

Cresce o autoritarismo

«Crescimento do autoritarismo governamental», «total ausência de qualquer perspectiva de diálogo social e político» por parte do Governo Regional dos Açores e do seu primeiro responsável, «desenvolvimento de uma onda de revanchismo» e «uma cada vez mais visível incapacidade do Governo de fazer face aos problemas reais da Região», assim foi caracterizada a actuação governamental do executivo regional dos Açores, por parte do Secretariado da DORAA do PCP, em recente conferência de Imprensa realizada em Ponta Delgada por José Decq Mota, membro o CC e do Conselho Nacional do Partido. O camarada salientou na altura que «de todas estas características da actuação governamental resulta muito clara a natureza de classe, desfavorável a quem trabalha, da política do PSD».

Durante a conferência de imprensa, Decq Mota deu a conhecer publicamente a análise que o PCP faz a variados aspectos da realidade política e social açoriana, sublinhando nomeadamente que «a muito significativa adesão da Região à greve da Função Pública demonstra, por um lado, que a nossa sociedade cada vez menos aceita que o PSD e o seu Governo queiram transformar a vitória eleitoral que obtiveram num domínio absoluto político e social irracional, não democrático, contrário à unidade regional, desvalorizador do sistema autonómico e apenas favorável a grupos sociais muito restritos que querem ver o seu domínio económico e social reforçado».

Uma primeira e séria derrota

«O Secretarido da DORAA **não pode deixar de considerar arrogantes e inadequadas as declarações do Presidente do Governo,** segundo as quais, depois de ouvir os sindicatos o PSD voltará a aprovar tal revogação. Esta posição totalitária é própria de quem se recusa a aceitar o isolamento em que caiu e é própria de quem quer desprezar os sentimentos e necessidades profundas de uma enorme massa de trabalhadores que necessita dessa justa Remuneração Complementar.

«O Secretariado da DORAA considera, por outro lado, **como ilegal e criminosa** a instrução dada pelo Governo no sentido da Remuneração Complementar não ser processada no mês de Janeiro estando o Decreto-Lei em pleno vigor e apela às entidades responsáveis por garantir a legalidade dos actos governativos para realizarem uma rápida intervenção com vista a ser reposta a legalidade.

«O Secretariado da DORAA considera ainda a revogação do decreto Legislativo Regional 15/92/A, se contra tudo e contra todos voltar a ser tentada pelo Governo e pelo PSD, enferma de **inconstitucionalidade material** e como tal não deve ser transformada em lei. A precedente consideração, fundamentada por abalizados pareceres jurídicos, assenta no facto da Remuneração Complementar não ter sido concebida como um subsídio temporal ou causisticamente atribuído, mas sim como um complemento permanente, de actualização automática que deriva de uma situação constante qual seja a desigualdade que a insularidade introduz nos vencimentos do funcionalismo regional e local na Região face aos praticados no resto do País.»

Anunciando seguidamente a decisão do Secretariado da DORAA de, na próxima sessão da Assembleia Legislativa Regional, a Representação Parlamentar do PCP intervir demonstrando em profundidade aquela tese, Decq Mota sublinhou:

«Com parecer do Tribunal Constituciona,l o Governo Regional sofreu **uma primeira mas muito séria derrota** nesta questão; com a unidade dos trabalhadores e o pleno funcionamento dos mecanismos de controlo da legalidade e da justiça **a Remuneração Complementar poderá subsistir,** demonstrando-se assim que o PSD e seu Governo nem tudo o que querem podem fazer.»

O encerramento da Estação Militar

O responsável pela organização do PCP nos Açores revelou depois que o Secretariado da DORAA **«analisou a situação resultante, no plano laboral, do próximo futuro encerramento da Estação Militar Francesa da Ilha das Flores»** e chamou a atenção para os seguintes aspectos:

«É imprescindível que os trabalhadores portugueses sejam indemnizados e compensados não só tendo em vista que se trata de um despedimento, mas principalmente tendo em conta que foi quebrada a segurança profissional que resultava do facto dos postos de trabalho serem sequência de um Acordo em que uma das partes é o Estado Português.

«É indispensável, para além dessa justa indemnização, o Estado e a Região se preocupem em contribuir para que, no futuro imediato sejam criadas alernativas na Ilha da Flores que garantam o direito ao trabalho das quase quatro dezenas de trabalhadores repentinamente lesados pela

PCP

Reunião de militantes da ORP (fotos de Rui Varjão)

quem não se perspectiva qualquer tipo de emprego.

«Só com um Partido forte, unido, determinado e com confiança será possível travar com êxito as batalhas que se nos deparam num quadro político como aquele em que vivemos», afirmou António Filipe, da Comissão Executiva da DORP, quando procurou colocar em destaque algumas questões mais importantes que se põem às organizações neste ano de 1993: o recrutamento de novos militantes, a estruturação orgânica e os meios necessários, nomeadamente os fundos, para a actividade política.

A encerrar a reunião, de novo tomou a palavra o camarada Carlos Carvalhas para, fazendo a síntese dos principais problemas em debate, reafirmar como uma das questões centrais a importância da informação e da divulgação das ideias e propostas dos comunistas, não perdendo nunca de vista que «o momento psicológico é favorável ao crescimento do Partido e ao alargamento da sua influência».

Dois importantes aspectos das decisões do Comité Central

A reunião do Comité Central dos dias 25 e 26 de Janeiro tem particular significado para a aplicação e concretização das decisões do XIV Congresso e para a dinamização geral da actividade partidária, segundo a orientação traçada.

A reunião teve lugar num momento em que as organizações e militantes, fortalecidos e estimulados pelas análises e conclusões do XIV Congresso, se lançam com determinação ao trabalho. Intensificam iniciativas imediatas. E perspectivam a sua acção para o ano de 1993 ao longo do qual a previsível evolução da situação económica, social e política e acontecimento calendarizados abrem novas possibilidades de luta e exigem resposta.

Adquirem por isso oportuno relevo tanto as conclusões políticas do Comité Central como as suas decisões relativas à organização do trabalho de direcção.

*

As principais conclusões políticas respeitam à definição das **tarefas prioritárias** do Partido na situação actual.

O Comité Central apontou três tarefas prioritárias: a luta de massas inseparável da unidade de acção da grande frente social em movimento e do reforço das organizações e movimentos unitários de massas; o trabalho autárquico em relação ao qual está em primeiro plano a preparação para as eleições de Dezembro; e o reforço geral da intervenção e da influência do Partido.

Esta definição de tarefas prioritárias não significa dificuldades ou subestimação do desenvolvimento do trabalho partidário noutras frentes e direcções.

As três tarefas prioritárias, definidas com rigor e desenvolvidas na Resolução do Comité Central, respeitam a todo o Partido, a todas as suas organizações e militantes. Entretanto, é evidente que, na sua Resolução, o Comité Central não pretendeu abranger todos os múltiplos aspectos da actividade do Partido. O apontar tarefas políticas prioritárias não significa que muitas outras tarefas não tenham inteira actualidade e não sejam mesmo, para algumas organizações e militantes, as tarefas fundamentais.

Assim, por exemplo, a Resolução dá justamente grande relevo à importância da luta da CGTP-IN e à realização do seu 7º Congresso em 4, 5 e 6 de Março, sublinhando o valor insubstituível da identidade da CGTP-IN e das suas características essenciais como grande e poderosa organização de classe, de massas, unitária, autónoma e democrática, e o papel fundamental dos comunistas, ao lado de sindicalistas de outras opções políticas, na defesa e reforço dessas características essenciais.

Mas, dando relevo às lutas dos trabalhadores e ao movimento sindical, isto não significa que não estejam também, entre as grandes tarefas na actualidade, as lutas de outros sectores da grande frente social em movimento e o reforço e desenvolvimento das respectivas organizações unitárias de massas. Tal o caso dos problemas, lutas e organização dos pequenos e médios agricultores que conhece actualmente novas e dinâmicas expressões. Dos problemas e luta da juventude, com referência aos êxitos da JCP e à realização do seu Congresso em 3 e 4 de Abril. Dos problemas e luta das mulheres, dos intelectuais, dos quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos reformados, dos deficientes.

Além do mais, a actividade do Partido não se desenvolve em direcções completamente separadas e estanques, sem ligações e conexões entre si. Assim, o cumprimento com êxito das tarefas prioritárias definidas pelo Comité Central depende não só do trabalho específico para a sua concretização mas também do êxito da actividade do Partido em todas as outras direcções da sua actividade.

É com esta compreensão que está em curso uma intensa actividade do Partido, do qual o "Avante!" tem apresentado e continua a apresentar no presente número um quadro elucidativo.

O PCP não está na defensiva. Está activo, dinâmico e confiante nos resultados da sua acção.

*

Outro importante ponto da ordem de trabalhos do Comité Central na sua reunião de 25 e 26 de Janeiro respeitou às estruturas do trabalho de direcção.

Trata-se de uma renovação dos órgãos de direcção central, tanto na sua própria estrutura como na sua composição.

A nova estruturação foi decidida com vista ao reforço do trabalho de direcção, tendo em conta a experiência adquirida nos últimos anos, a renovação que se impunha em vários aspectos de funcionamento e de quadros e as grandes tarefas que se colocam ao Partido. A nova estruturação pressupõe como elemento integrante uma característica fundamental da vida interna e do funcionamento orgânico do PCP, nomeadamente da sua direcção: o trabalho colectivo.

A existência de vários organismos e a definição das competências próprias insere-se no trabalho colectivo da direcção compreendida no seu conjunto e em cada um dos seus organismos e estruturas. Mesmo nos dois casos de particular responsabilidade nos organismos de direcção central atribuída individualmente - Secretário-geral do Partido e Presidente do Conselho Nacional -, a decisão sublinha que em qualquer deles os camaradas estão sujeitos à regra da maioria nos organismos centrais a que pertencem. Esta é regra em todos os organismos do Partido.

A existência de organismos diversos de direcção central resulta da amplitude, diversificação e profundidade da intervenção do Partido na vida nacional, da extrema riqueza e correspondente especialização dessa intervenção, da necessidade de instrumentos orgânicos apropriados à concretização das tarefas, e do facto de o PCP ser um partido com uma grande organização estruturada e um colectivo de milhares e milhares de militantes.

A diversidade dos organismos corresponde à diversidade de funções necessárias, mas os organismos não estão fechados cada qual em si próprio, antes existe entre eles complementaridade de funções, articulação, estreita cooperação e apoio recíproco.

Trata-se de uma concepção democrática própria e extremamente rica do PCP que o tem distinguido e continuará a distinguir de outros partidos roídos por rivalidades e conflitos entre barões e clãs.

Na concretização das decisões do XIV Congresso, a Resolução do Comité Central sobre a organização do trabalho de direcção apresenta outra particular característica.

A direcção à qual o Partido confere as responsabilidades estatutariamente definidas e as assume inteiramente é, por sua vez, um elemento do grande colectivo partidário do qual todos os membros do Partido fazem parte, dando a sua contribuição tanto para a execução das tarefas definidas pelos organismos de direcção, como para a reflexão, a experiência, a orientação e a acção geral do Partido.

A reunião do Comité Central de 25 e 26 de Janeiro fica assim assinalada como um passo importante para a concretização das decisões do XIV Congresso, o andamento geral da actividade do PCP que a vida continua a justificar plenamente que se afirme um partido não só necessário, mas indispensável e insubstituível para os trabalhadores, para o povo, para a democracia, para o país.

tas e soluções, que, ao contrário do que o PSD procura fazer crer e ao contrário das concepções dominantes no PS, não só é necessário como é possível uma política diferente do PSD. Uma política que dela se diferencie, não em aspectos acessórios, mas nos objectivos, orientações, métodos e resultados.

É possível e necessário uma nova política que em vez de alimentar a corrupção, a política "politiqueira", a intolerância, o autoritarismo e a limitação dos direitos dos cidadãos, impulsione o aprofundamento da democracia, alargue a intervenção dos cidadãos e proteja firmemente os seus direitos.

É possível, necessário e urgente uma política que combata as desigualdades, as exclusões e marginalizações sociais e que tenha como tarefa nacional neste virar de século, erradicar a pobreza e dar resposta às legítimas aspirações das camadas particularmente desfavorecidas como os reformados e os deficientes.

(...)

O Governo continua com o manobrismo e a promoção do negocismo na área da educação e da formação profissional.

A obstinação do Ministério da Educação na aplicação da lei das propinas, que os estudantes têm vindo massivamente a recusar e quetem merecido, também, a condenação do corpo docente e dos órgãos académicos das principais universidades, responsabiliza inteiramente o Governo pela situação de instabilidade que se regista no ensino superior.

São absolutamente inaceitáveis as ameaças, expressas ou veladas, de que alguns órgãos de comunicação social se fizeram eco, de medidas repressivas contra as universidades por parte do Ministério da Educação.

O Governo tem o dever de respeitar a autonomia das universidades, que está legalmente consagrada. Nós continuamos a exigir a revogação da lei das propinas e o combate ao elitismo no ensino que se continua a agravar com sérias consequências no planosocial e no plano do desenvolvimento.

(...)

nos Açores

alteração e anunciado termo do Acordo Luso-Francês.

«É indispensável que o património imóvel que subsistirá ao termo do Acordo seja, futuramente utilizado em benefício do desenvolvimento da Ilha das Flores e não seja nem votado ao abandono nem alvo de apetites individualistas contrários ao interesse geral.

«O Secretariado da DORAA não aceita nem compreende que numa recente reunião promovida por um representante oficial do Governo com os trabalhadores da Estação Francesa tenha sido convidado a participar o deputado do PSD das Flores e tenham sido excluídos os restantes deputados dessa Ilha.

«Tal atitude apenas é reveladora de um sectarismo e estreiteza política inaceitáveis quando se tratam de problemas político-sociais desta envergadura. Tal atitude do Governo não impedirá porém que o deputado do PCP, Dr. Paulo Valadão, continue como de há muito vem fazendo: a empenhar-se de forma muito séria, sistemática e profunda no sentido de contribuir para que sejam encontradas soluções justas para esse problema.»

Reclamar o debate

O documento dsitribuído à comunicação social na conferência de imprensa dá ainda conta de várias outras preocupações e análises da DORAA. É assim que, por exemplo, o Secretariado desta entende ser muito urgente que o Governo Regional «informe formal e completamente os partidos políticos representados na Assembleia Legislativa Regional sobre a evolução das negociações referentes aos Acordos das Lajes e sobre as incidências que tais negociações terão na situação dos portugueses que ali trabalham».

O documento refere-se ainda às «dispensas de trabalho» que a Rádio Marconi enviou aos seus empregados, à questão polémica sobre a hora legal nos Açores — tema que o «Avante!» recentemente referiu —, e analisa com preocupação «o progressivo agravamento de algumas situações de degradação do ambiente».

Por fim, o Secretriado da DORAA denuncia a situação «inédita, preocupante e perigosa» criada pelo Governo Regional ao fazer aprovar um Decreto, pela sua maioria, que o autoriza a retardar a aprovação do Orçamento para 1993, até Abril.

«Face a esta situação», sublinha o documento, «o Secretariado da DORAA reclama a abertura imediata de um debate político amplo sobre a política financeira, uma vez que uma Região Autónoma sem Orçamento digno desse nome deixa de ser uma Região Autónoma».

PCP

Portalegre

A Direcção da Organização Regional de Portalegre do PCP, que aprovou o seu plano de actividades e orçamento para o corrente ano na reunião do passado dia 30, analisou também nessa reunião «a evolução da luta política e social das vastas camadas sociais contra a perigosa ofensiva governamental que agrava as condições de vida, que restringe direitos, regalias e conquistas sociais dos trabalhadores e de outras camadas da população».

Por outro lado, a DORPOR, em comunicado tornado público, «realçou a importância do trabalho eleitoral para assegurar a afirmação e o reforço da CDU nas eleições autárquicas de 93. Neste âmbito foi referido o bom acolhimento que têm merecido as propostas da CDU e o entusiasmo registado em torno da formação das futuras listas de candidatos às eleições».

Lisboa

Com a viva participação de cerca de cinquenta quadros responsáveis de Fundos nas várias organizações do distrito de Lisboa e dos camaradas António Andrez, do Conselho Nacional, e Euclides Pereira, do CC, realizou-se o Plenário Distrital de Fundos da DORL, que analisou os resultados das contas do ano passado e abordou várias questões relacionadas com os Fundos do Partido.

O Plenário, que esteve de acordo com os projectos de orçamento da DORL e com as iniciativas propostas para a sua concretização, foi também informado detalhadamente sobre o novo processo de cobrança de quotas, que mereceu debate aprofundado.

Foi ainda manifestado o acordo do Plenário com a realização de uma campanha de actualização do valor da quotização e da recuperação das quotas em atraso.

Fafe

A Comissão Concelhia de Fafe do PCP analisou a situação no Conselho e as perspectivas políticas e de trabalho do Partido para o presente ano.

Considerando que o aprofundamento da crise económica e social na região prejudica gravemente as perspectivas de desenvolvimento da nossa terra e está a tornar a vida da população trabalhadores cada vez mais difícil, **a Comissão Concelhia de Fafe concluiu ser mais justificado ainda o empenhamento dos trabalhadores, dos democratas amigos e aliados locais do PCP, para tornar possível uma forte e qualificada presença e candidatura da CDU - Coligação Democrática Unitária, aos órgãos do Poder Local concelhias, nas próximas eleições.**

Com o objectivo de promover uma discussão mais aberta das perspectivas do trabalho eleitoral, definição dos objectivos no Concelho e linhas de trabalho futuro, a Comissão Concelhia de Fafe do PCP decidiu convocar uma reunião alargada de comunistas e outros eleitos activistas da CDU para o próximo dia 14, às 15 horas, na sede local do PCP.

Figueira da Foz

Em comunicado divulgado no passado dia 21 de Janeiro, a Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP manifestou a discordância dos comunistas do concelho relativamente à aprovação do Orçamento e Plano da Câmara para o ano corrente. Segundo a Concelhia do PCP, tal orçamento é «irrealizável e obviamente empolado tendo em conta que a taxa de realização da Câmara não passa dos 40 por cento de um orçamento de 9 milhões. Ora, como afirma o comunicado, «tal Orçamento e Plano, apresentando números da ordem dos 39 milhões de contos, é o maior orçamento camarário do país depois de Lisboa, ultrapassando o orçamento do Porto em cerca de 9 milhões de contos».

O comunicado manifesta ainda a sua discordância por a Câmara «tem mostrado uma clara capacidade de avançar com projectos que, no ano a seguir, deixa cair sem qualquer explicação» e coloca reticências à forma como foi apresentado a concurso público e à realização do projecto de construção de uma central de tratamento de resíduos sólidos urbanos e águas residuais.

Lisnave

O Executivo da Célula da Lisboa do PCP emitiu uma nota na qual, após recordar a ofensiva que, a partir de 1982, levou ao despedimento de seis mil dos dez mil trabalhadores da empresa, o que incluiu o «despedimento político selectivo», escreve:

«Esta situação e os traumas daí resultantes levou a que a lista unitária em 1985 perdesse as eleições para a Comissão de Trabalhadores. A partir daí desencadearam-se acções no sentido de isolar o partido dentro da empresa, ao ponto de as eleições para a CT serem disputadas considerando a lista A como lista do PCP e todos os outros concentrados na lista B. As eleições realizadas no passado dia 28 de Janeiro, alteraram significativamente o quadro da Lisnave. A lista A venceu as eleições no estaleiro da Margueira, onde estão concentrados a esmagadora maioria dos trabalhadores da Lisnave e no conjunto dos dois estaleiros a diferença foi de 21 votos, num total de 3100 votantes.»

Professores comunistas de Coimbra analisam situação no ensino e adiantam propostas alternativas

«O ensino superior (o ensino em geral) deve ser encarado como um sector prioritário, como um instrumento fundamental para assegurar o desenvolvimento autónomo, integrado e democrático do país (da comunidade internacional em geral)», afirma-se num documento elaborado pelos professores comunistas de Coimbra que, no seguimento do XIV Congresso do Partido, explicitam como encaram a situação actual e as perspectivas de evolução futura do ensino superior português. Aí afirmam ainda que o ensino deve combater as desigualdades sociais e regionais, as inúmeras barreiras que dificultam e limitam a concretização do direito inalienável dos cidadãos à realização pessoal e profissional» e ser um instrumento «para promover uma cidadania crítica, consciente e activa».

No documento da Organização dos Professores do Ensino Superior de Coimbra do PCP, que além de analisar a actual situação expõe algumas propostas dos comunistas, acusa-se o PSD de haver megulhado «este sector estratégico da vida nacional numa situação que, globalmente, pode ser classificada como de crise, ruptura funcional, degradação e desânimo».

«Para além de muitas outras razões», afirma-se «a actuação dos sucessivos ministros da Educação/governos PSD relativamente ao ensino superior é ainda contrária aos interesses do povo português, inconstitucional e ilegal, por visar a diminuição da responsabilidade do Estado na resposta às necessidades básicas da população e a satisfação do voraz apetite das suas (do PSD) clientelas partidárias».

Caracterizando a situação actual, o documento especifica:

«O ensino superior público (universitário e politécnico) encontra-se, em geral, sub-financiado; o seu crescimento e aperfeiçoamento é consciente e sistematicamente boicotado. Há um défice estrutural de docentes e funcionários, instalações, infra-estruturas e materiais de apoio. As remunerações e os estatutos de carreira dos docentes e funcionários são claramente insuficientes e desmotivadores. Não existe um planeamento que possibilite a adequação da rede pública de ensino superior quer às características imediatas do mercado de trabalho, quer às necessidades (a médio e a longo prazos) de desenvolvimento do país. Portugal continua a ter os mais baixos níveis da Comunidade Europeia em termos de investimento no ensino superior público e de cobertura por este das necessidades sociais de investigação e de formação de técnicos superiores.

«O ensino superior particular e cooperativo, directamente apoiado e financiado pelo Estado ou indirectamente potenciado pelos estrangulamentos artificiais que os vários governos têm impsto ao crescimento do ensino superior público, é hoje um florescente negócio que muitas vezes nada tem a ver com a investigação e com a formação superior propriamente ditas. Com raras excepções, este sub-sector limita no seu seio a diversidade de opiniões e de leituras científicas e ideológicas da realidade (sobretudo no âmbito das ciências sociais); vive à custo do corpo de docentes do ensino superior público; não dispõe de instalações condignas, nem de bibliotecas nem de laboratórios.

«Do seu crescimento descontrolado e quase sempre parasitário resultou a multiplicação da oferta de formação em áreas já próximas da "saturação" (aquelas que exigem menores investimentos iniciais e asseguram maiores lucros imediatos – trata-se, afinal, de um negócio!), a desvalorização dos graus académicos devido à ausência de qualidade da formação assegurada em muitos dos cursos, a ameaça ou a realidade do desemprego ou do sub-emprego para milhares de bacharéis e licenciados, a frustração das justas expectativas dos jovens e das suas famílias, a não superação das carências do país em termos de técnicos superiores e de investigação.»

Existem alternativas

Os professores comunistas de Coimbra adiantam depois algumas das propostas do PCP no sentido de inverter o processo descrito, relembrando uma vez mais as responsabilidades do PSD e reafirmando a existência de alternativas:

«Os comunistas portugueses defendem que o ensino superior público deve procurar responder, de forma cada vez mais cabal, às necessidades do país nas áreas do ensino, da investigação científica e tecnológica, da divulgação científica e da prestação de serviços especializados à comunidade (através de programas de «desenvolvimento tecnológico», de modalidades de formação profissional – inicial e contínua – de técnicos superiores, etc.).

«Para que tal seja possível, dever-se-á, na nossa opinião:

a) definir e concreticar uma estratégia global de planeamento, expansão e melhoria do ensino superior público, apoiada pela atribuição de adequados meios (financeiros, humanos e logísticos) e pelo lançamento de uma política séria de promoção pelo Estado (Ministério da Educação incluído) da investigação científica e tecnológica – ao contrário da lógica absurda que determinou a extinção do INIC; de acordo com critérios diferentes dos que estão na base da regulamentação que condiciona o funcionamento da JNICT e dos cursos de mestrado (ver o Decreto-Lei n.º 216/92 de 13 de Outubro), a atribuição dos fundos dos programas comunitários de apoio à investigação (Programa Ciência, Programa STRIDE, etc.).

b) diferenciar claramente as funções e as características das Universidades e dos Institutos Politécnicos e definir um equilíbrio mais positivo entre as necessidades resultantes do imperativo de apoio ao desenvolvimento regional, as que decorrem da obrigação de contribuir para a satisfação das necessidades do todo nacional e as que derivam dos compromissos de ordem internacional;

c) institucionalizar mecanismos de avaliação do ensino superior (incluindo a Universidade Aberta) que tenham por objectivo detectar as insuficiências existentes e propor medidas que visem a sua superação;

d) definir critérios objectivos e transparentes de financiamento do ensino superior público que permitam o seu desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais e sectoriais hoje existentes; que resultem numa maior responsabilização do Estado (enquanto financiador) e das instituições (enquanto agentes de utilização); que possibilitem a captação de financiamentos complementares; que maximizem a qualidade dos serviços prestados à sociedade – numa lógica inversa à que, por exemplo, preside neste momento à aplicação das verbas dos programas PRODEP e FOCO;

e) aperfeiçoar a legislação que enquadra a autonomia e a gestão das Universidades e dos Institutos Politécnicos públicos no sentido da reafirmação da responsabilidade do Estado, do reforço da sua democraticidade e da sua eficácia internas, do combate às situações de discriminação e de redução da liberdade e da pluralidade ideológica e científica – com especial destaque para a necessidade urgente de pôr termo ao clima de arbitrariedade, ilegalidade e clientelismo que o PSD tem imposto às instituições de ensino politécnico;

f) realizar uma reforma dos currículos que, pela sua estrutura interna e pela duração dos cursos, preserve e reforce a qualidade da formação (teórica e geral) das licenciaturas; reduza o insucesso escolar (o insucesso «formal» e o insucesso «real»); complemente as licenciaturas com cursos posteriores de especialização (post-graduação, mestrado e doutoramento) e de profissionalização (estes últimos assegurados, antes da entrada no mercado de trabalho, em instituições próprias também participadas pelas Universidades);

g) negociar (sem arrogância nem autoritarismo) e pôr em prática estatutos da carreira docente, tabelas salariais e condições de trabalho docente e de investigação que permitam às instituições públicas de ensino superior recrutar os mais capazes e que tornem aliciantes para estes a dedicação exclusiva às suas funções docentes, de investigação, de divulgação científica, de prestação de serviços à comunidade, etc.;

h) definir e aplicar sistemas de apoio social aos estudantes que assegurem a não discriminação social e geográfica no acesso ao ensino superior e ao sucesso escolar.

«No que diz respeito ao ensino superior particular e cooperativo, consideramos que, preservando embora, tanto quanto possível, os interesses dos actuais estudantes, este deve ser redimensionado, reformulado e avaliado tendo em conta, entre outros, os seguintes critérios: carácter complementar e subordinado relativamente ao ensino superior público, tipo e diversidade dos cursos assegurados, qualidade e estabilidade do corpo docente, qualidade das instalações e das estruturas de apoio, qualidade do ensino ministrado, modalidades de apoio social aos estudantes, mecanismos de participação dos sindicatos dos professores e das associações de estudantes na sua gestão, regras de acesso a financiamentos e a outros apoios públicos.»

Por fim, o documento reitera a posição assumida pelo PCP no sentido de condenar o aumento das propinas, defendendo o aperfeiçoamento e a ampliação das modalidades de apoio social. Denuncia ainda a atitude autoritária, injusta e demagógica do PSD e da JSD na matéria, solidarizando-se com os estudantes que protestam e lutam contra mais uma medida injusta da «maioria PSD».

NACIONAL

Poder Local e cidadania feminina

MDM exige aos partidos maior número de mulheres nos executivos autárquicos

O Convento dos Capuchos, junto a Almada, foi o belo cenário escolhido pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM) para realizar um encontro subordinado ao tema «O Poder Local na promoção da cidadania feminina» e onde, para além das activistas do movimento dos distritos de Lisboa e Setúbal, estiveram representantes de Departamento de Mulheres Socialistas, da Organização das Mulheres Comunistas, da Intervenção Feminina e representantes das Assembleias Municipais de Lisboa e Sintra. Um apelo aos partidos políticos reivindicando a integração de um maior número de mulheres em lugares elegíveis, incluindo-as como cabeças de listas para órgãos executivos propostos às próximas eleições autárquicas, foi aprovado pelos cerca de 70 participantes e será entregue às diversas direcções partidárias sob o título: «1993 - ano para as mulheres elegerem e serem eleitas».

No apelo dirigido aos partidos políticos, o MDM afirma que «a legitimidade democrática requer que seja dada capacidade de decisão e participação a todos os cidadãos» e que «a democracia plena requer que os diferentes estratos da população se revejam nos seus órgãos representativos». Apontando que as mulheres que «são a maioria da população portuguesa (52 por cento)» o movimento regista «um *deficit* democrático porque as mulheres, que são a maioria da população, são uma minoria nos órgãos do poder e, nomeadamente, nos órgãos do Poder Local; onde apenas 6,7 por cento são mulheres».

«Na vida quotidiana permanecem inúmeros obstáculos que dificultam o exercício da igualdade por parte das mulheres, persistindo a sua discriminação e o seu afastamento de muitas esferas da vida pública e política» e «a igualdade entre homens e mulheres implica que os dois sexos tenham as mesmas oportunidades de participação nos diferentes domínios da vida política, económica, cultural e social», pelo que, para ultrapassar esta situação, o MDM reivindique «que sejam integradas nas listas dos partidos para as eleições autárquicas de 1993 maior número de mulheres em lugares elegíveis, incluindo-as como cabeças de lista para os órgãos executivos, tendo em conta que elas são protagonistas indispensáveis na vida e desenvolvimento das comunidades, sejam elas rurais ou urbanas».

Convergência

Ampliar a convergência de esforços entre eleitas no Poder Local e o MDM com vista à valorização do papel das eleitas, aumentando a notoriedade pública da sua intervenção, bem como a necessidade de todos os eleitos, homens ou mulheres, assumirem um papel mais activo na promoção da «pedagogia pela igualdade», foram algumas das intenções mais sublinhadas ao longo do debate de domingo.

Neste encontro foi afirmada a necessidade de encontrar soluções políticas que responsabilizem e envolvam o Poder Central na resolução de graves problemas, que são de sua competência (habitação, transportes, acessibilidades, saúde, ensino, entre outros) que afectam as mulheres e as populações e nas quais as autarquias são chamadas a intervir.

A participação das mulheres nas tomadas de decisão relativas à vida da comunidade foram especialmente sublinhadas neste encontro, bem como a necessidade do MDM e do movimento feminino estimularem as mulheres ao exercício dos seus direitos em igualdade de oportunidades.

No encontro, afirmou-se que as mulheres estão representadas, actualmente, apenas em 6,7 por cento nos órgãos de poder autárquico

Regina Marques disse ao «Avante!» ser necessário «intervir para uma mudança estrutural da sociedade que valorize o património feminino»

«A democracia está desvirtuada»

«Os obstáculos de natureza cultural que geralmente se apresentam como razão para a discriminação das mulheres na actividade política já não podem explicar tudo! É preciso discutir e definir estratégias a seguir para inverter a actual situação, o que passa também por uma actuação junto dos partidos». Afirmações, em entrevista ao «Avante!», de Regina Marques, membro do secretariado nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e vereadora da Câmara Municipal de Setúbal, explicando as razões para a realização do encontro de domingo passado no Convento dos Capuchos, onde se discutia Poder Local e cidadania feminina.

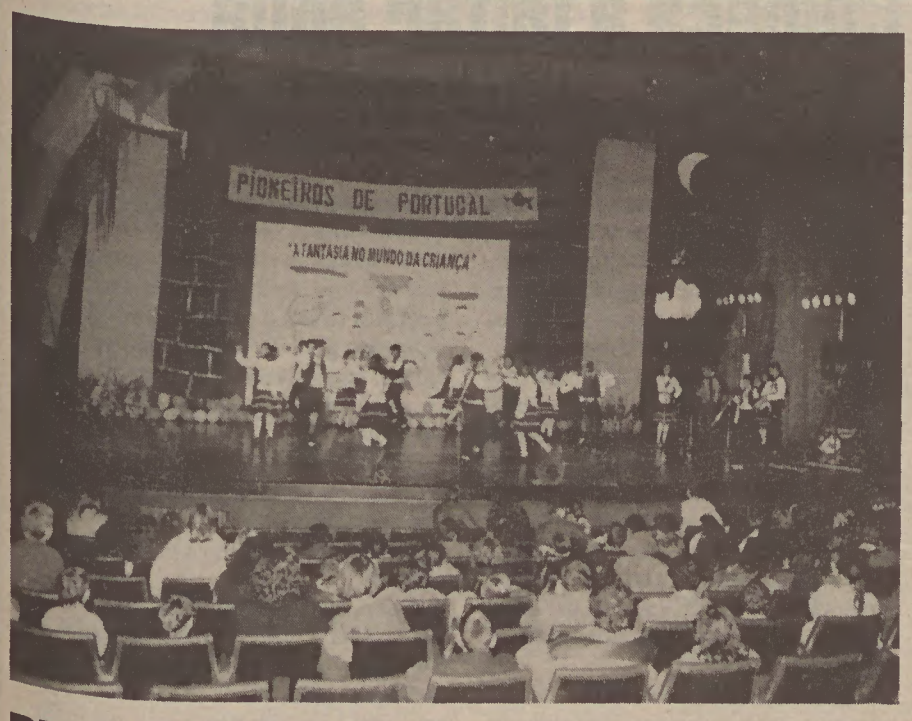
«A qualidade de vida das mulheres é uma questão que as autarquias têm de encarar de frente», afirma-nos Regina Marques, que defende que a elaboração dos Planos Directores Municipais (PDM) devem gerir a organização territorial tendo e conta as necessidades específicas das mulheres. Aliás, numa intervenção feita na parte da manhã no debate nos Capuchos, a vereadora setubalense, defendeu que a localização dos serviços em termos de distância, os horários e percursos dos transportes, as acessibilidade relativas ao local de trabalho e à residência, o horário de funcionamento dos serviços, a possibilidade de se encarar a existência de serviços a utilizar por crianças (cantinas, restaurantes, etc.), a promoção de locais de convívio e lazer, a iluminação e segurança dos locais públicos, deveriam, entre outros, preocupar as autarquias levando em conta as necessidades específicas do quotidiano de muitas mulheres.

É preciso intervir

«A elaboração dos PDMs não devem interessar só os ecologistas», diz a nossa entrevistada que defende que para a concretização destes objectivos, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida de toda a população, é essencial a participação das mulheres no processo de tomada de decisão.

Por isso não acontecer «é a própria democracia que está desvirtuada» pelo que é urgente «intervir para uma mudança estrutural da sociedade, valorizar o património feminino».

Daí, aquela que consideramos a decisão principal deste encontro: pressionar as direcções partidárias no sentido de aumentar o número de mulheres eleitas nas autarquias.



Pioneiros em Festa

Pela quarta vez, os Pioneiros de Portugal organizaram a sua Festa Nacional. Desta vez foi a Academia Almadense que no passado domingo recebeu as crianças que assistiram durante a manhã a um espectáculo que incluiu teatro, dança, palhaços, magia, grupos de dança regional e muita música. O tema escolhido foi «a fantasia» e no final as ruas de Almada encheram-se de centenas de crianças que passeavam balões dos Pioneiros oferecidos, à saída, pela organização.

Saudação a museu da mulher algarvia e crítica às mudanças na Saúde

No encontro sobre Poder Local do passado domingo, o MDM felicitou o VII Congresso do Algarve por, nas suas conclusões, incluir o desejo de vir a ser constituída uma Comissão Pró-Museu da Mulher Algarvia manifestando o seu interesse em participar nesta iniciativa e apelou à convergência de esforços entre as autarquias da região e a delegação do Algarve, da Secretaria de Estado da Cultura para a concretização deste projecto.

Neste Encontro no Convento dos Capuchos, o MDM apelou às mulheres para a sua participação nas Comissões de Utentes de Saúde, assim como às mulheres eleitas e a eleger em Dezembro de 1993 a um profundo envolvimento nas Comissões Consultivas dos Centros de Saúde e nos Conselhos Consultivos dos Hospitais.

Este apelo faz parte da moção a ser enviada ao ministro da Saúde, ao Primeiro-Ministro, aos grupos parlamentares e eleitos no poder local, que exprime duras críticas ao novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, por «atirar» os utentes para os braços das seguradoras e de outros esquemas privados de Saúde e por optar pela privatização de serviços desresponsabilizando o Estado pela rede de cuidados primários de Saúde e de hospitais.

NACIONAL

Faculdade na Nova ocupada e Senado da Técnica recusa pagar

Endurece a luta contra as propinas

Dois acontecimentos da última semana reavivaram em Lisboa o movimento de protesto contra os aumentos das propinas: a decisão do Senado da Universidade Técnica em fixar as novas propinas e a ocupação pelos estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova que levou ao seu encerramento na segunda-feira passada e que agendaram para hoje de manhã uma concentração frente à reitoria, quando o Senado desta faculdade iniciar uma reunião anteriormente agendada para discutir o aumento daspropinas.

A decisão do Senado da Universidade Técnica (UTL), quinta-feira passada, foi tomada após um debate que se prolongou por quse conco horas em torno de uma proposta de resolução apresentada pelas associações de estudantes. O texto inicialmente proposto acabaria por ser reformulado e encurtado, o que permitiu a unanimidade em torno da posição finalmente aprovada.

Para os alunos esta não é «uma vitória dos estudantes» mas sim «uma posição de toda a universidade que se posiciona contra a Lei» imposta pelo PSD, segundo afirmaria à comunicação social um reprsentante dos estudantes, Miguel Lobo.

O reitor da UTL, professor Simões Lopes, apontaria a impossibilidade de o Senado universitário de gerir as contradições entre três diferentes leis da Assembleia da República: para ele a Lei da Autonomia Universitária é contrariada pela Lei 20/92 e pelo artigo 60 da Lei do Orçamento, pelo que o Senado decidiu que «não deve envolver-se activamente na fixação das propinas» já que a sua actuação se encontra condicionada inclusivamente quanto à eventual aplicação das receitas resultantes de qualquer aumento das propinas.

A UTL aguarda agora que o Tribunal Cosntitucional se pronuncie sobre a matéria, enquanto a comunicação social anunciava que o Ministério da Educação se preparava para demitir o reitor.

Os alunos na Universidade Nova anunciam nova paralisação das aulas no mês de Março

Universidade Nova agitada

Os estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa deliberaram numa reunião geral de alunos reabrir a escola na passada terça-feira, depois de terem na véspera ocupado aquelas instalações numa acção de protesto pela aplicação das novas propinas.

No entretanto, os estudantes anunciam uma campanha de intensificação de informação sobre o processo e decidiram aceitar que seja pedida a isenção do pagamentodas propinas, qe deverá incidir sobre os mil e 200 escudos que aceitam pagar.

A reunião geral de alunos decidiu ainda encerrar as instalações da faculdade de um a 15 de Março, altura em que devem ser saldadas as propinas, ficando assegurados os erviços de cantina e bar. Este prazo poderá ser alterado se esta data, que coincide com os dias propostos pelo reitor para o pagamento das propinas, venha a ser alterado.

Professores solidários com Universidade Técnica

Em mensagem dirigida segunda-feira ao Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa toma posição sobre as medidas de retaliação que o Ministério da Educação, segundo a comunicação social, se prepara para efectuar depois do Senado daquela Universidade ter decidido não aplicar a Lei das Propinas.

Na mensagem afirma-se o seguinte: «O relacionamento do Governo com as Universidades Públicas pauta-se pelo respeito pela Autonomia Universitária expressa na Lei 108/88 de 24 de Setembro. Nesta Lei não estão previstas actuações sobre o Órgão Reitor, nem sobre o Senado Universitário. Não se encontra igualmente prevista qualquer figura de inspecção às mesmas universidades, nem saídas de recurso sobre a fixação do montante das propinas através da Lei do Orçamento. No que respeita às inspecções, tal não está previsto na Lei da Autonomia Universitária mas tão-só, no seu art.º 32.º, a avaliação das Universidades de acordo com uma Lei cuja aplicação o Governo não tem sido capaz de concretizar».

Assim, a Direcção do SPGL manifestou «a sua solidariedade com os órgãos da Universidade Técnica que tomaram decisões sobre a questão das propinas. Reafirmam mais uma vez que a grave situação financeira das Universidades Públicas resultante do subinvestimento crónico, e uma adequada Acção Social Escolar não devem ser resolvidas através de propinas. A Direcção do SPGL exige que os actos do Governo se pautem pelo estrito cumprimento da Lei de Autonomia Universitária e não por actos de retaliação política impróprios de um Estado de Direito Democrático. Deste modo, a Direcção do SPGL repudia as ameaças contidas em notícias veiculadas pela Comunicação Social».

Trabalhadores-estudantes apresentam reivindicações

O Congresso Nacional dos Trabalhadores-Estudantes, que se realiza no Porto em 27 e 28 de Fevereiro, vai exigir do Governo «o acesso ao Ensino Superior através da fixação de um contingente específico» daqueles estudantes.

Segundo um comunicado da Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes (FNATES), que organiza o congresso, o encontro vai também exigir a «isenção do pagamento de propinas nos vários graus de ensino».

Estas duas exigências fazem parte de uma «carta de objectivos imediatos», que a FNATES divulgou, e onde constam mais 10 reivindicações que serão debatidas, e eventualmente aprovadas, durante o congresso que vai decorrer sob o lema «trabalhar, estudar e vencer».

A abertura dos estabelecimentos, de Ensino Superior à noite e a organização de cursos em horários pós-laborais, a integração de dois representantes dos trabalhadores-estudantes na Comissão de Avaliação e Consulta sobre o Sistema do Acesso ao Ensino Superior e a criação de espaços em todas as escolas para salas de estudo, convívio, bibliotecas e papelarias são outras das solicitações daqueles estudantes.

Na sua «Carta de Objectivos Imediatos», que será divulgada até à data de realização do Congresso em todas as escolas portuguesas, a FNATES reivindica também a aplicação do Estatuto de Trabalhador-Estudante (Lei 26/81) e a revogação dos despachos que condicionam a sua aprovação, bem como a «alteração e melhoria» daquele estatuto «adaptando-o à actual realidade do ensino em Portugal».

A FNATES pretende ainda que seja criado um organismo ou serviço, na área da educação, que «trate das questões específicas dos trabalhadores-estudantes», que exista uma coordenação com os horários escolares daqueles trabalhadores «em relação à CP, STCP e demais transportes urbanos» e a criação de cantinas e bares em escolas onde o número de trabalhadores-estudantes o justifique.

Seca

Começa a faltar água nas casas alentejanas

A Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) decidiu solicitar uma reunião urgente com o ministro do Ambiente e Recursos Naturais para análise da situação de «pré-ruptura» que se verifica no abastecimento público de água.

A decisão foi divulgada aos jornalistas pelo presidente da AMDE, Alfredo Barroso, no final de uma reunião de autarcas do distrito, cujo único ponto da ordem de trabalhos foi os efeitos da estiagem na região.

«Vamos pressionar o Governo e se este não der resposta iremos contactar os outros órgãos de soberania, nomeadamente a Assembleia da República, para dar conta da gravidade da situação», afirmou Alfredo Barroso.

Segundo o autarca, perspectivam-se problemas a curto prazo nos concelhos de Alhandra, Arraiolos, Montemor-o-Novo, Mora e Portel, embora já se registem cortes no abastecimento público nas povoações de Évoramonte (Estremoz) e Alqueva (Portel).

Depois de sofrer no ano passado uma das maiores secas deste século, Portugal está a atravessar um segundo período de seca que, nalgumas regiões, é pior ainda do que a anterior.

Os valores da precipitação anunciados pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG) para o período de 1 de Setembro a 31 de Janeiro mostram que todas as regiões, com a excepção do Algarve, esses valores continuam muito abaixo da média.

O que caracteriza o corrente ano agrícola (iniciado a 1 de Setembro) por comparação com o anterior é uma maior assimetria na distribuição da chuva pelo território nacional.

Assim, enquanto em Viana do Castelo, Faro , Beja, Porto e Penhas Douradas já choveu um pouco mais do que no ano passado, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, em Viseu e em Vila Real a seca que se faz sentir este ano é ainda maior do que era há um ano.

Em muitas outras regiões, onde já choveu mais do que no ano passado por esta altura, a diferença é insignificante e não chega para compensar a seca anterior, nomeadamente quanto a enchimento de barragens e reposição dos lençóis subterrâneos.

COMUNIDADE EUROPEIA

Timor-Leste no PE
O Separar das águas

■ *Sérgio Ribeiro*

Pareceria evidente que, para a sessão de Janeiro do Parlamento Europeu, quem tivesse o problema de Timor-Leste como fazendo parte das suas preocupações teria de o reflectir em acção ou acções. O que seria observação particularmente adequada se dirigida a quem assume (ou deveria assumir) responsabilidades pela criação e actividade do chamado Intergrupo Timor-Leste.

Assim o entendemos e, embora não façamos parte, sobretudo por pressão da representante do PS na comissão organizadora do Intergrupo, da estrutura executiva do mesmo, preocupámo-nos, a partir de Lisboa e com a colaboração de camaradas em Bruxelas, para que houvesse uma iniciativa que levasse a que, na sessão anterior ao julgamento de Xanana Gusmão, o problema de Timor-Leste fosse de novo levantado no Parlamento Europeu.

Depois de esforços infrutíferos para que essa iniciativa fosse comum, e ao nível do Intergrupo, avançámos com a proposta de resolução para as chamadas questões urgentes e actuais, sempre com a possibilidade de ser transformada em proposta conjunta e de compromisso.

Os debates no PE têm muito que se lhe diga; há quem aparente defender belos princípios e se fique pelas boas intenções e quem pretenda levá-los à prática, sem ambiguidades nem hipocrisias. O exemplo que aqui fica é esclarecedor.

Na chegada a Estrasburgo, na segunda-feira à tarde, ficámos a saber que havia mais duas propostas de resolução, uma do grupo de Le Pen e outra do grupo Arco Iris, o que criava condições para que, marcada a posição, se viesse a chegar à desejada proposta conjunta a partir da nossa e da do Arco Iris.

Para a manhã de terça-feira, estava convocada uma reunião restrita do Intergrupo, que falhou por deficiência de convocatória embora tenha comparecido Simone Weil. Entretanto, soubemos que, na reunião para se fazer a triagem das questões a considerar efectivamente actuais e urgentes, os "grandes grupos" - o **socialista** e o **popular europeu** - impuseram uma hierarquia de urgências que excluiu Timor-Leste do rol das propostas relativas aos direitos humanos. A deputada presente em representação do Arco Iris logo teria anunciado que ia apresentar recurso.

Quando tal soubemos, quase imediatamente depois, achámos inaceitável a posição dos "grandes grupos", e a apatia ou indiferença dos liberais, resolvemos apoiar firmemente o recurso do Arco Iris e fizemos um fax que enviámos aos deputados portugueses, dizendo isso mesmo e chamando-lhes a atenção para a importância da votação do recurso na manhã seguinte.

Ainda no final de terça-feira, fomos surpreendidos pelo facto de o Arco Iris não ter depositado o recurso e estar com dúvidas em o fazer, e não menos surpresos por o termos sabido como reacção ao nosso fax e com o argumento de que talvez fosse de nada fazer no mês de Janeiro, adiando-se tomadas de posição para Fevereiro e simultaneamente com o julgamento de Xanana. Com o prazo de depósito de recursos quase no seu termo, insistimos na apresentação do recurso, que acabou por ser coredigido e assinado pelo deputado português que faz parte do Arco Iris e por nós, em nome do grupo Coligação de Esquerda, e acrescentámos o pedido de votação nominal.

Pressões e recuos

Na manhã de 20, às 09.05.58h, foi votado o recurso e aprovado, com uma votação em que, dos 24 deputados portugueses, participaram 12: os 3 do PCP, 3 do PS (são 9!), 1 do PSD (são 9!), 1 do grupo PPE (são 3!) e o deputado do Arco Iris.

Assim, ficaram admitidas as três propostas de resolução, pela ordem de entrada: dos neofascistas, da Coligação de Esquerda, do Arco Iris. Logo na reunião que se seguiu, para eventuais compromissos, os "grandes grupos" fizeram saber que apoiariam a proposta de resolução do Arco Iris porque a nossa era muito dura... Fizemos alguns contactos durante o dia, enviámos um fax aos deputados portugueses com a nossa proposta, afirmámos a maior abertura para negociar, e participámos numa reunião ao fim do dia para que se tinham convocado/convidado os deputados representantes dos partidos políticos portugueses ou grupos (pois os que eram do CDS já só representam o PPE).

Foi explicitada uma reserva relativamente à nossa proposta pela forma como manifestávamos o desagrado pela realização de uma reunião em Djacarta do grupo de trabalho das Nações Unidas para os direitos humanos na Ásia-Pacífico. Reiterámos a abertura para "dar uma volta ao texto", mas foi ficando claro que a objecção de fundo, particularmente dos grupos **socialista** e **popular europeu**, tinha a ver com o ponto 3 em que instávamos a utilização de meios - de cooperação económica, políticos, diplomáticos -, pela Comissão e Estados-membros para se impor à Indonésia o respeito pelo direito internacional e os direitos humanos. Além de que **só usávamos** o facto "prisão e julgamento de Xanana Gusmão" para trazer a questão Timor-Leste ao plenário, e não fazíamos desse facto a questão central da proposta de resolução.

Nessa reunião do final de quarta-feira, a que faltou a deputada representante do PS que, no entanto, fez chegar a indicação do apoio à proposta do Arco Iris, foi-nos sugerido, com ênfase, pelo representante do PPE, que retirássemos a nossa proposta por ter prioridade na votação, até com o argumento de que, se havia recurso, isso se devia ao Arco Iris! Foi uma reunião difícil, em que chamei a atenção para o recuo que representava a proposta do Arco Iris - pedindo a libertação dos presos e pedindo assistência judicial para os presos..., apelando e advertindo a Indonésia para as consequências dos seus actos... -, sendo pior, a nosso critério, do que a surpreendentemente boa proposta do grupo de Le Pen.

Sem ambiguidades

Assim se chegou ao debate sobre as questões urgentes e à votação. No debate, no escasso tempo de que dispunha, fiz a seguinte intervenção, aplaudida por alguns deputados:

"Que fique claro que não vos peço desculpas, caros colegas, por ter contribuído para que Timor-Leste esteja mais uma vez neste debate, e vos vir incomodar repetindo denúncias e acusações tantas vezes ouvidas, embora sempre actualizadas, como é, agora, o caso da prisão de Xanana Gusmão e do seu vergonhoso aproveitamento, que o julgamento anunciado irá levar ao paroxismo.

"Não, senhores deputados. Se Timor-Leste aqui vem de novo, a culpa não é de quem aqui traz a questão. A culpa é, exclusivamente, da Indonésia, pelos seus actos repetidos para esmagar a resistência de um povo, de genocídio, com sobranceiro desprezo pelo direito internacional e pelos direitos humanos, pela opinião pública, pelos apelos e advertências.

"E que devemos fazer nós, cidadãos mais responsáveis porque eleitos para este Parlamento Europeu? Responder à indiferença perante os apelos e advertências com a indiferença de mais apelos e de mais advertências que nos tranquilizam as consciências enquanto se vão apagando a identidade e os sinais de um povo?

"Senhor Presidente, este nosso Parlamento Europeu, a Comunidade, não pode ficar-se pelo pedido ao violador para que não mais viole, ou para que não condene com a pena de morte ou muitas dezenas de anos de prisão as vítimas das suas violações. Este nosso Parlamento Europeu, a Comunidade, os Estados-membros, têm meios para levar a que a Indonésia cumpra o que o Direito Internacional lhe impõe, respeite os Direitos Humanos.

"É a nossa proposta. É a nossa urgência. E exigência. Sem ambiguidades."

Na votação, depois da rejeição da proposta do grupo chamado das direitas europeias, da nossa proposta (para que pedimos votação nominal), houve 38 votos a nosso favor, 231 contra e 21 abstenções.

Com os deputados comunistas portugueses, votaram a favor da proposta de resolução os restantes deputados da Coligação de Esquerda, mais 17 verdes, mais 6 deputados que ficaram 'não inscritos' depois do desaparecimento do grupo Esquerda Unida, 4 deputados dos grupo socialista, 2 do PPE e 1 Arco Iris.

Dos outros deputados portugueses, 12 abstiveram-se, 4 votaram contra e 5 não participaram na votação. Do PS, 3 abstiveram-se, 2 votaram contra (um deles aplaudiranos a intervenção...) e 3 não participaram na votação (entre eles, o presidente ou coordenador da componente portuguesa no grupo); do PSD, foram 7 os que se abstiveram e 2 os que votaram contra; o deputado do Arco Iris absteve-se e, dos 3 ex-CDS, 1 absteve-se e os outros dois não participaram na votação (sendo um deles o que foi, em tempos, indicado para representar a componente portuguesa do PPE no Intergrupo).

Quando se separam as águas, mais uma vez, em relação a Timor-Leste, aqui fica um relato dos factos. Sem comentários... E sem ambiguidades!

De toda esta série de acontecimentos foram distribuídas duas notas à imprensa, que delas não fez qualquer uso, exceptuando o "Avante!". Aliás, até lemos que a proposta aprovada era de teor semelhante à nossa e não aprovada!

Vias navegáveis

A Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu aprovou as propostas apresentadas pelo deputado do PCP, Rogério de Brito, para o desenvolvimento em Portugal de novas vias navegáveis e alargamento da rede rodoviária. Em questão está o desenvolvimento das acções necessárias para a utilização e melhoria das condições de navegabilidade das bacias do Tejo e Guadiana face à importância regional da navegação interior, bem como a inclusão da ligação da futura auto-estrada Setúbal-Algarve a Beja, Serpa, Ficalho e Rosal de La Frontera e a ligação da futura auto-estrada Viseu-Chaves a Bragança e a Valladolid.

Estas propostas serão integradas no parecer da Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu sobre a proposta da Comissão ao Conselho de uma decisão relativa ao "desenvolvimento de uma rede europeia de vias navegáveis" e ao "estabelecimento de uma rede rodoviária transeuropeia".

Fábrica de urânio

A Comissão Europeia considera que a fábrica de tratamento de concentrados de urânio "Quercus", localizada em Saelices el Chico (Salamanca), não constitui ameaça "significativa" para Portugal. Em resposta a uma questão do deputado Rogério de Brito sobre os perigos de poluição radioactiva dos rios e lençóis freáticos junto à fronteira portuguesa, a Comissão informou ter consultado um "grupo de peritos" e que estes consideraram que "quer em condições de funcionamento normais quer em caso de acidente", o empreendimento "não é susceptível de provocar, do ponto de vista da saúde, contaminação radioactiva significativa da água, do solo ou do espaço aéreo" de Portugal. A resposta da Comissão não faz qualquer comentário, por outro lado, ao facto de as autoridades espanholas terem autorizado a empresa envolvida no referido projecto (ENSUA) a dispor do caudal do rio Águeda, rio internacional, sem para tal ter consultado as autoridades portuguesas.

Formação de mulheres

"Chega de retórica sobre como aproximar a Comunidade dos cidadãos. É tempo de a igualdade homens-mulheres ser mais do que um *slogan*" - esta a exigência do Comité consultivo da Comissão Europeia para a igualdade de oportunidades entre sexos, que em carta a Jacques Delors reclama mais fundos comunitários para a formação de mulheres.

A carta, divulgada em Bruxelas no final de Janeiro, é subscrita pelos presidentes das doze agências europeias (uma por cada Estado) que se dedicam à promoção da igualdade entre sexos e alerta a Comissão para a necessidade de investir mais fundos na formação profissional das mulheres. Segundo o Comité, se tal não suceder as mulheres correm o risco de ver as suas qualificações desaproveitadas e de ver agravada uma situação de relativa desigualdade face aos homens. A carta recorda ainda que as mulheres, apesar de representarem cerca de 40 por cento da força de trabalho da Comunidade, continuam a ser canalizadas para os empregos mais mal pagos, que não exigem especialização.

Terceira idade

As pessoas com mais de 60 anos representam um quinto da população actual da CEE e ascenderão a um quarto no ano 2000, o que coloca problemas crescentes de financiamento das pensões. Num estudo divulgado há dias para assinalar o lançamento do "Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações", refere-se que uma em cada três pessoas na CEE tem mais de 50 anos e uma em cada cinco tem mais de 60. Nos Doze, a maioria dos idosos são mulheres, designadamente acima dos 80 anos. Em Portugal, desde o censo de 1981 a 1991, a população acima dos 65 anos aumentou 13,1 por cento, prevendo-se que em 1999 atinja os 14 por cento.

O estudo revela, por outro lado, que o envelhecimento da população se acentua mais no interior do país, numa faixa que vai da serra algarvia a Bragança.

A temática do envelhecimento da população comunitária, com o consequente aumento dos encargos devido às pensões, gastos sociais e infra-estruturas, esteve a semana passada em debate, em Copenhaga, na primeira reunião a nível ministerial consagrada à terceira idade. Os ministros concordaram na necessidade de preparar uma estratégia europeia sobre o assunto.

Ecotaxa

A Comissão Europeia está disposta a implementar a "cláusula de condicionalidade", ao abrigo da qual a CEE se comprometeu, em 1992, a impor uma taxa sobre o consumo de petróleo, se os Estados Unidos avançarem com a recém-anunciada intenção de criar uma "taxa ecológica" sobre o consumo de energia.

A proposta da "ecotaxa" surgiu na sequência da definição pela Europa de uma estratégia mundial para reduzir as emissões de dióxido de carbono, responsáveis pelo sobreaquecimento da atmosfera (efeito de estufa) e constitui uma dos compromissos assumidos na Cimeira do Rio pelos países desenvolvidos. A Comissão Europeia afirma esperar que o novo posicionamento dos EUA face às questões ambientais "suscite novas oportunidades de cooperação entre os dois blocos numa área crucial como a ambiental".

Direitos do Homem

Comissão das Nações Unidas inicia reunião em Genebra

A 49ª sessão da Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas iniciou dia 1, em Genebra, os seus trabalhos, que se prolongam até 12 de Março.

A Comissão foi criada em 1946, pelo Conselho Económico e Social da ONU, com o objectivo de emitir recomendações para a elaboração de textos internacionais sobre direitos humanos, examinar situações de violação dos direitos fundamentais e assistir aquele Conselho nas suas actividades no campo dos direitos do homem.

Durante esta sessão, a Comissão vai analisar, por um lado, situações que pareçam revelar graves viola-ções dos direitos humanos, por outro, situações em que os povos estejam ameaçados nos seus direitos a disporem de si próprios, a usufruírem dos seus direitos socioeconómicos, culturais e ao desenvolvimento.

No que se refere aos direitos dos povos a disporem de si próprios (direito à autodeterminação), serão tratados os casos de Timor-Leste, Afeganistão, Cambodja, Palestina ocupada e Saara Ocidental.

No ponto da agenda sobre luta contra o racismo, discriminação e intolerância, os trabalhos serão dominados pela análise de um relatório sobre a aplicação da convenção internacional sobre a eliminação da repressão e do crime do *apartheid*.

A violação sistemática e em massa dos direitos do homem é outro ponto da ordem do dia em que se falará da situação na África Austral.

Outros pontos a discutir - de par das situações de violação dos direitos humanos - são os direitos económicos, a promoção do desenvolvimento dos direitos do homem, a situação dos instrumentos relativos aos direitos humanos e a Conferência Mundial dos Direitos do Homem, a realizar em Viena de Áustria em 14 e 15 de Junho.

Esta sessão da Comissão dos Direitos do Homem inicia os seus trabalhos logo após o encerramento da Conferência de Jacarta sobre os direitos do homem, patrocinada pelas Nações Unidas, e cuja realização na Indonésia - regime profundamente repressivo e o ocupante de Timor-Leste - foi contestada, por contradizer assim os próprios objectivos da Conferência.

Aliás, estas diferentes realidades e iniciativas estão marcadas pelas mais diversas contradições.

Referimos apenas alguns factos.

A organização indonésia "Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos" não foi autorizada por Jacarta a participar na reunião, sendo-lhe negada a oportunidade de "falar da actual situação dos direitos humanos no país", sobre o que, naturalmente muito teria a dizer.

Ainda na Conferência de Jacarta, repetiu-se uma curiosa argumentação - em particular por parte da Indonésia, mas também da China - a de que a questão da implementação dos direitos humanos deve estar sujeita às diferenças económicas, sociais e políticas dos diferentes países. O que na verdade corresponde a um esvaziamento desses mesmos direitos.

"Embora os princípios dos direitos humanos sejam universais e as regras-padrão tenham sido negociadas e aceites a nível internacional, as responsabilidades pela sua aplicação cabem aos Estados" - é a opinião de Sastrohandoyo, director-geral indonésio para os assuntos políticos - que acrescentou que os meios e os mecanismos dessa aplicação "variam de Estado para Estado". Na abertura da Conferência, o presidente Suharto, da Indonésia, defendera que a aplicação ou não dos direitos humanos deve ser decidida pelos Estados individualmente...

Um outro facto a referir - três centenas de representantes de mais de 70 países, reunidos em Estrasburgo no passado dia 30 de Janeiro, exigiram um "aumento significativo do orçamento da ONU consagrado aos direitos do homem", criticando o facto de as Nações Unidas consagrarem menos de 1 por cento do seu orçamento e 0,75 por cento do seu pessoal à defesa dos direitos do homem.

A defesa dos direitos humanos passa também pela criação de condições favoráveis ao desenvolvimento e erradicação da miséria

verter o direito internacional, substituindo o consagrado dever de não-ingerência a respeito pela soberania nacional por um pretenso e arbitrário «direito de ingerência» sob a capa da ONU ou outras instituições internacionais. Tal já se traduziu por intervenções militares dos Estados Unidos e alguns dos seus aliados, agravando velhos conflitos e activando novos conflitos. Particularmente grave é o apelo à intervenção militar na dramática situação da ex-Jugoslávia, à qual não é alheia a actuação da Alemanha, ameaçando fazer alastrar um explosivo conflito nos Balcãs que atingiria toda a Europa, em vez de persistir com determinação pela via da negociação pacífica.

Também hoje, na Europa, somando-se aos efeitos desastrosos da actual crise económica, defrontamos os esforços para impor um poder supranacional de carácter federal, de que é expressão o Tratado de Maastricht, respondendo aos interesses egoístas dos grandes monopólios transnacionais. Grandes lutas dos trabalhadores e uma massiva actuação dos cidadãos, em muitos países da Europa, opõem-se a tal política dos monopólios defendendo os direitos sociais e a soberania nacional e uma justa cooperação internacional em pé de igualdade entre todos os Estados.

Não ignorando as dificuldades presentes, lutamos com a profunda convicção de que é possível inverter o perigoso curso da evolução mundial e que é ao socialismo que pertence o futuro da Humanidade. O PCP considera imprescindível, não só a luta dos trabalhadores e dos povos em cada país, mas também a sua activa solidariedade internacionalista. É nossa profunda convicção de que a cooperação e acção convergente dos comunistas, a afirmação da sua identidade própria, não obsta e antes potencia uma mais ampla convergência e unidade de todas as forças democráticas frente à reacção e o imperialismo, pela democracia, o progresso social e a paz.

Renovando os votos ao vosso Congresso, exprimimos o nosso empenho em manter em desenvolver os laços de amizade e cooperação existentes entre os nossos dois partidos.

Partido do Socialismo Democrático da Alemanha em Congresso

Saudação do PCP

Decorreu em Berlim, entre 29 e 31 de Janeiro, o 3.º Congresso do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, em que o PCP esteve representado por Vítor Dias, da Comissão Política.

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção do Partido do Socialismo Democrático a mensagem que transcrevemos.

Queridos Camaradas,

O Comité Central do Partido Comunista Português transmite as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses ao 3.º Congresso do Partido do Socialismo Democrático e, por intermédio dos seus delegados, a todos os membros do vosso Partido.

Lutais hoje nas difíceis condições resultantes de um processo de unificação da Alemanha que não respeitou os legítimos direitos, conquistas e aspirações da população da antiga República Democrática Alemã e que provocou o agravamento das condições de vida e a precarização social de largas massas, o desmantelamento do aparelho produtivo e o aparecimento de um desemprego massivo em extensas regiões do vosso país. Tendes tido que enfrentar perseguições revanchistas e práticas discriminatórias, o alastrar na sociedade de actividades racistas e neonazis, assim como o reavivar da militarização e ambições expansionistas da Alemanha. Por isso, vos queremos manifestar a viva solidariedade dos comunistas portugueses para com a vossa corajosa luta em defesa dos interesses vitais e conquistas sociais dos trabalhadores e das massas populares, contra a repressão anticomunista e o racismo, pela democracia, a paz e o socialismo. Fazemos votos para que o vosso Partido tenha êxito nos esforços pela unidade de acção de todos os comunistas na Alemanha, assim como pela constituição de uma ampla frente das forças de esquerda, democráticas e amantes da paz.

O PCP realizou em Dezembro último o seu XIV Congresso, reafirmando com orgulho a sua identidade comunista, de que são componentes inseparáveis a sua natureza de classe como partido dos trabalhadores, uma teoria revolucionária, princípios orgânicos que asseguram simultaneamente uma profunda democracia interna e a unidade, patriotismo e internacionalismo, o objectivo de construção de uma sociedade socialista. Renovando-se de acordo com as exigências da vida e as lições da experiência, o PCP luta invariavelmente pela unidade dos trabalhadores, pela unidade ou convergência das forças democráticas e considera que a afirmação do Partido, a sua dinâmica própria e acção política é um factor dinamizador e indispensável dessa unidade. Lutando hoje contra a política antipopular, antinacional e antidemocrática do governo de direitra, empenhando as suas forças na frente da luta das massas assim como no plano institucional, o PCP tem como programa uma Democracia Avançada que aprofunde a democracia nas suas vertentes política, económica, social e cultural, tendo no horizonte o futuro socialista de Portugal.

O PCP considera que, na sequência do desaparecimento da URSS e dos regimes dos ex-países socialistas da Europa, cujo «modelo» contrariava e afrontava o próprio ideal comunista, se verificou um perigoso desequilíbrio na correlação de forças mundial e se tornou mais instável a situação internacional, especialmente devido ao desígnio do imperialismo explorador, opressor e agressivo, sob a hegemonia dos EUA, de impor a todos os povos a chamada «nova ordem mundial». Pretende-se sub-

Europa de Leste

A grande desilusão

Polacos, húngaros, checos e eslovacos estão cada vez mais decepcionados com as novas instituições nos seus países, segundo um estudo apresentado nestes dias em Viena sobre as "correntes políticas na Europa central e oriental". Os dois especialistas que realizaram este inquérito indicam que 74% dos húngaros, 71% dos polacos e 66% dos checos e eslovacos inquiridos entre Dezembro de 1992 e Janeiro de 1993 declararam-se "desiludidos" ou mesmo "muito desiludidos" com a situação nos seus países. Os cidadãos destes países lamentam nomeadamente não ter qualquer influência sobre a vida política. A sua confiança nos governos, partidos e sindicatos desvanece-se: 85% dos polacos, 83% dos húngaros e 73% dos checos e eslovacos estão convencidos de que "os seus deputados não se interessam pelas suas opiniões". O número de pessoas interessadas em política diminuiu significativamente, nomeadamente na Hungria, onde 33% das pessoas englobadas na sondagem "já não se interessa de todo por política" em 1992, contra 24% em 1991.

Num artigo aparecido no início deste ano em "Ouest-France", Bernard Margueritte, antigo correspondente do "Figaro" em Varsóvia, cita uma sondagem realizada em Novembro de 1992, que indica que 97% dos polacos consideram "má" a situação económica. Em Outubro, ainda havia 25% que consideravam que as coisas corriam num bom sentido. Um mês mais tarde já eram só 19%. Os que pensam que a situação se está a degradar passaram de 48% para 74%. Em Outubro, 42% dos polacos aprovavam a acção governamental. Em Novembro eram apenas 27%.

Angola

Unita continua a apostar na guerra

A guerra continua a marcar a situação em Angola. A reunião de Addis Abeba, entre as delegações do governo angolano e da Unita terminou sem qualquer acordo. O único ponto acordado foi a realização de outro encontro, na capital etíope, a 10 de Fevereiro. Entretanto, nenhum dos temas em discussão mereceu consenso e a questão - determinante - do cessar-fogo foi a mais polémica ao longo das conversações.

O comunicado oficial divulgado no fim dos trabalhos dá conta de que houve um princípio de acordo no sentido de o governo de Angola e a Unita reafirmarem a validade dos acordos de paz para Angola e a vontade de concluírem a sua integral aplicação. Nele se afirma "o propósito de manter e estreitar o diálogo político directo que reconduza ao respeito do cessar-fogo em todo o território nacional, permitindo o normal desenvolvimento das instituições democráticas saídas das eleições de Setembro último".

Entretanto, o Conselho de Segurança da ONU renovou por três meses, até 30 de Abril, o mandato da missão de verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II).

Numa resolução aprovada por unanimidade, o Conselho de Segurança pediu também a todos os Estados "para tomarem todas as medidas necessárias com vista a pôr fim imediatamente e de forma eficaz a qualquer operação de ingerência militar ou paramilitar, directa ou indirecta, conduzida a partir dos seus territórios".

Neste momento - e como tem vindo a ser denunciado e/ou reconhecido por diferentes entidades - o grande obstáculo ao fim da guerra no país é a convicção, em sectores determinantes da Unita, de que lhes seria possível uma vitória militar. Convicção também alimentada pelos apoios provenientes da África do Sul e do Zaire.

Em recente artigo nas páginas do "New York Times", em que se traça um quadro da situação que hoje se vive em Angola - as "dezenas de milhar de mortos" que a guerra teria feito nas últimas três semanas de guerra, segundo o correspondente do jornal norte-americano, que refere também que "milhares de pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas devido ao conflito e mais de um milhão e meio de angolanos enfrenta a perspectiva de fome" - afirma-se haver provas crescentes de que Savimbi está convencido de que pode ganhar a guerra.

Esta aposta na continuação da guerra conta com apoios externos, como no fundo é reconhecido na própria resolução do Conselho de Segurança atrás referida. Recentemente o governo angolano apresentou provas do envolvimento sul-africano na guerra, que incluíam uma lista de tripulantes e aeronaves envolvidas nas actividades de apoio à Unita. Documentos obtidos pelo "Jornal de Angola" provam, por outro lado, o envolvimento zairense, que seria directamente coordenado por Mobutu, através de um "Estado Maior Secreto do Chefe de Estado", criado em Outubro de 1991, com acções militares directas e de sabotagem económica.

Na sua intervenção no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura, sublinhou que o governo angolano "não tem interesse numa solução militar nem na liquidação da Unita como partido".

Venâncio de Moura pediu um inquérito internacional para investigar o envolvimento estrangeiro na guerra e que "uma comissão internacional dos direitos humanos e do Comité Internacional da Cruz Vermelha se desloque à Jamba para permitir a libertação de familiares de muitos dissidentes da Unita, actualmente fora da Jamba, e permitir a livre circulação de todas as pessoas aí cativas".

Venâncio de Moura pediu igualmente que sejam estudadas medidas "mais enérgicas e eficazes para ajudar o povo angolano e seu governo eleito a defender a legalidade democrática que emanou dos acordos de Bicesse".

EUA

Os negros norte-americanos foram as principais vítimas da recessão, revelou o relatório anual da «National Urban League», defendendo a implementação de um «Plano Marshall» de investimento nas infra-estruturas e potencial humano dos Estados Unidos.

A «National Urban League», fundada em 1910, e que participou activamente na luta pelos direitos cívicos nos anos 60, permanece uma das principais organizações de defesa dos negros nos Estados Unidos.

A organização apresentou em Washington o seu 1870 relatório anual sobre «a situação da América negra» em 1992.

O documento refere-se a uma comunidade dividida entre o «profundo desespero» e «uma nova esperança».

«O desespero decorre dos efeitos de uma longa recessão que atirou muitas famílias negras para a pobreza, diminuindo as possibilidades de emprego já escassas», comentou o presidente da «Urban League», John Jacob.

Jacob sublinhou que a taxa de desemprego entre a minoria negra cresceu 14 por cento no último trimestre de 1992, ou seja, mais do dobro do que entre a população branca.

Etiópia

Mais de duzentas mil pessoas manifestaram-se em Adis Abeba para alertar contra os riscos de uma guerra civil e apelar à reconciliação entre as etnias e as religiões na Etiópia.

A manifestação desenvolveu-se num clima de forte tensão entre o governo do presidente Meles Zenawi e a Organização de todo o Povo Amhara (AAPO), que representa a segunda etnia do país e saiu do poder depois da queda do regime de Mengistu.

A AAPO afirmou recentemente que 18 dos seus membros foram «detidos sem procedimento judicial». O governo acusa, por seu lado, a AAPO de ter instigado a manifestação estudantil organizada a 4 de Janeiro, durante a visita do secretário-geral da ONU, Butros Ghali, para protestar contra a organização do referendo sobre a autodeterminação da Eritreia.

A repressão a essa manifestação fez um morto e cerca de 30 feridos segundo o governo, e mais de 10 mortos e uma centena de feridos segundo os estudantes.

Brasil

Uma investigação interna da polícia militar brasileira confirmou a responsabilidade policial na morte, em 2 de Outubro último, de 111 presos na casa de detenção de São Paulo.

Num relatório entregue ao secretário da segurança do Estado de São Paulo, a comissão de investigação do incidente confirma que na operação os polícias cometeram «crimes militares» mas não responsabiliza individualmente os culpados.

O relatório indica que os 537 polícias que participaram na operação «cometeram excessos» e reconhece que muitos presos já se tinham rendido aos guardas quando foram mortos a tiro ou à navalhada nas suas celas.

Os 111 presos morreram durante uma operação policial que pôs termo a uma rebelião de mais de dois mil reclusos do nono pavilhão da casa de detenção de São Paulo.

Alemanha

Soldados alemães estiveram implicados em 1992 em 14 ataques de extremistas de direita contra centros de refugiados, noticia o Bild.

Os soldados, acrescenta o jornal, estiveram ainda envolvidos num total de 54 incidentes provocados pela extrema-direita.

Citando um documento do Ministério da Defesa a que teve acesso, o Bild assinala estarem em curso dois inquéritos contra soldados do movimento «skinhead» por homicídio.

Um porta-voz do Ministério da Defesa inquirido sobre o assunto não confirmou os números avançados pelo Bild mas referiu que, em quase todos os casos, os soldados envolvidos são «muito jovens».

Saara

O secretário-geral da ONU, Butros Ghali, apresentou ao Conselho de Segurança três opções para se sair do impasse em que caiu o processo de autodeterminação do Saara Ocidental.

Face ao insucesso das conversações levadas a cabo pela ONU com Marrocos e com a Frente Polisário sobre a espinhosa questão dos critérios de identificação dos eleitores passíveis de votar no referendo, Butros Ghali deixa a decisão para os membros do Conselho.

A primeira opção apresentada por Butros Ghali sugere a continuação e a intensificação das conversações, considerando embora que «as possibilidades de sucesso desta opção serão muito pequenas».

O secretário-geral das Nações Unidas propõe como segunda possibilidade a aplicação imediata do plano de paz sobre as bases definidas pelo antigo secretário-geral Javier Perez de Cuellar, em Dezembro de 1991.

Enfim, a terceira opção apresentada pelo secretário-geral da ONU «consistiria em adoptar uma actuação alternativa, não prevista no plano de paz».

Ghali pede ao Conselho que crie uma, sublinhando que em função da decisão do Conselho «o papel e o tamanho da missão das Nações Unidas para a organização de um referendo no Saara Ocidental (Minurso) deveriam ser revistos».

Saudação do PCP ao PC de Israel

Por ocasião do 22.º Congresso do PC de Israel, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do PC de Israel a seguinte mensagem.

Queridos Camaradas,

Em nome dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternal e calorosamente o 22.º Congresso do PC de Israel e, por intermédio dos seus delegados, os comunistas, os trabalhadores e o povo israelita.

Ao fazê-lo, temos bem presente que a acção do PCI se desenvolve em condições particularmente difíceis e complexas, frente a um sistema de poder que viola e afronta permanentemente direitos humanos fundamentais e a legalidade internacional. Os comunistas portugueses têm em grande apreço e seguem com espírito solidário a corajosa luta dos comunistas israelitas em defesa dos trabalhadores e das massas populares atingidas pela crise, pela cooperação e unidade das forças democráticas e, em particular, contra a brutal repressão da luta libertadora do povo palestiniano, pela paz e consequente retirada de Israel dos territórios árabes ocupados.

O PCP realizou recentemente o seu XIV Congresso, no qual confirmou a identidade comunista do Partido, de que são componentes fundamentais a sua natureza de classe, a teoria revolucionária, os princípios de organização que articulam uma profunda democracia interna e a unidade, o patriotismo e o internacionalismo, o objectivo da construção em Portugal de uma sociedade socialista.

Orientamos a nossa acção para o combate à política do actual governo de direita que conduziu já à reconstituição do capitalismo monopolista e visa a construção de um poder autoritário, para a unidade e mobilização dos trabalhadores e das massas populares, para a convergência das forças democráticas do nosso país. Consideramos simultaneamente da maior importância o fortalecimento dos laços de solidariedade de internacionalista de todas as forças do progresso social e da paz.

Rejeitamos firmemente as campanhas sobre a «morte do comunismo» e o «declínio irreversível do movimento comunista». A nossa análise do capitalismo contemporâneo e da realidade de Portugal confirma-nos que os Partidos Comunistas não só são necessários como são indispensáveis à luta libertadora dos trabalhadores e que a sua cooperação fraternal não só se opõe como favorece a cooperação mais ampla e necessária das forças democráticas, progressistas e amantes da paz. Uma tal cooperação é de fundamental importância face à perigosa evolução da situação internacional em que os EUA tentam por todos os meios impor a sua liderança e hegemonia no quadro de uma «nova ordem» mundial imperialista, mas em que simultaneamente se verificam possibilidades reais de forjar uma vasta frente de luta dos trabalhadores e dos povos e contrariar com êxito tais pretensões.

Desejando os maiores êxitos aos trabalhos do vosso Congresso e ulterior aplicação das suas decisões, o PCP reafirma a sua vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade entre o PCP e o PC de Israel.

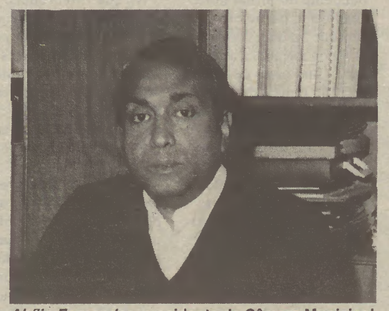
A decisão de deportar 400 palestinianos gerou grande polémica entre os partidos com representação parlamentar

Évora
O tempo do progresso no templo da planície

■ *Henrique Custódio*

Rezam lendas que Évora chegou a ser a capital dos Lusitanos e o próprio Camões não hesitou em certificá-lo no Canto III dos *Lusíadas*, cantando-a nestes termos: "*Eis a nobre cidade; certo assento/ Do rebelde Sertório antigamente/ Onde ora as águas nítidas de argento/ Vem sustentar de longo a terra e a gente(...)*". Todavia Évora não necessita de pergaminhos nebulosos a sustentar-lhe o protagonismo histórico que, indubitavelmente, possui: ocupada por romanos, visigodos e árabes, integrada no Reino de Portugal logo nos alvores da nacionalidade, foi durante toda a nossa Idade Média uma das mais importantes cidades do País, residência de monarcas, regular assento de Cortes e palco de célebres intervenções políticas de massas, como as do apoio ao Mestre de Avis, no Interregno, ou as da "Revolta do Manuelinho", durante o domínio espanhol. No campo artístico e cultural, basta referir que por lá viveram e a ela se ligaram figuras como Gil Vicente, Garcia de Resende, Vasco da Gama, Clenardo, Jerónimo Osório, D. Francisco Manuel de Melo e Frei Manuel do Cenáculo, ou assinalar a importância nacional e europeia que rapidamente ganhou a sua Universidade, criada pelo cardeal D. Henrique em 1559. Falar, hoje, de Évora é ir ao encontro duma cidade declarada pela UNESCO como Património Mundial, subido mérito que tem duas vertentes: a dos homens que a foram erguendo e a dos que a continuam. Graças a estes últimos, é hoje possível interpelar todos - dos romanos que vão emergindo de inesperadas escavações, aos próprios que agora harmonizam tanta História sobreposta e estão a fazer da urbe medieval que Geraldo Geraldes entregou, sem pavor nem custos, a Afonso Henriques, uma prodigiosa cidade onde o antigo e o moderno convivem numa produtividade sem conflitos. Naturalmente que é mais fácil falar com estes últimos. Foi o que fizemos, deslocando-nos ao lugar onde, nos últimos anos, Évora foi tomando as decisões e as medidas que lhe perservaram o passado, lhe dignificaram o presente e lhe desenham o futuro: a Câmara Municipal ou, melhor dizendo, o Poder Local com que eleitos e eleitores estão a levar a cabo, em Évora, um dos mais fascinantes trabalhos autárquicos do País. O progresso regressou ao templo da planície.

Com um Plano Director Municipal elaborado em 1979 para um horizonte de 18 anos (e o primeiro a ser aprovado pelo Governo, em 1985), a gestão CDU da Câmara Municipal de Évora cedo comprovou a sua determinação em dirigir



Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal

a cidade e o Concelho com intervenções planificadas, à vista de toda a gente e convocando sempre os munícipes para a definição das grandes opções. Organizando Planos Quadrienais de acção, a que o Plano de Actividades vai, ano a ano, dando concretização, o município eborense foi resolvendo com método, persistência e eficácia os grandes problemas do Concelho, como as infra-estruturas básicas ou os equipamentos culturais e desportivos, as vias de comunicação ou as questões habitacionais, o património histórico-cultural ou as carências no ensino e na saúde (ver caixa).

O último Plano Quadrienal (de 1989 a 1993, concluindo-se, portanto, este ano) mostra bem como Évora já está longe das preocupações iniciais com problemas básicos (e que tanto afligem, ainda, muitos municípios portugueses), apresentando um concelho já virado para os grandes desafios que se aproximam, nomeadamente com a integração plena na Comunidade Europeia.

Os Dez Objectivos

Subordinado à consigna "Afirmar Évora como pólo regional e cidade da Europa", o Plano Quadrienal de 1989/93 apontou 10 Grandes Objectivos, que vale a pena enunciar pelo que de esclarecedor contêm sobre o alto nível de intervenção autárquica praticada neste Concelho: **1º: Promover o desenvolvimento económico; 2º: Promover o turismo, perservando a identidade cultural; 3º: Dinamizar a vida social, cultural e desportiva; 4º: Contribuir para a fixação de população nas freguesias; 5º: Defender e valorizar o Centro Histórico; 6º: Melhorar a circulação e transportes; 7º: Estruturar a cidade; 8º: Continuar as urbanizações e infra-estruturas; 9º: Defender o ambiente, melhorar a qualidade de vida da população; 10º: Melhorar a prestação de serviços, rentabilizar equipamentos.**

Faseado no tempo, este Plano Quadrienal foi cumprido, ano a ano, pelos respectivos Planos de Actividade, tendo sempre a Câmara prestado contas do seu andamento. O rigor de execução não será das menos relevantes razões por que o prestígio da gestão CDU no Concelho é um dado adquirido entre os eborenses.

"*Felizmente já me posso dar ao luxo de não saber amiudadamente tudo o que se está fazendo na cidade e no Concelho*", confessou-nos, rindo, o presidente da Câmara, **Abílio Fernandes**, dando nota da operacionalidade da Câmara enquando nos explicava que o Parque Industrial da cidade, comprado em 1990 pela edilidade, já estava a dar os seus frutos numa área fundamental na estratégia do município: a dinamização económica de Évora.

Helicópteros em Évora?

"*Já estão instaladas mais de 20 empresas no Parque Industrial, que dão trabalho a 500 pessoas, estando comprometidas cerca de outras 40*", informou-nos Abílio Fernandes. O investimento estrangeiro - de maior vulto e significado socioeconómico - também parece de vento em popa: "*Está garantida a instalação de uma empresa com capitais ingleses e tecnologia sueca para o aproveitamento do sangue dos matadouros, e com boas perspectivas a fixação de mais duas - uma, finlandesa, para fabrico de contentores para produtos frescos, e outra, da iniciativa de um engenheiro francês (ele próprio o empresário), para o fabrico de helicópteros, com tecnologia nova e construção de raiz, aproveitando cerca de cinco milhões de contos de fundos comunitários*".

A bonita e histórica Praça do Giraldo transformou-se num magnífico centro de convívio da população, ao abrigo do ruído e da poluição

Mas não é apenas o Parque Industrial que "mexe" em Évora. Pudemos visitar algumas zonas da cidade (ver texto ao lado) que estão em polvorosa com uma reestruturação rodoviária que lhe irá revolucionar os acessos, o trânsito e o estacionamento, enquanto cuidadosas escavações vão trazendo à luz do dia uma importantíssima cidade romana, altamente prestigiada na época e cujas marcas, hoje descobertas e perservadas, "*convivem intimamente com o actual tipo de cidade vivificada e perspectivada para continuar a ser o centro da vida activa da região alentejana*".

Uma vida que, em Évora, respira qualidade e cultura, numa harmonia de amar para sempre...

As estradas do futuro numa Cidade da Europa

O "*não fazia ideia da dimensão disto!*" era o comentário mais ouvido nos dois autocarros que levaram a semana passada agentes económicos do Concelho a visitar os trabalhos na rede viária, acessos e estacionamento da cidade, à semelhança de visitas já dedicadas a jornalistas e previstas, também, para a população.

Trata-se, de facto, de um trabalho impressionante, que revolucionará os acessos a Évora, a circulação exterior e o estacionamento. Apontando para a multiplicação das circulares a partir da que rodeia a muralha da cidade antiga, as amplas rodovias em execução abrem acesso, para já e num sistema de arejadas circulares e variantes, ao Parque Industrial e à Zona Desportiva, por entre urbanizações novas. Uma rede de parqueamentos, que se articulará com terminais rodoviários e expeditos autocarros de transporte de e para a cidade, completarão este novo sistema de circulação, que conta, igualmente, com melhores acessos à cidade, através das novas estradas que intersectarão as circulares, convergindo de Lisboa pela Porta do Raimundo, ou de Beja, ou da ligação com a Zona Norte.

É o que se chama preparar o futuro com tempo, agora que Évora também coordena um novo e prestigiante projecto comunitário, o da Rede Europeia das Cidades de Média Dimensão, que tem por objectivo definir estratégias de desenvolvimento das cidades de média dimensão no contexto dos anos 90, um tempo em que se começa a fugir das grandes urbes para cidades mais à escala das necessidades humanas, nomeadamente a qualidade de vida.

Em Évora foi introduzida a 1ª alteração do sistema de circulação e transportes em 1980 e está em curso a 2ª grande alteração com o novo sistema de circulação e estacionamento para o desanuviamento da carga automóvel do centro histórico, com a introdução de novos parques de estacionamento às principais portas da cidade juntos às muralhas, o estacionamento temporário no interior com o lançamento de carreiras de mini-autocarros ligando os Bairros ao Centro da Cidade (na foto de cima, parque de estacionamento junto à Circular da Zona Desportiva; na foto de baixo, trabalho no acesso da Porta do Raimundo, durante a visita dos agentes económicos).

A vida tomando agora sempre novas qualidades

A importância decisiva do Poder Local democrático na qualidade de vida que se respira em Évora pode aferir-se numa breve resenha da sua actual realidade:

— Decorridos 18 anos desde o 25 de Abril, Évora é hoje uma cidade quase totalmente coberta de infra-estruturas básicas, urbanísticas e sociais: água, esgotos, electricidade, arruamentos, equipamentos sociais de convivência popular, campos de futebol, escolas, cantinas, jardins de infância, centros de convívio para idosos, postos médicos e sedes de Juntas de Freguesia, etc.

— Quanto às ETAR's, cobrem já cerca de 90% da população e 75% dos aglomerados populacionais.

O crescimento urbanístico de Évora continua, fora de portas, de modo ordenado e sempre acompanhado das necessárias infra-estruturas (nas fotos, trabalhos no Bairro das Fontanas)

— A grande maioria das famílias de Evora (cerca de 75%) é proprietária das casas onde vive, graças à promoção pela Autarquia da autoconstrução com venda de lotes subsidiados, com as construções evolutivas da habitação, com os apoios às Cooperativas de Habitação Económica e o envolvimento em contratos de desenvolvimento habitacional.

— A cidade de Évora deixou de ser apenas o Centro Histórico, extravazou as muralhas, aglutinou os ex-bairros clandestinos, assumiu todo o espaço envolvente e corresponde, hoje, a uma mancha contínua de construções em torno das muralhas com um raio de 3 Kms.

— Nestes 18 anos, foram construídas aproximadamente cerca de 4000 habitações e estão em construção mais de 1000 fogos.

— Tendo sido o maior pólo regional de serviços da administração pública do sul do País ao longo de décadas, esta vertente terciária tem vindo a ser reforçada depois so 25 de Abril com a instalação dos serviços regionais do MAP na Malagueira, com as construções das sedes regionais da CCRA, do IEFP, com o Centro Regional de Metrologia do IPQ, com o Departamento Postal, com a sede da Região de Turismo de Évora, entre outras.

— Na área comercial surgiram grandes superfícies comerciais como o Pingo Doce; na hotelaria está a passar-se de 600 camas para cerca de 1200 camas.

— O número de turistas ultrapassa hoje os 300 mil/ano.

— Os restaurantes actualmente existentes são mais de 80, quando eram, em 1986, cerca de 20.

— A Universidade de Évora atingiu mais de 5000 alunos e ocupa grandes edifícios no centro histórico.

— Évora possui, hoje, um centro histórico extraordinariamente valorizado aos olhos dos eborenses, do País e do Mundo. Foram lançadas zonas de peões, recuperadas centenas de habitações degradadas por intervenção camarária e outras tantas pelos próprios proprietários, o Teatro Garcia de Resende encontra-se em vias disso, foram recuperado e adaptado um número elevado de instalações do comércio e serviços, está em marcha a instalação de TV por cabo, procurando melhorar o visual do centro histórico com a retirada das antenas, conseguiu-se transformar a Praça do Giraldo em centro de convívio da população.

— Arrancaram as obras de infra-estruturas de todo o Parque Industrial e estão vendidos lotes de terreno para as novas unidades fabris em cerca de 80% da zona infra-estruturada (1/3 do parque).

— Atingiu-se uma intensidade de realizações significativas com o número de agentes, com o número de colectividades de cultura, recreio e desporto, que ultrapassam já uma centena com actividade regular. São autónomos, realizam as suas próprias iniciativas, sem qualquer intromissão da autarquia, mas contam generalizadamente com o apoio desta, sempre que seja solicitado.

Dificuldades com Governo dentro

Como todos os municípios, Évora também enfrenta dificuldades em várias áreas, irradiando todas da mesma origem: a política asfixiante do Governo. Abílio Fernandes enumerou-as sinteticamente:

"*Em primeiro lugar, temos falta de dinheiro para o funcionamento corrente da autarquia: este ano foram-nos cerceados 400 000 contos e, em todo o quadriénio, mais de um milhão de contos, o que obrigará a que não se façam algumas obras previstas. Neste aspecto, é necessário sublinhar que o Governo força as autarquias a enganar as populações, dado que não cumpre, sequer, com o mínimo das verbas previstas por lei e com as quais o Poder Local planifica a sua actividade*".

Outras dificuldades prendem-se com a pesada burocracia imposta pelo Poder Central, às vezes raiando o absurdo. É o caso das alterações dos planos de urbanização, que "*demoram um ano e meio por imposição de uma lei que obriga a uma quantidade de pareceres, o que não se coaduna com a rapidez com que os projectos se desenvolvem*".

Quanto às expropriações, é outro calvário: "*demora-se um tempo infindo na obtenção dos trâmites necessários que permitam a posse administrativa dos terrenos, o que embaraça e atropela seriamente as intervenções que se pretendem fazer*". Finalmente os vistos prévios do Tribunal de Contas para empreitadas - sem os quais não são disponibilizadas as verbas - demoram também eternidades, "*o que causa os transtornos que se imagina*".

Aí estão eles...

1 — Era inevitável que, com a aproximação da data do Congresso da CGTP, se intensificasse a ofensiva contra o Movimento Sindical Unitário. De facto, aí estão eles ao ataque. "Eles", são, no essencial, os mesmos que há uns tempos atrás participaram, das mais diversas formas e aos mais diversos graus, na ofensiva contra o PCP. Os métodos e os meios que utilizam são, igualmente, os mesmos. E os objectivos, idem, ou seja: se, no primeiro caso, o objectivo era a social-democratização do PCP e, não sendo isso possível, a sua divisão e o seu enfraquecimento, desta vez trata-se de procurarem, se possível, a ugetização da CGTP ou, se não possível, a sua divisão e a diminuição da sua influência e do seu prestígio junto dos trabalhadores.

Penso que os resultados finais vão ser, também, os mesmos: a CGTP sairá deste Congresso reforçada no seu conteúdo de classe, de massas e unitário, isto é, nas características específicas que fizeram dela a verdadeira e grande central sindical dos trabalhadores portugueses. E, reforçada nessas características essenciais, ficará em melhores condições para travar com êxito as difíceis batalhas impostas pela política de direita e, assim, acentuar o seu prestígio e influência.

2 — O texto saído no "Público" de 29/1 abriu um novo capítulo na ofensiva contra as características essenciais da CGTP. É um texto no estilo habitual daquele quotidiano quando aborda estas matérias: execrável, provocatório, insultuoso, repetido... Retomando a estafada cassete dos "duros", "ortodoxos", "fundamentalistas", destapa raivas velhas ligadas aos resultados da campanha anti-PCP, cujo rotundo fracasso como se sabe deixou o jornal de Belmiro de Azevedo vermelho... de raiva. (Ironias da língua portuguesa.)

A peça em causa foi, de imediato e como é costume, glosada pelos órgãos de comunicação social do costume. E vale a pena passar os olhos pelo espectáculo grotesco que é esta comunicação social irremediavelmente condenada a um boçal maniqueismo que arruma, de um lado, em dourados altares, os **bons** (os "sindicalistas prestigiados", os "destacados quadros sindicais") e, do outro lado, em sinistras e sombrias catacumbas, os **maus** (os comunistas); esta comunicação social que silencia, ou deturpa, ou desvaloriza a esmagadora maioria das posições da CGTP e das lutas por ela conduzidas e tem o desplante hipócrita de se fingir a sua mais extremosa defensora.

Para além disto, e como cumpria, Barros Moura foi ouvido. Na sua condição simultânea de ex e anticomunista, como é óbvio. E teve a prestação prevista: limitou-se a referir o que há muito vêm dizendo os inimigos de sempre do Movimento Sindical Unitário ("correia de transmissão", "sectarismo", etc.,etc.).

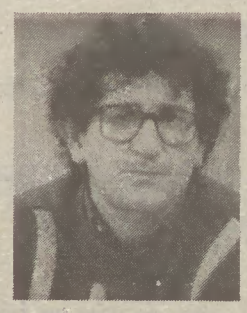
O texto do "Público", os seus sucedâneos na comunicação social da especialidade e os Barros Moura vão prosseguir a sua cruzada: no mês que falta para o Congresso da CGTP, a intriga, a calúnia, a manipulação vão multiplicar-se, a provocação atingirá as escalas máximas.

3 — Se, a prazo, o objectivo dos promotores desta ofensiva é, como acima se disse, a ugetização da CGTP, a sua integração numa nova ordem sindical ao serviço da "democratização do capitalismo", esse objectivo passa, no imediato, pela tentativa de silenciar os comunistas e reduzir a sua influência sindical e condicionar o funcionamento democrático do MSU. Para isso vale tudo, inclusive o destempero de negar aos comunistas o direito de opinião. Aos comunistas e não só: igualmente a todos aqueles que, independentemente das suas opções políticas, ousem expressar opiniões não concordantes com o encaminhamento da CGTP para a rampa da capitulação. Há activistas sindicais que, usando de um legítimo direito e no respeito pelas normas de funcionamento da CGTP, criticam posições e práticas deste ou daquele dirigente sindical e defendem a sua substituição nos cargos que ocupa? É um crime imperdoável, é um saneamento político-partidário — gritam em coro, os habituais órgãos de comunicação social e os seus habituais interlocutores, de dedos apontados, disparando intimidações, agitando fantasmas, insultando, caluniando, tentando calar opiniões, procurando introduzir na CGTP o seu conceito de democracia — que é o de dar voz aos que apoiam e silenciar os de que discordam, como se sabe e os seus critérios jornalísticos abundantemente exemplificam. Por tudo isso, vêem no legítimo direito de expressar uma opinião, um atentado à sua maneira de considerar as opiniões dos outros.

Saibam então, e fixem em definitivo, que os comunistas — no movimento sindical ou em qualquer outra área em que intervenham — não prescindem do seu direito de ter opiniões, de as expressar e de lutar por elas; nem prescindem do direito de criticar o que e quem entendam ser criticável. Criticar, não pelo facto de o criticado ter sido ou ser isto ou aquilo mas pelo que ele diz ou faz em concreto.

Por isso e concretizando: quando José Luís Judas, displicentemente e numa postura, no mínimo, de total capitulação, elogia a política social do governo de direita e discorre sobre a possibilidade de, no ano 2000, não haver sindicatos — nós, comunistas, e connosco muitos e muitos não comunistas, criticamos e rejeitamos frontalmente tal postura; quando o mesmo vai à Televisão conversar com Ferraz da Costa, presidente da CIP, e em vários momentos da amena conversa ultrapassa o seu interlocutor pelo lado da política de direita e do patronato — nós comunistas, e connosco muitos e muitos não comunistas, criticamos e rejeitamos frontalmente tal postura. Ficam apenas dois exemplos dos muitos que poderiam ser citados e que seriam quase tantos quantas as vezes que aquele dirigente sindical presta declarações.

4 — A CGTP sempre teve um funcionamento que garante a qualquer dos seus membros e direito de ter e defender as opiniões que muito bem entenda. Eliminar esta prática e substituí-la por qualquer censura (prévia, póstuma ou de qualquer outro tempo de execução) equivaleria a levar a água ao moinho dos que querem a descaracterização do MSU. Porque eles sabem que o condicionamento do funcionamento democrático do MSU é condição fundamental para atingirem os seus objectivos. E esfregariam as mãos de contentes se criassem uma situação em que, por via das pressões mediáticas e outras, lograssem amputar essa prática interna democrática, condicionar a livre intervenção dos activistas e dirigentes sindicais e limitá-los na apresentação séria e frontal das suas propostas—sejam elas de ordem programática ou respeitantes à composição dos órgãos de direcção do MSU.



JOSÉ CASANOVA
Membro da Comissão Política

Saibam então, e fixem em definitivo, que os comunistas — no movimento sindical ou em qualquer outra área em que intervenham — não prescindem do seu direito de ter opiniões, de as expressar e de lutar por elas; nem prescindem do direito de criticar o que e quem entendam ser criticável.

Se qualquer sindicalista entender propor a substituição de um ou vários dirigentes sindicais tem todo o direito de o fazer. Nada nem ninguém pode democraticamente impedi-los. E é ao Congresso que, democraticamente, compete decidir. Entenda-se: ao Congresso da CGTP; não ao congresso da comunicação social dominante dominada pelos grandes grupos económicos.

5 — Linha importante desta ofensiva é a que visa reduzir a influência dos comunistas no MSU.

Acontece que é do conhecimento geral que essa, de facto muito grande, influência não foi contrabandeada, nem resulta de golpes de bastidor ou de ribalta. Sabe-se que ela resulta da intensa e permanente actividade dos comunistas na luta pela defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores desde que, há 72 anos, o PCP foi fundado.

Quando essa luta tinha como consequências previsíveis a prisão, a tortura, a morte, os comunistas ocuparam nela a primeira linha e, nos momentos mais negros desse período, muitas foram as vezes em que o fizeram praticamente sozinhos; quando a demagogia, a irresponsabilidade, o oportunismo ou a provocação — aproveitando a liberdade conquistada em 25 de Abril e nalguns casos visando liquidá-la — procuraram empurrar os trabalhadores para uma intervenção objectivamente contra-revolucionária, os comunistas, norteados pelas mesmas preocupações do período anterior, denunciaram e combateram frontalmente essas manobras, não hesitando em arrostar com a pontual impopularidade daí decorrente.

Quando, por efeito do desmoronamento da comunidade socialista, uma nova ordem imperialista se instalou à escala planetária e muitos, desalentados, baixaram os braços ou, atemorizados, se passaram para o lado do mais forte e iniciaram a pregação da inutilidade da luta e da capitulação — os comunistas reafirmaram claramente os seus objectivos, a sua disponibilidade e determinação para continuar a luta indispensável.

É por tudo isto que os trabalhadores portugueses sabem que, hoje como sempre, podem contar com a intervenção dos comunistas na luta pela defesa dos seus interesses. É tudo isto que torna lógica, natural e inevitável a influência dos comunistas no MSU. É tudo isto que faz com que essa influência se apresente, objectiva e subjectivamente, como altamente vantajosa e necessária para o MSU.

6 — Para terminar, uma breve e simples declaração de princípios: os comunistas empenhar-se-ão activamente no processo de preparação e na realização do Congresso da CGTP. Fá-lo-ão, como sempre tem acontecido, com o objectivo de contribuir para o reforço do MSU e da sua prestigiada CGTP e actuarão, como sempre tem acontecido, no total respeito pelas normas de funcionamento democrático da CGTP.

Lisboa, 4 / 5 / 6 de Março de 1993

7º CONGRESSO CGTP

INTERSINDICAL NACIONAL

EM FOCO

Projecto de resolução política denuncia objectivos e meios da «política integrada de juventude» do Governo laranja

E, no entanto, os jovens lutam...

No documento, que a breve prazo estará publicado para discussão no quadro da preparação do 4.º Congresso, a Direcção Nacional da JCP faz graves acusações ao executivo de Cavaco Silva, ao PSD e à JSD. Os comunistas manifestam a sua disposição de continuarem a bater-se pela autonomia do movimento juvenil e pela resolução dos problemas mais sentidos pela juventude portuguesa.

O PSD «tem tentado fazer da juventude uma camada conformista e alienada, e transformar as suas estruturas e o seu movimento em elementos de neutralização, entrave e amortecimento da luta juvenil», para isso «utilizando poderosos meios políticos, financeiros e da comunicação, explorando o individualismo e a competitividade que a própria mensagem oficial procura fomentar como valores absolutos nas mentalidades», acusa a Juventude Comunista Portuguesa, no projecto de resolução política aprovado pela Direcção Nacional nos dias 23 e 24 de Janeiro e que, juntamente com os outros documentos preparatórios do 4.º Congresso da JCP, deverá estar publicado para discussão em toda a organização a partir da próxima segunda-feira.

No entanto, afirma a DN da JCP, «o carácter demagógico, aparentemente contraditório, de tal política, criou dificuldades, dúvidas e hesitações, mas não conseguiu impedir o desenvolvimento da luta juvenil».

Forte investimento em propaganda

Para a JCP, a chamada «política integrada de juventude» que o PSD tem desenvolvido desde que ocupa o poder «reflecte um forte investimento aos níveis ideológico e propagandístico». Sem resolver «até hoje, no concreto, nenhum dos grandes problemas da juventude», ela «tem, no entanto, pela resposta dada a algumas situações pontuais e específicas, conseguido atenuar tensões, criar a ilusão de que resolve quando não resolve, e colocar entraves à acção e luta juvenis», reconhece a JCP.

A juventude comunista aponta dois grandes objectivos de tal política do PSD: «travar a participação, iniciativa e acção dos jovens, pois teme o potencial de transformação e mudança que os jovens e o associativismo representam» e «ganhar efectivamente os jovens para os seus valores, a sua política e o seu projecto de sociedade».

Na proposta de resolução política a JCP destaca os meios e instrumentos fundamentais que o Governo tem utilizado:

«Criação e manutenção de estruturas próprias para intervir junto da juventude — manutenção do Instituto da Juventude e implantação deste em todos os distritos»;

«criação, em praticamente todos os distritos, de centros de juventude instalados nas delegações do Instituto da Juventude, com condições excepcionais para o desenvolvimento da actividade»;

«aposta clara na propaganda, não só com a utilização da comunicação social, mas também de uma rede própria de informação para a juventude, espalhada por todo o País e que chega cada vez a mais jovens»;

«tentativa de controlo e apagamento da capacidade reivindicativa do associativismo juvenil, através do seu asfixiamento financeiro», matéria em que se evidencia uma «linha crescente de actuação do Governo, mais clara ainda no Orçamento de Estado para 1993, de clara substituição da iniciativa juvenil pela acção do Instituto da Juventude».

Problemas e lutas são realidade

A política dos Governos do PSD tem provocado transformações que «não têm correspondido à resolução dos mais sérios problemas com que a juventude portuguesa se confronta», afirma a JCP, acrescentando que, «pelo contrário, a destruição de elementos fundamentais do regime democrático tem implicado consequências negativas para a concretização de direitos e para as condições de vida dos jovens em questões essenciais como a educação, as condições de trabalho ou o acesso à educação».

«Não há medidas pontuais nem demagogia que possam esconder esta realidade», sublinha-se no projecto de resolução política. E esta razão tem levado muitos jovens a protestar e lutar, como refere a DN da JCP: «a luta dos jovens assumiu características diferenciadas, com insuficiências no plano dos jovens trabalhadores, mas atingiu globalmente no plano estudantil níveis dos mais elevados das últimas décadas, tendo-se verificado neste período as maiores movimentações de sempre no Ensino Secundário».

Neste quadro, considera-se na proposta de resolução que, se, por um lado, os anos decorridos desde Abril de 1989 (quando teve lugar o 3.º Congresso da JCP) «ficam marcados pela renovação da maioria absoluta pelo PSD e por um significativo apoio juvenil à campanha que conduziu a essa vitória», eles «ficam também marcados de forma indelével pela eclosão das lutas juvenis mais significativas da última década».

Mudanças

Reafirmando a validade da apreciação feita no anterior congresso acerca do papel do movimento juvenil (que se coloca objectivamente no campo democrático por as suas aspirações serem justas e confluírem ou corresponderem aos interesses nacionais e progressivas), a DN da JCP verifica ainda que «os desenvolvimentos mais recentes do movimento juvenil revelam uma visível alteração do ponto de vista subjectivo que deve ser salientada. As lutas estudantis — que atingiram uma magnitude nacional e um impacte político não apenas juvenil — evoluíram, rápida mas significativamente, da contestação pontual e da reivindicação localizada para a contestação aberta e sem complexos da política e da postura do Governo em questões essenciais e não apenas de manifestações pontuais dessa política. O movimento juvenil soube acompanhar a contestação à política do Governo por uma linha de debate e de apresentação de propostas globais alternativas que frontal e assumidamente se lhe opõem».

Nota-se, em vários factos que o documento enumera, uma «afirmação autónoma e de maturidade do movimento estudantil, que se coloca, não apenas objectivamente, mas também, em certa medida, subjectivamente em oposição ao Governo e à sua política».

A JCP reconhece, no projecto de resolução política do 4.º Congresso, que «não são fáceis de avaliar os efeitos destas alterações na evolução ideológica e eleitoral da juventude portuguesa», pois tal evolução «é muito mais lenta, difícil e condicionada por muitos outros factores».

Há, contudo, «fenómenos reais» que «demonstram, se não os sinais de uma atleração de mentalidades na geração mais jovem, pelo menos os sintomas de uma crise de assimilação, por parte dos jovens, de valores que de há vários anos lhes têm sido transmitidos como inquestionáveis e cuja aceitação tem estado na base do apoio que muitos jovens têm dado à política da direita e do grande capital». No documento apontam-se alguns desses fenómenos: «a perda de influência e credibilidade da JSD junto de largos sectores juvenis; a incapacidade da JS; a crescente afirmação da autonomia do movimento juvenil; a aberta contestação (em alguns sectores, generalizada) à política do Governo; a grande aceitação do «Não a Maastricht» junto de sectores muito significativos da juventude; a grande afirmação de solidariedade da juventude portuguesa para com a causa do povo de Timor-Leste, apesar da hipocrisia da comunidade internacional; o afundamento do mito do *yuppie* como objectivo de realização pessoal; a condenação, que se vai alargando, das consequências sociais do neoliberalismo e o decréscimo da adesão dos jovens às suas teses do individualismo e da competição social desenfreada».

IV CONGRESSO JCP

Sem papas na língua

O projecto de resolução política do 4.º Congresso da JCP é um documento com meia centena de páginas. Ao longo de sete capítulos, nele se analisa a evolução da situação nacional e internacional, a situação da juventude e a política do Governo do PSD, o movimento juvenil português, as lutas da juventude, as organizações partidárias de juventude, a actividade da JCP desde o 3.º Congresso (Abril de 1988) e as linhas fundamentais para a intervenção da Juventude Comunista Portuguesa.

À boa moda da gente nova, no documento diz-se o que se tem a dizer, sem papas na língua, como se pode ver pelos nacos de prosa que aqui reproduzimos.

A JSD

«A JSD, organização juvenil do partido que há longos anos ocupa o Governo, tem uma influência à escala nacional que não pode ser menosprezada. O apoio claro da JSD às medidas antijuvenis do Governo está a conduzir a um visível refluxo da implantação e influência desta organização junto de largos sectores juvenis.» (...)

«A defesa intransigente da PGA, mesmo quando o próprio Governo já havia concluído o seu falhanço, e a defesa do aumento brutal de propinas para o Ensino Superior público são sinais evidentes de que a JSD coloca os interesses do Governo muito acima dos interesses dos jovens. O esforço da JSD para parecer inovadora e politicamente autónoma face ao Governo e ao PSD não passa de uma tentativa para desculpabilizar a JSD do apoio ao Governo e para impedir que o descontentamento dos jovens em relação à política do Governo se traduza directamente na quebra da sua influência.»

A JS

«A JS não tem conseguido, ao contrário do que provavelmente esperaria, capitalizar a seu favor a sensível perda de influência da JSD. A postura da JS, semelhante à da JSD em aspectos fundamentais, como a partidarização do movimento juvenil ou a aposta quase exclusiva na promoção mediática em detrimento da clareza de projectos e ideias e da intervenção concreta em torno dos reais problemas juvenis, não lhe tem permitido aumentar a influência.

«No momento presente, a acção comum dos jovens comunistas e socialistas em torno de problemas concretos é possível (existem exemplos disso), é necessário e tem grande importância para o combate do movimento da juventude à política antijuvenil do Governo.»

O Instituto da Juventude

«O Instituto da Juventude, criado em substituição do FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis) e da DGJ (Direcção-Geral da Juventude), não tem como objectivo prioritário o apoio ao associativismo juvenil e às suas iniciativas autónomas, mas antes manter sob tutela a acção das associações juvenis, seleccionando os apoios concedidos em função de critérios político-partidários. Para além disso, o Instituto da Juventude é uma pesada máquina burocrática que funciona como saída profissional para muitos quadros da JSD.»

(...) «Não foram definidos pelo Governo critérios claros e transparentes de apoio ao associativismo. Os apoios são concedidos por critérios de compadrio político.»

(...) «De 1990 para cá, o Governo tem vindo a diminuir drasticamente, mesmo em termos nominais, as verbas destinadas pelo Orçamento de Estado para apoio às associações juvenis.

Com esta orientação, o Governo tem negado, na prática, o cumprimento da Lei das Associações de Estudantes». (...) «Da parte do Instituto da Juventude verificam-se mesmo intromissões abusivas em processos de constituição de associações de estudantes, procurando influenciar o modelo de estatutos e dificultando a legalização de associações já constituídas.»

«Em contagem... crescente!»

Na semana passada saiu amputada de duas linhas a abertura da entrevista com Manuel Gouveia e Nuno Costa, que publicámos nas páginas 22 e 23. Para que se perceba realmente qual era a mensagem, aqui repetimos todo o parágrafo, acompanhado das nossas desculpas aos leitores e aos entrevistados:

«Com a aprovação, no passado fim-de-semana, dos documentos propostos a debate pela Direcção Nacional, abriu a fase preparatória do 4.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa. Olhando ao tempo que falta, começou a contagem decrescente, Olhando para a importância do Congresso e o empenho dos jovens comunistas na sua realização, agora vai ser sempre a crescer.»

Caminhos para o federalismo

■ *Martins Coelho*

Durante o ano de 1992, três relatórios andaram em "ping-pong" no Parlamento Europeu, entre Bruxelas e Estrasburgo, provocaram vivos debates e polémicas na Comissão dos Assuntos Externos e de Segurança e na Comissão dos Assuntos Institucionais, foram várias vezes motivo de discussão na Mesa Alargada (reunião do presidente do PE com os presidentes dos grupos político-parlamentares) e, em Estrasburgo, viram adiada por duas vezes a sua integração na ordem de trabalhos da sessão plenária.

Dois dos relatórios referidos, um da autoria do social-democrata alemão Klaus Hansch (SPD), sobre a **"Concepção e estratégia da União Europeia na perspectiva do seu alargamento e da criação de uma ordem global à escala europeia"**, e outro do ex-comunista italiano Biagio de Giovanni (PDS), agora no grupo socialista do PE, sobre **"O papel institucional do Conselho"**, foram aprovados na sessão plenária de Janeiro último, em Estrasburgo.

O terceiro, do deputado liberal flamengo belga De Gutcht (PVV), sobre **"O processo eleitoral uniforme para a eleição dos deputados do PE"**, foi mais uma vez adiado por pressões cruzadas. Umas, dos conservadores britânicos, que não aceitam a representação proporcional nem o método de Hondt; outras, dos italianos, por causa dos referendos que irão ocorrer em Itália e dos quais também pode resultar o abandono da representação proporcional para terminar com os 'pentapartito'; outras, ainda, pelo facto de o relatório propor a fasquia de 5 por cento para se poder ser eleito para o PE, o que não é o caso em Portugal nem noutros países comunitários.

As razões que levaram ao apaixonado debate à volta destes relatórios não se prendem tanto com o seu conteúdo (qualquer deles foi aprovado folgadamente quer em comissão quer na sessão plenária: o Giovanni e o Hansch por 204 votos a favor, 86 contra e 36 abstenções), **mais sim pela sua oportunidade.**

O que tanto preocupava muitos dos deputados era, primeiro, a **inconveniência** de o PE aprovar publicamente estes relatórios antes dos referendos dinamarquês e francês; depois, face aos resultados dos referendos e das sondagens que mostram por toda a Europa uma crescente desconfiança, resistência e oposição a Maastricht, a **inoportunidade** de o fazer antes do segundo referendo na Dinamarca e da ratificação de Maastricht pelo parlamento britânico.

Para muitos, o que importava era esconder por mais tempo da opinião pública o conteúdo dos relatórios em causa e não relembrar, num momento como o actual, o papel de pressão política que o PE tem desempenhado e desempenha a favor da supranacionalidade e da militarização da CEE.

Isto, naturalmente, **não é considerado** "défice democrático".

Acabou por prevalecer a opinião dos "europeístas" assanhados das comissões dos Assuntos Externos e da Institucional, que concertaram as suas posições para a sessão plenária, sob os argumentos de que é necessário uma reorganização do funcionamento e das tarefas das instituições comunitárias para que as futuras União Política (UP) e União Económica e Monetária (UEM), isto é, Maastricht, possam ser eficazes.

Foi igualmente o triunfo no PE das teses atlantistas e dos "círculos concêntricos" tão caras a Delors.

Os objectivos

Na impossibilidade de dar a conhecer todo o relatório Hansch, sublinhamos os seus pontos fundamentais.

Nos seus considerandos, começa por afirmar que "mesmo após a queda das ditaduras comunistas e o fim da hegemonia soviética na Europa Oriental, a coexistência pacífica e os progressos da liberdade individual, da democracia política e da prosperidade económica não se encontram definitivamente assegurados", pelo que a integração na UP "se revelou a única via bem sucedida para ultrapassar nacionalismos, para a solução pacífica de conflitos e a promoção do desenvolvimento económico". Assim, "os modernos desenvolvimentos" em vários domínios "colocam todos os povos europeus perante novos problemas e perigos, cuja solução deixa de poder ser encontrada a nível nacional". O relatório parte daí para considerar que "os novos desafios que se colocam" requerem uma estreita colaboração "designadamente com os Estados Unidos da América e o Canadá, com a Rússia e outras repúblicas situadas no território da ex-URSS, com a Turquia e os Estados da costa leste e sul do Mediterrâneo".

O documento manifesta acordo com o alargamento da UP, desde que essa adesão "implique, antes de mais, a adesão à vocação federal" e "aceitar plenamente", após um período de transição, "todas as regras e todos os princípios" da UP; sublinha no entanto que um tal alargamento "iria afectar gravemente o funcionamento das suas instituições", pelo que defende "que estas terão de ser profundamente modificadas".

Considerado isto, propõe "uma reforma mais audaz tendente a uma união de tipo federal", mas igualmente "considera não ser possível nem necessário exigir que todos os povos europeus... estejam ligados à Europa". Prioritariamente, as negociações de adesão devem ser com os países EFTA e o Espaço Económico Europeu (EEE, soma da CEE mais EFTA actualmente), o que "facilitará a adesão posterior dos Estados-membros da EFTA que pretendam aderir". Através de acordos de associação, sugere-se "que se averigue particularmente se é possível prever uma associação à União que permita aos Estados associados participarem adequadamente na PESC e cooperar em matéria de assuntos internos e de justiça".

Recorda-se que PESC signifca "Política Externa e de Segurança Comuns", pelo que a proposta visa fazer participar na PESC mesmo os países não integrados na União. Exorta-se esta a "instituir, paralelamente ao reforço e democratização do seu próprio sistema institucional de carácter federal, um **sistema de cooperação confederativa na Europa** que possa constituir um enquadramento à escala europeia para a solução de determinados problemas de dimensão europeia, como, por exemplo, a manutenção da segurança, o controlo dos fluxos migratórios, a segurança do abastecimento energético". O Conselho da Europa e a CSCE "deverão fazer parte desse sistema confederativo" e a União, por sua vez, "enquanto organização", deve tornar-se membro do Conselho da Europa e participar na CSCE ao lado dos seus Estados-membros, "devendo gradualmente passar a representá-los nos domínios em que lhe forem transferidas competências". Poderão igualmente participar no referido sistema, "em determinados domínios e de forma adequada a cada caso, não só os EUA e o Canadá, como também a Rússia e outros Estados situados no território da ex-URSS, a Turquia e os Estados mediterrânicos não europeus".

O que está na forja

Dentro da lógica defendida pelo relatório, Maastricht não é suficiente para permitir a União Europeia "quer institucional, quer politicamente, e enfrentar adequadamente os novos desafios e, particularmente, receber mais Estados". Assim, propõe-se, "com base numa constituição", evoluir para uma "União dotada de estruturas federais e de competências limitadas mas concretas", questão a ser discutida antes de 1996 e de qualquer alargamento por uma Conferência Intergovernamental "em cooperação com o PE, com base num projecto de Constituição para a União" que o PE elaborará.

As funções e a natureza do Conselho devem ser redefinidas, "acelerada a sua transformação numa segunda Câmara legislativa... paralelamente ao PE", em pé de igualdade com ele, devendo ser revista a votação por maioria qualificada. Quanto à Comissão, "deverá tornar-se o executivo da União Europeia, reforçar a sua capacidade política de intervenção "particularmente nos domínios relacionados com as relações externas e no quadro do **sistema de cooperação confederativo na Europa**", e deve "representar a União Europeia a nível externo".

O presidente da Comissão, por seu turno, "deverá deliberar, de acordo com o Conselho e o Parlamento - e velando por uma representação equilibrada de todos os Estados-membros nos cargos mais importantes da União - sobre a composição da Comissão".

Dado que o alargamento aumentará o número de línguas oficiais, considera-se que se "tornará indispensável a conclusão de um acordo sobre a utilização técnica de línguas de trabalho".

Relativamente à UEO e à NATO, propõe-se que a primeira, "enquanto instrumento da política de defesa comum", deve ser "integrada na União em 1996", e que a segunda "constitua a trave mestra de um vasto pacto de não agressão e assistência mútua que agrupe todos os seus membros e todos os outros Estados europeus, incluindo a Rússia e, eventualmente, outros Estados situados no território da ex-URSS, bem como a União Europeia".

Quanto ao relatório Giovanni, não passa de um complemento ao relatório Hansch, introduzindo alguns desenvolvimentos. Nomeadamente, propõe que "os Estados-membros estão representados no Conselho por delegações permanentes presididas por um ministro responsável e cujos membros são nomeados pelos Estados-membros, nos termos das respectivas normas internas; a unicidade e a permanência da delegação de cada Estado-membro no Conselho deverá garantir - no pleno respeito do princípio da subsidiariedade - a possibilidade de uma representação expressiva das articulações constitucionais dos Estados-membros e, por exemplo, das realidades regionais que disponham de competências exclusivas".

As referidas delegações, ao votarem, terão "poderes para vincular o Estado".

Cremos que, numa altura em que Maastricht não foi ainda ratificado por todos os Doze, nem sabemos se o chegará a ser - e por isso mesmo não se encontra em funcionamento -, divulgar o conteúdo essencial de tais posições do PE (**contra as quais o Grupo Coligação de Esquerda votou em bloco**), que não são inocentes nem aparecem por acaso, revela as intenções que andam na forja e os perigos do caminho encetado por Maastricht.

Governo quer intensificar destruição da segurança social

O Governo PSD/Cavaco Silva iniciou recentemente o mais violento ataque jamais desferido contra a Segurança Social.

Este, a concretizar-se, colocará em causa direitos fundamentais dos utentes e dos trabalhadores do sector.

São já conhecidas propostas que agravão o significativamente a protecção na invalidez, velhice, doença, desemprego e acção social. Será mais difícil ter acesso à informação.

Foram feitos cortes nos orçamentos dos Centros Regionais de Segurança Social. A manterem-se, não permitirão pagar regularmente as prestações — como é sabido, em 1992, subsídios de doença e desemprego estiveram várias vezes retidos por terem as respectivas contas bancárias a descoberto — e levarão a que mais de 5000 trabalhadores do sector tenham os seus salários reduzidos — até 60% — sejam disponibilizados ou despedidos.

O Governo Português, mais uma vez, apressa-se a aplicar rápida a penalizadoramente as orientações comunitárias, anti-sociais e antitrabalhadores.

Mas vejamos:

*** Pensões de Reforma** — A idade para as mulheres poderem requerer será de 65 e não de 62 anos como hoje. O valor a receber será de 2% por cada ano em vez dos actuais 2,2%. O tempo contabilizado será os 10 melhores dos últimos 15 anos. Hoje são os 5 melhores dos últimos 10. Por cada mês, consideram 1/14 do rendimento anual e não 1/12 como hoje. O complemento de grande inválido terá, como único factor determinante, a terceira pessoa e não o doente, beneficiando escandalosamente os lares lucrativos que cobram centenas de contos por péssimos serviços.

*** Doença** — Recentemente foram criados novos mecanismos de verificação das situações de doença natural. O Ministro do Emprego começou já a dizer que havia muitas baixas fraudulentas, que os números eram verdadeiramente assustadores.

Leonor Beleza, na sua passagem de triste memória pela Segurança Social, disse o mesmo, considerava fraudulenta todas as ausências da residência, mesmo que por morte, internamento hospitalar, tratamento ambulatório, consultas de especialidade.

Passados alguns meses, depois de ter feito passar a mensagem do fraudulento, alterou a Lei, dificultou o acesso ao subsídio e passou a pagar menos.

Hoje, Silva Peneda e o PSD repetem a mesma habilidade, preparam-se para dificultar ainda mais a vida aos doentes já penalizados com o preço dos medicamentos e do acesso aos serviços.

*** Desemprego** — Os governantes descobriram recentemente a necessidade dos trabalhadores desempregados exercerem um trabalho cívico.

Independentemente das funções ou do local de exercício, recebem o mesmo subsídio, que será suspenso se recusarem. Aqui, trata-se de fazer baixar o valor da mão-de-obra, nomeadamente dos profissionais que prestam serviços nos mesmos locais.

Hoje são conhecidos casos de desempregados colocados nessa actividade, dita cívica. Posteriormente, os Centros Regionais de Segurança Social chegam à conclusão que o trabalhador já não tem direito a mais subsídio e não pagam. Mas aqui, houve trabalho prestado sem nenhuma remuneração, isto é, gratuito, por imposição do Governo.

*** Acção Social** — Apesar dos maus exemplos conhecidos, o PSD insiste na política de privatização obrigando as famílias a pagar 5 e 6 vezes o valor das pensões de reforma pela frequência de um lar muitas vezes degradado e sem quaisquer condições.

Os governantes, agora, descobriram as famílias de acolhimento para os idosos. Muitos, isolados e sujeitos às condições que lhes serão impostas para viverem debaixo de telha, serão transformados em "criados de servir".

*** A Informação** e o esclarecimento são fundamentais para permitir o acesso dos utentes aos direitos. Neste momento assistimos ao encerramento de centenas de serviços de atendimento nomeadamente nas regiões interiores do País.

*** A Fiscalização,** importante meio nesta área e na da correcção das fraudes e irregularidades contributivas dos patrões, está bloqueada e não funciona por falta de meios e dinheiro para gasolina, despesas de deslocação e transportes.

*** Os Trabalhadores** da Segurança Social conhecem já documentos do Governo com propostas que só em 1993 levarão mais de 5000 trabalhadores a receber quase metade do seu salário ou a serem despedidos.

Os responsáveis chegam ao ponto de escrever que "uma análise exaustiva das funções desempenhadas ou a desempenhar não se compadece com a urgência manifestada na aplicação do diploma (dos disponíveis)". O que importa é reduzir direitos!

Em Novembro passado, o VII Encontro Nacional das Organizações Representativas dos Trabalhadores da Segurança Social concluía pela necessidade de os quadros de pessoal serem alargados em 20% média.

Em 1992, quase todas as Instituições de Segurança Social propuseram ao Governo o alargamento dos quadros de pessoal porque há trabalhadores a menos e serviço a mais.

Com estas propostas podemos voltar aos tempos antigos em que era necessário esperar 1 e até 2 anos para se receber reformas e outros subsídios.

*** O Tratado de Maastricht** na área social foi claro quando excluiu as questões relativas às remunerações e contratação colectiva.

O Primeiro-Ministro Cavaco Silva e os restantes Chefes de Estado e de Governo da Europa Comunitária reunidos recentemente na Cimeira de Edimburgo concluíram da necessidade de "envidar esforços para obter contenção nos acordos salariais...," afirmaram que "as restrições salariais ajudarão a controlar as despesas governamentais correntes, contribuirão para as tão necessárias melhorias na competitividade e contribuição para reduzir o desemprego", "o financiamento das finanças públicas, associado a uma inflação baixa e à moderação salarial, ajudará a criar as condições para uma redução das taxas de juro".

Os bancos, as companhias de seguros, as sociedades financeiras e as grandes multinacionais nunca acumularam tanta riqueza como nos últimos 5 anos.

Paralelamente, há cada vez mais pobres, fome e miséria.

A opção do PSD é clara, colocar-se ao lado dos interesses económicos do grande patronato, recuperar a crise à custa dos salários baixos e da redução das verbas destinadas à função social do Estado.

Sabemos que alguns Centros Regionais de Segurança Social, depois da greve recentemente realizada pelos trabalhadores do sector, diminuíram as propostas gravosas inicilmente previstas. Um bom sistema de Segurança Social está ligado à defesa dos direitos dos trabalhadores utentes e do sector.

Para impedir a concretização das propostas gravosas do Governo, estão previstas várias formas de luta, greves inclusive, já no presente mês de Fevereiro.

Em 2 de Abril, os trabalhadores da Segurança Social juntarão a sua voz aos restantes trabalhadores da Europa Comunitária em luta que será também pela defesa dos direitos sociais.

De nós, Cavaco Silva e seu Governo podem esperar total oposição e completa disponibilidade para, junto com os utentes e restantes trabalhadores do país, lutarmos pela defesa da Segurança Social, uma conquista de Abril, um direito de todos.

■ ***Vítor Duarte***
Dirigente Sindical da Comissão Executiva da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública

Proletários de todos os países UNI-VOS!
O militante

ESPECIAL CONGRESSO

Entrevista com Carlos Carvalhas

Intervenção de encerramento

Intervenção de abertura de Álvaro Cunhal

Sobre as alterações aos Estatutos

O Programa do Partido

Sobre as Teses

Depoimentos

Sobre a participação estrangeira

TEMA

Com fundamento neste mundo contemporâneo (I)

REGISTO

Duras realidades no Leste europeu

PAGINA ABERTA

Cuba e Venezuela

NOTAS E COMENTARIOS

Será que a mentira compensa? • O censor e a censura • Contra a falsificação da história • A CE em tribunal: para onde vai o dinheiro? • Acontecimentos em Angola • Assim vai a América...

DOCUMENTOS

Comunicado do CC do PCP

EM FOCO

A «deslizante fascização mental» na Alemanha

■ Manfred Bleskin

«Quatro vietnamitas foram, sexta-feira à noite, na cidade-capital de província de Erfurt, atacados por oito a dez pessoas desconhecidas, aos murros e pontapés. Os autores conseguiram escapar antes de a polícia chegar.» E mais: «Houve quatro feridos, quando um grupo de vinte "skinheads" atacou, na aldeia de Fischersdorf, concelho de Saalfeld, na Turíngia, mais de cem jovens que frequentavam uma discoteca local. Os autores do ataque coordenaram a sua acção através de "walkie-talkies". A polícia, por isso, falou de uma "nova qualidade" das actividades dos extremistas de direita.»

Notícias como estas já se tornaram inquietantemente normais nesta Alemanha no terceiro ano daquilo que para uns é a unidade, para outros ocupação legitimada pelo voto popular, do mais pequeno, pelo maior estado alemão. Desde meados do ano passado, na sequência de brutalidades como a de Erfurt e Fischersdorf, morreram já dezasseis pessoas, tanto militantes da esquerda alemães como cidadãos estrangeiros, que, na sua maioria, procuram asilo, por motivos políticos ou económicos, neste país de democracia relativa e de montras cheias. As penas aplicadas são, em muitos casos, ridículas: três dos participantes do ataque a uma discoteca, na cidade de Magdeburgo, em consequência do qual morreu um jovem, foram condenados a um ano de cadeia.

O nome do bairro de Lichtenhagen, da cidade de Rostock, onde no Verão passado, durante cinco dias, jovens desenraizados e sob a tutela discreta de organizações da extrema-direita, sequestraram, de forma bárbara, o centro de asilados, tornou-se, ao que parece, sinónimo de crimes neofascistas da mais recente história da Alemanha.

O que, na opinião de alguns círculos governamentais de Bona, é fruto de traquinice de jovens que, nos seus tempos livres, ultrapassam os limites das convenções ou reacção «compreensível» ao crescente número de estrangeiros «que vivem dos dinheiros que o contribuinte paga», é sinal de um preocupante crescimento da influência de partidos e movimentos fascistas na Alemanha. É reacção de consideráveis franjas da juventude operária e da pequena burguesia menos esclarecida a uma galopante crise económica com desemprego crescente e flagrante incapacidade dos governantes da Democracia Cristã e dos Liberais de oferecer modelos de solução.

Assim existem em todo o país 77 organizações neofascistas que agrupam cerca de 45 000 activistas. A estes devem acrescentar-se os 23 000 membros do partido «Os Republicanos», chefiados por um tal Franz Schoenhuber, um duvidoso bávaro que não vê motivo para esconder o seu orgulho de ter sido soldado das «SS» hitlerianas, partido esse que, diga-se de passagem, oficialmente não é considerado como de extrema-direita. «Os Republicanos», tal como a chamada União Alemã Popular (DVU), estão representados, entre outros, nos parlamentos regionais dos «laender» (províncias) da Baviera, Schleswig-Holstein e Berlim. Sondagens recentes mostram que, caso se realizassem agora eleições gerais, uns 15 por cento dos eleitores ia votar num dos partidos à direita dos partidos governamentais. Três dos grupos da extrema-direita foram proibidos pelo Ministério do Interior. Os outros continuam as suas desastrosas actividades. Mas, mesmo aos proibidos, o tempo gasto com as especulações lançadas para os meios de comunicação social pelo mesmo ministério sobre a sua proibição, era suficiente para passar a novas formas de organização.

Surge neste contexto, e dadas as penosas experiências históricas dos alemães, a pergunta sobre se existe, de verdade, o perigo de uma segunda «tomada de poder "nacional-socialista"».

Parece que este cenário escuro está afastado. Pelo menos de momento. Para uma maioria da grande burguesia monopolista, o ódio aos estrangeiros, fenómeno inerente do neofascismo alemão, vai contra os seus próprios interesses da caça à mais-valia. Não são raros exemplos como o dos trabalhadores da grande companhia mineira «Ruhrkohle AG», de Essen, que, quase espontaneamente, manifestaram a sua solidariedade com os turcos que vivem e trabalham na Alemanha, após o ataque mortífero contra três mulheres dessa mesma nacionalidade, por um grupo de neonazis na cidade nortenha de Moeln, em Novembro do ano passado: solidariedade que tem como pano de fundo o facto de que 14 000 num total de 83 000 operários e empregados da «Ruhrkohle» são de descendência turca. Empresas de construção de automóveis, como a Volkswagen e a BMW, já consideram motivo de despedida incondicional, o emprego, por operários seus, de «slogans» contra estrangeiros. As contribuições financeiras dos não-alemães, na Alemanha, atingem uma soma de 25 mil milhões de marcos/ano. Não é difícil imaginar o que aconteceria à economia alemã no caso da perda dessa imensa força de trabalho.

Há, no entanto, além dessa franja minoritária da grande burguesia monopolista, que engloba fundamentalmente os ramos com menor ou médio grau de utilização de alta tecnologia, uma outra que, por menos significante que seja em termos de valor produtivo, cada vez mais influencia as decisões das altas esferas do poder, por fazer parte do complexo industrial-militar: é a indústria aeronáutica e aeroespacial, que só emprega um número ínfimo de estrangeiros e que, em muitos casos, emanou mais ou menos directamente dos monopólios armamentistas do «Terceiro Reich». Não é, por conseguinte, de estranhar que partisse desses sectores a iniciativa, por fim frustrada, mas durante muito tempo apoiada oficialmente pelo Governo de Bona, de comemorar o recente 50º aniversário do lançamento do primeiro míssil «V-2» a partir da Alemanha nazi contra território britânico, em fins da Segunda Guerra Mundial. Sinal de uma fascização mental deslizante e do racismo que aparentemente não se apresenta como tal: parangonas nos pasquins «amarelos» como o «Dresdner Morgenpost» falam ao leitor de acontecimentos como «Polícia Alemão Mordido por Estrangeiro».

Habituam-no ao facto de, ao fim e ao cabo, serem os de fora que representam os males da sociedade.

Se é verdade que os partidos fascistas carecem, actualmente, de uma influência eleitoral com perspectivas imediatas de entrar nos corredores do poder, não é menos correcto constatar que os grandes parceiros de coligação, CDU e CSU, fazem sua alguma da demagogia com a qual os neofascistas conseguem, de forma contínua, aumentar o seu peso político.

O caso mais evidente é o do lema do «barco cheio»: quer dizer isto que a Alemanha já não tem capacidade de dar asilo àqueles que, na sua grande maioria, o procuram por motivos parcialmente originados pela própria Alemanha, como é o caso da guerra na Bósnia-Herzegovina, que eclodiu após o apoio que os muçulmanos sentiram pelo facto do reconhecimento unilateral do seu Estado por Bona, ou de muitos países do Terceiro Mundo em que a exploração é fruto das injustas condições de troca comercial com os países capitalistas, como a Alemanha.

Foi assim, precisamente em Setembro de 1991, quando o então secretário-geral da CDU e actual ministro da Defesa, Volker Rushe, mandou uma circular às bases do seu partido, animando-as a mandar resoluções de protesto ao Parlamento Federal, e exigindo que os deputados agissem contra a «onda de ingresso de estrangeiros». Para facilitar essa manifestação «espontânea da vontade popular», juntou um texto fotocopiado em que só faltava preencher o nome da respectiva comuna. Não é por acaso que, desde então, se intensificaram os já referidos ataques a estrangeiros. Em muitos casos, esses crimes serviram de pretexto para «justificar» que «o povo», que neles participou ou os aplaudiu, já não estava em condições de suportar os estrangeiros, tendo sido estes evacuados dos seus domicílios em que esperavam o reconhecimento como refugiados pelas autoridades. No caso de Rostock-Lichtenhagen, tornou-se agora público o que já se tinha suspeitado: foi a própria polícia que actuou em conformidade com os criminosos fascistas para «facilitar» o fogo posto num prédio onde viviam vietnamitas. Outros exemplos são os de «burgomestres» da CDU que escrevem cartas ao Presidente do Conselho Central dos judeus Alemães, Ignatz Bubis, em que exprimem a sua alegria por não terem judeus nas suas autarquias, facto que contribui para manter a calma social, ou de funcionários locais daquele partido que perguntam ao mesmo Bubis, nascido em solo alemão e escapado aos campos de concentração nazis, o que fazia na Alemanha se a sua pátria era Israel. O famoso escritor Guenter Grass chamou, há dias, por isso, de «skinheads de gravata e penteado correcto» os governantes da CDU.

Em sinal contrário à «deslizante fascização mental», cresce em todo o país a resistência. Os partidos da esquerda consequente, o Partido do Socialismo Democrático (PDS) e o Partido Comunista Alemão (DKP), representantes da social-democracia, como Grass, que saíram do Partido Social-Democrata (PSD) por motivo das cedências daquele agrupamento político na questão da prevista limitação do direito ao asilo, grupos da esquerda autónoma (esquerdistas), homens da igreja e verdes levantam bem alto as suas vozes contra a viragem à direita na Alemanha, da qual fazem parte também os planos de enviar tropas alemãs para as «acções de paz» das Nações Unidas, o que é ainda vedado pela Constituição. Só por hipocrisia o Chanceler alemão Helmut Kohl participa em comícios de protesto contra aquilo que se habituou a chamar «inimizade aos estrangeiros», em vez de «racismo», na opinião dos governantes um termo com demasiada carga marxista. As dezenas de milhar de alemães que recentemente participaram no 60º aniversário da tomada de poder por Hitler, em 30 de Janeiro de 1933, são indícios de que uma grande parte dos alemães rejeita o fascismo. Se é a maioria do povo, é difícil de dizer. Mas é fácil constatar que a vela acesa na mão de um manifestante não substitui uma política governamental antifascista. A tomada de poder pelos grupos fascistas está afastada de momento, como já se disse. Mas muitas das suas exigências são parte integrante da política governamental.

50 anos de revista «Vértice» em exposição

Uma exposição sobre os 50 anos da revista «Vértice» foi inaugurada no domingo passado pelo Presidente da República, Mário Soares, no início da Presidência Aberta à Área Metropolitana de Lisboa. A «Vértice» apresenta assim ao público seu espólio literário, desde o seu início de publicação, até aos dias de hoje, numa exposição que é simultânea à dedicada a Joaquim Namorado.

Para além de Soares, intervieram Arquímedes da Silva Santos - um dos dois fundaores da «Vértice» *neo-realista* - e Francisco Melo, actual director da revista cuja intervenção, que explica sucintamente o cariz interventivo desta revista cultural, publicamos nesta página.

António Redol, filho do escritor Alves Redol, faria ainda uma intervenção em nome da Comissão Instaladora do Museu do Neo-Realismo, para o qual a revista «Vértice» decidiu doar todo o seu espólio literário.

De resto, no mesmo dia, Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes, dois dois mais importantes escritores do neo-realismo português, seriam homenageados em cerimónias que contariam com a presença de Mário Soares.

Primeiro, em Alhandra, junto ao monumento dedicado a «Soeiro Pereira Gomes e aos homens que nunca foram meninos», o presidente recordara o passado anti-fascista do escritor, a quem elogiou «a generosidade, o idealismo e o amor pelos outros». Soares marcaria os aspectos da fraternidade «e o desejo de transformar a vida dos homens» como aspectos que tornam válida para sempre a obra de Soeiro Pereira Gomes.

Já em Vila Franca de Xira, em frente ao número 18 da rua Heróis da Guerra Peninsular, onde viveu Alves Redol, o escritor Mário Ventura Henriques fez o elogio da obra do autor de «Gaibéus», que considerou ser o iniciador do neo-realismo em Portugal.

Mário Soares diria que Redol «está injustamente esquecido» e «no seu tempo teve uma imensa influência na sociedade portuguesa». «Aqueles que lutaram contra a ditadura, pela liberdade em Portugal, sabem bem que Alves Redol foi um companheiro sempre presente», diria ainda o presidente.

O Museu do Neo-Realismo

O Museu do Neo-Realismo, em fase de instalação em Vila Franca de Xira, e ao qual o espólio literário da revista «Vértice» será doado, propõe-se recolher, conservar e catalogar os materiais referentes ao Movimento Neo-Realista, em diferentes domínios em que interveio - literatura, artes plásticas, cinema, teatro, música, fotografia, ciências sociais e humanas - e na dinamização cultural.

Para além disso, pretende-se inventariar todos os materiais relativos ao movimento neo-realista que não possam estar à guarda do Museu; expor os materiais recebidos e outros que lhe sejam cedidos, nas suas instalações e em todos os locais apropriados para que for solicitado.

O Museu pretende publicar o seu catálogo e os trabalhos de investigação realizados no seu âmbito.

Realizar e promover a investigação sobre o Movimento e sobre as obras dos criadores que o integraram e ainda promover, junto das editoras, a publicação de trabalhos de investigação e de obras inéditas ou já publicadas com interesse cultural são outros dos propósitos do Museu do Neo-Realismo que pretende assumir uma postura social de intervenção e dinamização, tendo em vista o desenvolvimento cultural das populações.

Para todas estas actividades vai promover-se a construção de um edifício que a Comissão Instaladora do Museu pretende que absorva uma visão moderna da museologia que permita a integração deste conjunto de actividades diversificadas.

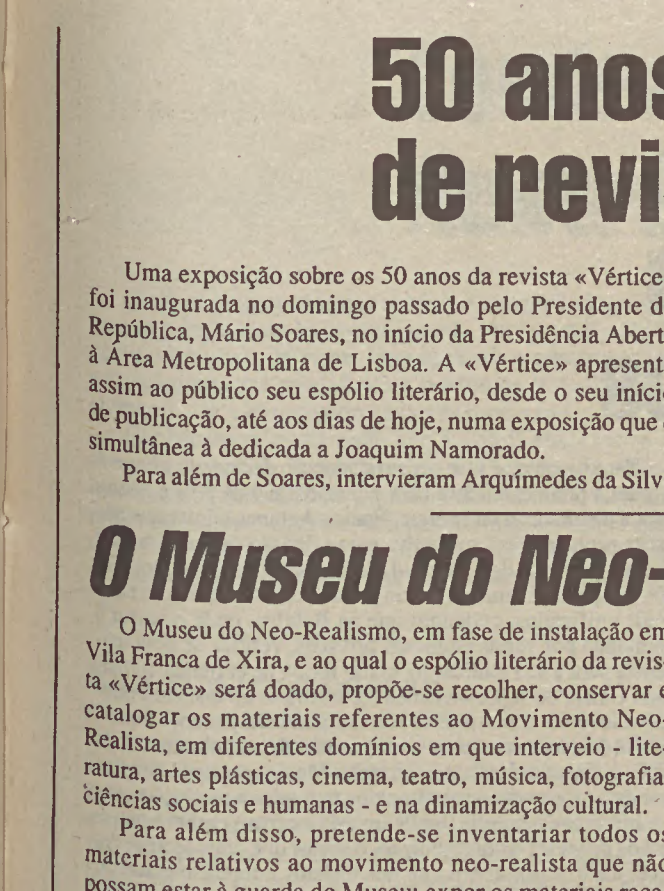
Planos para este ano

Para este ano de 1993, a Comissão Instaladora do Museu do Neo-Realismo anuncia um vasto conjunto de actividades de que se destaca a abertura ao público das instalações provisórias do Centro de Documentação do Museu, bem como de uma área exposicional em que serão mostrados alguns dos materiais que fazem parte do acervo do Museu, nomeadamente peças originais.

A apresentação de uma primeira maqueta das instalações definitivas e a concretização de um conjunto de iniciativas que conduzam à elaboração do programa do museu; o apoio à publicação de obras dos integrantes do Movimento do Neo-Realismo e a realização de actos comemorativos de datas importantes na evolução e desenvolvimento do Movimento são outros objectivos anunciados pela Comissão Instaladora do Museu para efectivar durante este ano.

Ainda em 1993 vai prosseguir a recolha de materiais dispersos relativos ao Movimento nos seus vários domínios, bem como o seu tratamento documental e continuarão os contactos para obtenção de espólios de pessoas que participaram no Movimento.

Finalmente, como objectivo para este ano, pretende-se o incremento do trabalho no domínio das artes plásticas, as quais deram um contributo muito importante ao Neo-Realismo, não só em conjugação com a literatura no que respeita à ilustração, mas principalmente de modo autónomo.



A homenagem a Alves Redol, frente à casa onde o escritor viveu

«Vértice»: revista de cultura e arte desde 1942

Saramago na «Vértice»

«História e ficção em José Saramago» é o título de um conjunto de estudos, da autoria de vários especialistas nacionais e estrangeiros, publicados no último número da revista «Vértice».

No número de Janeiro/Fevereiro desta publicação, assinam os estudos sobre José Saramago, Giuseppe Taviani, Giulta Lanciani, Teresa Cristina Cerdeira da Silva, Javier Alfaya e Luís de Sousa Rebelo.

«Viagem Abusiva de um Filólogo nos Universos Saramaguianos», «Os Universos Irredutíveis de José Saramago», «O Quinto Evangelista ou da Tigela ao Graal», «O Compromisso Moral e Político na Obra de José Saramago ou um-Leitor Espanhol Perante Saramago» e «A Consciência da História na Ficção de José Saramago» são, respectivamente, os estudos inseridos na revista.

Na secção «Em Estudo» da «Vértice», incluem-se os textos «Salazarismo, Fascismo, Europa», de Luís Torgal, «O Conceito de Fascismo na História Recente de Portugal», de Avelãs Nunes, «Do Preconceito ao Conceito e para Além», de José Barata-Moura, e «O Impossível Retorno à Inocência – a Propósito dos 500 Anos da Descoberta de Colombo», de Soares Santos.

Ainda nesta edição são publicados artigos sobre Artes Plásticas, por Eurico Gonçalves, História, por M. Cruzeiro/A. Nunes, Emigração, por K. Hamaoka, Economia, por Ramon Lopez, Literatura, por I. Magalhães/Z. Branco/O. Ovtcharenko, e Letras Africanas, por V. Cabral/F. Soares.

«Vértice» – uma intervenção plural

Em Abril de 1988 demos início à publicação da nova série da *Vértice*. Como então programaticamente dissemos, a nova *Vértice* acolhia a tradição de uma revista que era já parte integrante do património cultural do nosso país. Mas esse acolhimento dava-se em circunstâncias diferentes daquelas em que, durante a sua anterior existência, a *Vértice* tinha vivido, circunstâncias resultantes de factores como o aumento da escolarização, o crescimento verificado dos intelectuais e dos quadros na população activa, o dinamismo sociocultural que as transformações operadas com o 25 de Abril trouxeram. Uma nova intelectualidade – em sentido amplo – tinha surgido. Era com ela que contávamos para a leitura da *Vértice*, por um lado, como destinatário, por outro. A realidade não nos desiludiu, se bem, como todas as revistas culturais, de pequena tiragem, tenhamos que enfrentar graves dificuldades económicas. Porém, relativamente aos colaboradores, cujo número ultrapassa já em muito o meio milhar, é um caso sem paralelo no nosso país.

Foi também nossa intenção desde logo limitar a intervenção da *Vértice* ao diálogo silencioso dos leitores com os textos publicados nas suas páginas. E passada a fase de lançamento da revista, de estruturação do seu funcionamento, começámos a levar a cabo outras formas de intervenção cultural, como os mais de 20 colóquios já realizados em Lisboa, Coimbra, Évora e Porto, o último dos quais, integrado nas comemorações dos 50 anos da revista, teve a honra de contar – com a presente inauguração desta exposição – com a presença activa do Senhor Presidente da Repúbica, a quem mais uma vez agradecemos.

Será esta intervenção plural – nas várias acepções da palavra – que permitirá que o projecto *Vértice* alcance os seus objectivos: divulgar o saber adquirido, estimular a investigação nos diversos domínios do conhecimento (como revista pluridisciplinar que é), resistir à colonização cultural cada vez mais ameaçadora afirmando a cultura nacional em toda a sua riqueza. Ou, numa outra formulação complementar: satisfazer exigências culturais – quer a nível da sua produção quer do seu consumo – cada vez mais diversificadas, e satisfazê-las pela via do rigor científico, do debate de ideias, da mobilização e motivação para as coisas da cultura. A *Vértice* só se cumprirá se, para além de uma revista, for um movimento para e pela cultura.

Neste sentido, e para terminar estas breves palavras na sessão de abertura desta exposição, queria acentuar que é nosso desejo ligar cada vez mais a *Vértice* às instituições e organizações culturais, quer através de iniciativas pontuais quer mesmo estabelecendo formas de colaboração regulares de mútuo interesse. Foi, por isso, para nós motivo de grande satisfação a realização desta exposição que se integra no acordo mais vasto que fizemos com o Museu do Neo-Realismo relativamente à doação do espólio literário da *Vértice*.

Francisco Melo, director da «Vértice», na inauguração da exposição em Vila Franca de Xira sobre os 50 anos da revista.

Concentração e greve no dia 19

Trabalhadores da EDP querem aumentos dignos e direitos salvaguardados

A EDP está em luta por aumentos salariais condignos e contra a reformulação do sistema de enquadramento e perfis profissionais, proposta pelo conselho de administração. As divergências são muitas e, perante o impasse nas negociações, o plenário de delegados sindicais decidiu ontem realizar no próximo dia 19 uma concentração nacional, convocando para o mesmo dia uma greve de 24 horas

«Apresentámos uma proposta de 14,2 por cento e a empresa respondeu com 5 por cento, respeitando à risca as orientações do Governo» - referiu Paula Cabeçadas, da Comissão Intersindical da EDP, que falou ao «Avante!» juntamente com Franco Antunes, da Comissão de Trabalhadores, sobre a situação actual da empresa.

Nas duas reuniões de revisão salarial o conselho de administração (CA) não recuou na sua proposta de 5 por cento, declarando que estaria muito próximo do valor final que poderá vir a acordar. Como argumentos apresenta as metas de inflação do Governo e a situação económica e financeira da empresa.

Os sindicatos não concordam e evocam que já existem exemplos doutras empresas do Estado que apontam aumentos da massa salarial muito superiores aos cinco por cento. Paula Cabeçadas acrescenta que «não existem razões de ordem económico-financeira para conter os salários, na medida em que nos últimos três anos a empresa tem vindo a apresentar lucros substanciais. Este ano o CA pensa fechar as contas com cerca de 20 milhões de contos líquidos, enquanto nos dois últimos anos a empresa apresentou resultados positivos na ordem dos 14 milhões de contos anuais. Isto é tanto mais verdade quanto a empresa se deu ao luxo de distribuir lucros, através de títulos da dívida pública, pelos trabalhadores. Ora uma empresa que distribui mais de três milhões de contos em lucros pelos seus trabalhadores não pode evocar dificuldades financeiras para limitar a negociação salarial».

Sobre esta questão os sindicatos mostram algumas reservas, nomeadamente em relação aos critérios utilizados na distribuição dos lucros, que deixam muitos de fora: «por exemplo, trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho são injustamente arredados desta distribuição, verificando-se o mesmo com os membros das estruturas sindicais», diz Paula Cabeçadas.

O Acordo de Empresa na EDP está em vigor desde 1980, datando daí também o enquadramento das carreiras profissionais, embora este tenha sofrido algumas ligeiras alterações ao longo dos anos. Porém, em 1992 a empresa propôs uma reformulação quase total do enquadramento profissional, quer ao nível das próprias carreiras, quer ao nível dos perfis profissionais. Como refere Paula Cabeçadas, o objectivo é um só: «a empresa pretende criar condições para poder livremente movimentar pessoas e exigir-lhes mais responsabilidades e mais tarefas. A maior polivalência de funções permitirá à empresa não só criar mais mobilidade como evitar o preenchimento de postos de trabalho que vão ficando vagos com reformas de trabalhadores, rescisões de contratos, etc.»

Franco Antunes acrescenta que «as carreiras eram mais estanques e que a nova proposta vem juntá-las numa linha de carreira única, o que aumenta o número de excedentários para um determinado número de funções».

Os sindicatos, embora admitam que o número de perfis possa ser reduzido, apresentam duas grandes objecções ao novo sistema proposto - a primeira, como salienta Paula Cabeçadas, «diz respeito a um conjunto de perfis propostos, cuja abrangência de funções consideramos exagerada. Por exemplo, o novo perfil de electricista principal, proposto pelo CA, resulta da fusão de nada menos que 11 profissiogramas hoje existentes. Ora, é uma situação inaceitável, já que a empresa passa a poder exigir do trabalhador um conjunto de tarefas para as quais não está habilitado e mesmo tudo isto passe pela formação profissional há sempre um grande risco de inadaptação. Perguntamos, pois, o que acontecerá com o trabalhador?»

A segunda objecção prende-se com o facto da maioria dos trabalhadores não beneficiar de qualquer compensação, em termos de progressão nas carreiras, e isto apesar de verem aumentadas as suas responsabilidades: «defendemos que a polivalência e a flexibilidade das tarefas devem ser acompanhadas de um pagamento justo e que todos devem ter uma compensação imediata», sublinha Paula Cabeçadas».

Tanto quanto se sabe, existe a intenção de criar uma empresa para a produção, outra para o transporte e de uma a quatro para a distribuição da energia. Franco Antunes afirma que não existe nenhuma razão objectiva para a divisão da empresa, «até mesmo ao nível da Comunidade Europeia os exemplos são diversos, nomeadamente a França e a Grécia têm sistemas nacionais unificados, enquanto que na Bélgica, onde o sector é dominado por várias empresas privadas, verifica-se uma tendência para a sua unificação, como forma de enfrentar o Mercado Único, ou seja exactamente o contrário do que em Portugal o Governo, com o pretexto da Comunidade, pretende fazer».

Se é dado como quase como certo o desmembramento da EDP, a questão da sua privatização não se apresenta simples devido aos grandes investimentos que quer a produção quer o transporte de energia implicam. Mais certo é porém a entrega aos privados da distribuição, o sector que mais lucros oferece. «Não é por acaso que nos últimos tempos, metade do investimento da EDP tem sido precisamente no sector da distribuição», recorda Franco Antunes, que embora reconheça a necessidade de alguns investimentos nesta área, considera que «o principal objectivo é criar condições apetecíveis ao interesse privado».

Por outro lado, os trabalhadores não têm qualquer garantia de que os seus direitos sejam respeitados por qualquer outra empresa fruto do Plano de Cisões: «nós entendemos que o espartilhar da EDP irá pôr em causa o Acordo da Empresa e o Estatuto Unificado de Pessoal», frisa Fanco Antunes. «Neste momento, desenvolvemos esforços para alertar os trabalhadores e sensibilizar os órgãos de soberania no sentido de preservar os direitos e regalias hoje existentes. Nesta matéria não há divisões, todas todas as estruturas dos trabalhadores da empresa subscreveram uma plataforma comum contra o desmembramento da empresa e pela salvaguarda dos direitos consagrados».

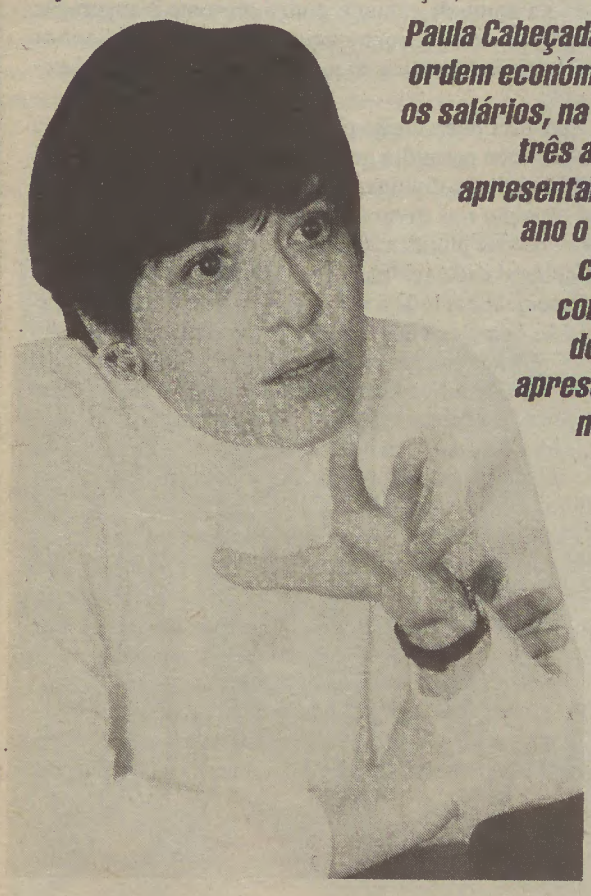
No entanto, observa Franco Antunes, «não podemos esquecer que já hoje a política do Governo, que o Conselho de Administração põe em prática, se traduz numa perda de direitos e num ataque aos postos de trabalho. Concretamente, assistimos a uma campanha acelerada para a rescisão de contratos de trabalho, e contrariando regras estabelecidas no Acordo de Empresa, são estão a ser efectuadas transferências de trabalhadores. A juntar a tudo isto, verifica-se o encerramento de postos de trabalho com inevitáveis consequências para os trabalhadores».

Os trabalhadores criticam ainda muitas decisões do Conselho de Administração que, nas palavras de Franco Antunes, «na sua gestão corrente, está em muitos aspectos a contrariar um dos objectivos fundamentais da constituição da EDP - assegurar o direito à electricidade e prestar um serviço público de qualidade.

Na sequência da implementação de novas formas de pagamento da electricidade, que vieram sem dúvida facilitar a vida a milhares de portugueses, muitas agências foram encerradas, sobretudo nas zonas rurais do interior, ou seja exactamente onde são mais necessárias. É que o País não é todo igual: se um lisboeta possui e está familiarizado com sistema muitibanco, nas zonas do interior o mesmo já não se passa. Daí que quando se encerra uma pequena agência, numa zona rural, apenas por razões de rentabilização, muitos consumidores podem ver-se obrigados a deslocar-se dezenas de quilómetros para pagar a conta da luz. Pensamos que o economicismo do CA não se coaduna com o espírito do serviço público que a EDP presta à população».

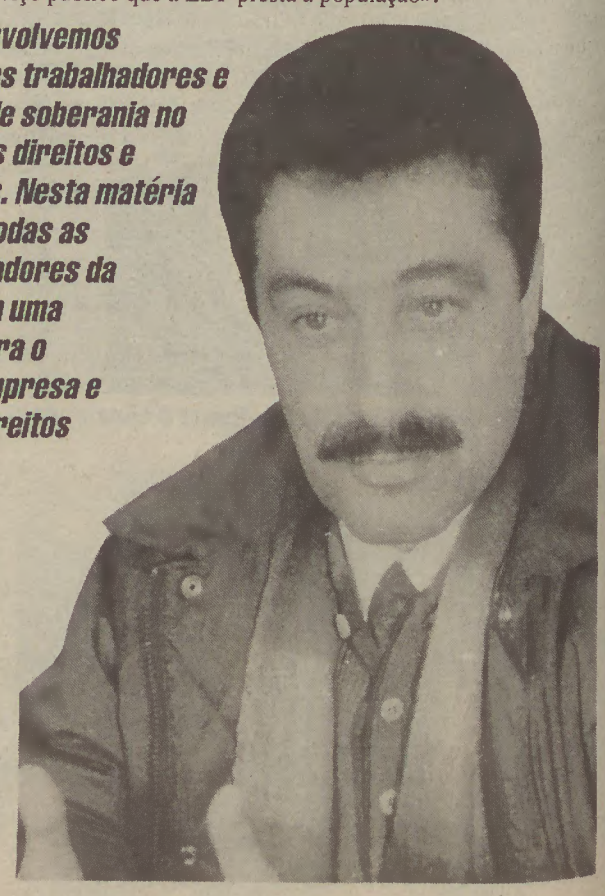
A central do Pêgo

Quando a EDP iniciou a construção da central termoeléctrica do Pego, junto de Abrantes, o plano previa que fossem erguidos quatro grupos de produção de energia. Entretanto, e ainda apenas com um grupo finalizado e o segundo a ser construído, a empresa fez as contas e decidiu alienar a central a um consórcio inglês com capitais multinacionais. A razão era de que o encaixe resultante do negócio poderia resolver o problema da amortização da dívida. Por enquanto apenas foi firmado um contrato-promessa e muito ainda está por acertar até Março, quando deverá ser tomada a decisão final, apesar da EDP ter transmitido a ideia de que à venda estava consumada. De qualquer modo, as estruturas dos trabalhadores estão preocupadas porque esta venda, a concretizar-se, representa nem mais nem menos do que o início das privatizações e da liberalização do sector eléctrico. O que ninguém sabe por enquanto é o qual será o futuro dos trabalhadores da Central do Pêgo.



Paula Cabeçadas: «Não existem razões de ordem económico-financeira para conter os salários, na medida em que nos últimos três anos a empresa tem vindo a apresentar lucros substanciais. Este ano o CA pensa fechar as contas com cerca de 20 milhões de contos líquidos, enquanto nos dois últimos anos a empresa apresentou resultados positivos na ordem dos 14 milhões de contos anuais»

Franco Antunes: «Desenvolvemos esforços para alertar os trabalhadores e sensibilizar os órgãos de soberania no sentido de preservar os direitos e regalias hoje existentes. Nesta matéria não há divisões, todas todas as estruturas dos trabalhadores da empresa subscreveram uma plataforma comum contra o desmembramento da empresa e pela salvaguarda dos direitos consagrados»



Contra o desmembramento

O anunciado desmembramento da EDP é outro processo que preocupa os trabalhadores da empresa. Como refere Franco Antunes, «a empresa fez muito ao longo destes anos: distribuiu electricidade praticamente a todos os locais deste País, integrou toda a pequena distribuição e criou um tarifário único e nacional. Assim, não só o consumidor passou a pagar a energia ao mesmo preço em todo o território, como também os trabalhadores do sector viram uniformizados direitos e regalias independentemente das regiões do País. Estes valores inquestionáveis correm perigo caso se avance com o desmembramento da empresa. Sabemos que o CA já apresentou o chamado Plano de Cisões ao exame do Governo».

EM FOCO

Londres, Nova Zelândia, Austrália: o Mundo

■ *Manoel de Loncastre*

O clima socioeconómico moderno em que todos vivemos tem dado lugar ao aparecimento, num grande centro como é Londres, de vagas intermináveis e constantes de novos imigrantes candidatos a postos de trabalho que, entretanto, se vão tornando cada vez mais raros.

Conhecemos locais onde não é difícil observar-se a chegada, a partida, a substituição das legiões de novos escravos da modernidade capitalista falida que o sistema rotula de homens e mulheres livres ao mesmo tempo que os reduz, em condições salariais absolutamente precárias e casuais, à mais torturante das escravaturas ù a financeira.

Escravatura moderna

Assim, num modesto "sandwich-bar", em Chancery Lane, as empregadas de mesa eram italianas. Cedo, os patrões as substituíram por marroquinas que se limitavam a menos. Mas uma outra vaga de candidatas chegou, inteiramente preparada para aceitar trabalho por qualquer dinheiro e tirar partido de nova existência na grande metrópole ù raparigas polacas, bonitas, educadas, sequiosas dos frutos da sua nova liberdade. Logo os patrões mandaram embora as marroquinas para ficarem com as polacas.

Mas num "wine-bar" com o sugestivo nome de "Partners", em Newman Street, as empregadas eram duas: uma portuguesa, que nunca se cansava de mencionar a sua terra, a ilha da Madeira, e uma polaca, originária da zona báltica de Stettin. Mas apareceram as checas e ao patrões do "Partners" prontamente tomaram a decisão de substituir, tanto a polaca como a portuguesa, por uma só checa. Esta, uma vez ao serviço, começou por dizer-nos que agora, sim, era livre, podia viajar de Praga para Londres sem obstáculos. Breve, porém, atirada para um trabalho insano que lhe não dá um minuto de descanso, chegou à conclusão de que é falsa a nova liberdade e de que a sua situação não passa de uma para si desconhecida forma de escravatura, através da qual entrega a sua força de trabalho em condições da mais selvática concorrência.

No Hotel "Clifton-Ford", na zona rica de Welbeck Street, a rapariga que abastece os frigoríficos nos quartos é chinesa. As funcionárias das limpezas são mulheres negras, fortes, nigerianas; são marroquinas, são portuguesas. O "room-service" (comidas e bebidas servidas directamente nos quartos) é assegurado por uma brasileira. No restaurante, trabalha uma canadiana sujeita a rigorosa licença de estadia no país, além de vários rapazes árabes. Um dos porteiros é peruano. As raparigas da recepção são escandinavas. O pianista é holandês. O homem do "bar" é espanhol. E todas as noites, ao balcão desse bar, chora uma inglesa chamada Emma porque a empresa onde se empregava faliu e ela ficou sem trabalho. Afoga em garrafas de vinho tinto de marca banal a sua profunda inquietação sobre o futuro, a sua completa falta de perspectiva, a sua impreparação ideológica para enfrentar as condições diabólicas que a rodeiam e não compreende. Para mais, a empresa do marido, que se dedicava à venda de telefones portáteis, faliu também.

Austrália mergulhada na crise

Num dos bons clubes de St. James para onde um editor inglês interessado em Portugal nos convidou, fomos encontrar pessoal australiano. E era aí que nos interessava chegar, visto que a Austrália está na ordem do dia, não devido a quaisquer êxitos dos seus famosos desportistas, mas por motivo da crise económico-financeira que o país atravessa.

A companhia de aviação australiana, a "Quantas", aceita ofertas de eventuais compradores, para o que tem o patrocínio do próprio governo de Camberra, e já despediu, para se tornar mais atractiva perante os candidatos ao leilão, 1835 funcionários. Entretanto, no passado dia 30 de Novembro, os trabalhadores australianos levaram a cabo multiplas acções de greve como protesto contra as brutais medidas dos governos federal e do Estado de Vitória, onde tudo o que eram direitos e conquistas de quem não é patrão e vive do seu trabalho foi reduzido a fumo em 26 horas, apenas, de trabalhos parlamentares.

Nestas condições, a privatização das indústrias nacionais foi autorizada e, daí, a venda de 25% da "Quantas" à "British Airways". Em dois tempos, a administração pública viu-se desmembrada e feita em pedaços sem poder efectivo. As greves em certos sectores tidos como vitais foram proibidas. Os contratos colectivos de trabalho perderam validade. Os impostos foram aumentados. Ficou totalmente proibida a dedução de quotizações sindicais nas folhas de salários e ordenados. Tomaram-se medidas para a constituição de um novo e mais eficiente organismo de direcção da polícia em nome do governo. O bónus de 17,5% com que o Estado comparticipava no custo das férias dos trabalhadores foi anulado. Os preços do tabaco, dos registos de automóveis, do gás, da electricidade, dos transportes, dos prémios de seguro, foram todos aumentados. E o povo australiano, vítima de uma sessão parlamentar única na história do país, achou-se de um dia para o outro com um buraco no orçamento superior a 1200 dólares por pessoa.

"É a guerra"

Na nova situação, os capitalistas vão adquirir ao governo os serviços de abastecimentos de água, gás e electricidade, para que o Estado aplique as receitas oriundas dessas e de outras privatizações na liquidação das suas dívidas aos Bancos. "É a guerra", disse o Congresso dos Sindicatos Australianos. Com a taxa de desemprego em 11% da população activa num país de 17,34 milhões de habitantes, a situação económica do país tornou-se num desastre pior do que o de 1890. Por isso, o presidente de um importante grupo bancário de Singapura, Hsien Fu Hua, permitiu-se declarar recentemente, em Sydney, a uma assembleia de industiais australianos: "Deviam estar informados da falta de respeito que em toda a Ásia os povos sentem pelo vosso país, a Austrália."

A guerra dos governos federal e de Vitória contra os trabalhadores e os seus sindicatos não passa, portanto, de uma consequência da guerra que os seus bancos internacionais movem contra a economia do país e o povo australiano. E os bancos locais, que durante os famigerados anos 80 esbanjaram dinheiro, perdidamente, alimentando a especulação dos grandes impérios, não podendo escapar à ira daqueles que lhes emprestaram os fundos, manipulam agora o governo e todas as autoridades estaduais para que façam cair sobre o povo o custo dos astronómicos prejuízos que sofreram. O "Westpac", antigo "Bank of New South Wales", registava perdas, no ano financeiro que terminou em Setembro, que se cifravam em 714 milhões de libras (157 milhões de contos). O "Australia and New Zealand Banking Group" (ANZ) sofreu prejuízos durante o mesmo período que ascenderam a 580 milhões de libras, os piores resultados apresentados pelo banco nos últimos 100 anos. O "State Bank of Vitoria" teve de ser integrado no "Commonwealth Bank" depois de registar nada menos de 1 bilião de libras estrelinas de prejuízos. Quanto ao "State Bank of Australia", fala-se em perdas superiores a 1 bilião de dólares australianos. No meio de uma catástrofe como esta, parece que, independentemente destes terríveis resultados, a banca australiana se acha exposta, no seu conjunto, a cerca de 30 biliões de dólares de dívidas incobráveis. Os bancos despediram 14 mil empregados. Ao Estado compete, portanto, encontrar saída para esta terrível situação, de modo a que as monumentais perdas referidas possam ser recuperadas à custa dos sacrifícios e do trabalho do povo.

Governo trabalhista —governo capitalista

Mas onde foi parar tanto dinheiro que os bancos perderam? As peças centrais da estratégia do ministro das Finanças, Paul Keating, hoje primeiro-ministro, consistiam na abertura do mercado australiano à livre concorrência em todos os sectores e na desregulamentação da indústria bancária. Toda e qulaquer pessoa, com algumas credenciais, podia abrir o seu banco e começar os negócios. O país viu-se invadido por uma legião de banqueiros novos e velhos que, evidentemente, começaram por levantar fundos na própria Banca australiana. Por outro lado, no sentido de se manterem competitivos no mercado internacional, os bancos australianos emprestaram com a máxima largueza aos especuladores do país, os Alan Bond, Robert Holmes à Court, John Elliott, Christopher Skase, Warwick Fairfax, cujos impérios gigantes se desfizeram em ruínas. Pode dizer-se que a Austrália está vivendo a sua maior crise de sempre.

O governo trabalhista que presidiu a toda esta loucura, influenciado, como é evidente, pelo que se estava passando na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, está no poder há uma década. Mas os problemas económicos que vimos observando colocaram o país perante um sentimento profundo de frustração e de pessimismo. Nota-se uma rápida e inesperada perda de confiança dos australianos no futuro do seu grande país. Estão mortas as enormes ilusões que conduziram quase todo o país à cegueira. No fundo, toda a gente acreditava que a riqueza estava ao alcance do livro de cheques. Bastava pôr lá a assinatura. Agora, numa situação completamente oposta, o povo volta-se contra os trabalhistas, tendo-os já afastado do poder na Tasmânia e em Vitória. E tudo indica que virão a ser derrotados nas próximas eleições gerais, dentro de alguns meses. Curiosa situação: à política conservadora, mas neoliberal na sua essência, dos trabalhistas, sucederá, possivelmente, a política verdadeiramente conservadora dos próprios conservadores, o que sugere a inevitável pergunta: e depois, o que surgirá?

Ao movimento sindical, junto com os partidos políticos progressistas e todas as organizações de massas do país, resta uma possibilidade: ganhar a guerra.

Capitalismo arruína a Nova Zelândia

Na Nova Zelândia, a situação agora vivida pelos seus vizinhos australianos foi já experimentada e produziu resultados. Basta que atentemos nas declarações do Reverendo Randerson, responsável da igreja anglicana para os assuntos sociais, que não teve dúvidas em dizer:

"Um quarto da população do país vive em condições de pobreza. O sofrimento do povo pode verificar-se em todas as regiões da Nova Zelândia. Há fome. As condições de habitação são más. A saúde das pessoas ressente-se dessas condições, mas os preços dos serviços hospitalares, médicos, farmacêuticos, tornaram-se proibitivos. Os cortes nos salários e nas subvenções sociais tiraram ao povo o mínimo de que dispunha para poder sobreviver."

Noutro passo das suas sensacionais declarações, o Reverendo Randerson acrescentou:

"A ideia de que as forças do mercado produzem benefícios universais é simplista e completamente errada. Quanto mais o governo persiste nessa desacreditada e trágica ideologia, mais crescerão as divisões no seio da sociedade neozelandesa."

Devem ter razão os sindicatos australianos. Estaremos em guerra?

EM FOCO

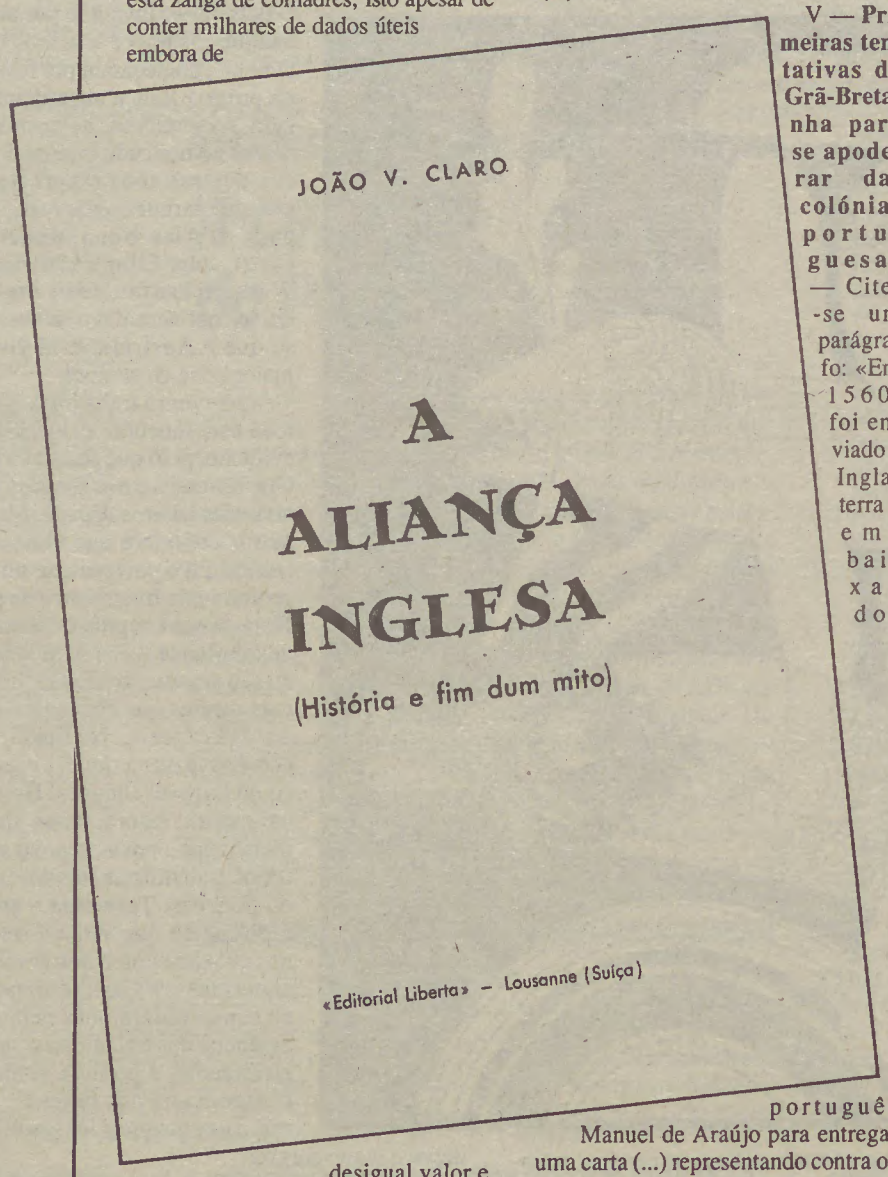
Um livro por quinzena

■ *Pedro Ramos de Almeida*

Prenúncios da CEE: o «mito» da aliança inglesa

1. Em 1943, sofrida que já tinha sido metade da Segunda Guerra Mundial, um grupo de discípulos e seguidores do escritor personalista e de extrema-direita Alfredo Pimenta, eventualmente sob a sua directa influência, fazia imprimir em português — embora anunciassem na capa, como local da sua edição, e «Editorial Liberta», sita (?) em Lausanne, na Suíça — uma obra de ataque à aliança inglesa; um volume que constituía, em si mesmo e designadamente naquela fase da guerra, uma objectiva manifestação de solidariedade ao eixo nazi-fascista.

Nesta obra, o título é claro: **A Aliança Inglesa (História e fim dum mito).** O pseudónimo escolhido também pretende ser de compreeensão imediata: **João V. Claro.** O livro é que corresponde mal à esperança gerada por esta zanga de comadres; isto apesar de conter milhares de dados úteis embora de



desigual valor e diferente aproximação da realidade, encavalitados ou afundados nas suas folhas.

2. Esta **Aliança Inglesa** ocupa cerca de 280 páginas. São seus capítulos:

I — **«Os ingleses e a fundação da nacionalidade portuguesa»,** em que se destaca a «génese do mito da aliança», designadamente contida nas teses inglesas de que «sem a cooperação dos ingleses não seria possível a fundação do reino»; na preferência inglesa pela pirataria, em detrimento da conquista de Lisboa aos mouros; nas «violências e roubos praticados pelos soldados britânicos» contra «a população de Lisboa, roubando e matando judeus, mouros e cristãos», até serem vencidos pela população, pelos burgueses e por Sancho I, etc.

II — **As primeiras alianças de Portugal com a Inglaterra,** com relevo para: as tentativas iniciais de isolar Portugal, «indispondo-o» com a Espanha; primeiros tratados de comércio luso-britânico (reis Dinis e Eduardo I); primeiro tratado de aliança político-militar luso-britânico (1732); os assassínios e roubos das tropas do Duque de Cambridge; represálias do povo de Lisboa, etc.

III — **O primeiro Tratado de Windsor** (1386) — De que ainda consta a referência à desvalorização da iniciativa portuguesa pela independência pátria e a crítica da falsificação histórica do papel assumido pelos ingleses.

IV — **A Inglaterra e a expansão ultramarina de Portugal** — Destaquem-se estas linhas, hoje assombrosas e quase ingénuas: «Portugal realizava nesse tempo o que os especuladores políticos mais temem, e por consequência mais caluniam: o verdadeiro Estado, em que a nação é um Estado totalitário. Nesta feliz orgânica política não existia a chamada «opinião pública» [Note bem!] sempre efémera e negativa, mas a voz da Raça, sempre fecunda de intuições (...)».

V — **Primeiras tentativas da Grã-Bretanha para se apoderar das colónias portuguesas** — Cite-se um parágrafo: «Em 1560, foi enviado a Inglaterra o embaixador português Manuel de Araújo para entregar uma carta (...) representando contra os actos de pirataria de que eram vítimas os portugueses na Guiné e outras possessões portuguesas e bem assim outra representação em que o rei de Portugal dizia que recebia diariamente queixas contra os súbditos britânicos (...) chegando ao desaforo de venderem aos mouros os próprios marinheiros portugueses»...

VI — **A Inglaterra e a dominação filipina em Portugal** — Portugal pede ajuda e recebe... «bons conselhos»: «Inutilidade absoluta da aliança inglesa», «espoliação britânica do Império Colonial Português», etc.

VII — **A Restauração de Portugal e a Inglaterra** — O capítulo começa, como é próprio da direita nacionalista da época, pela celebração do «valor da raça». Uma tese-chave: «A Inglaterra não auxiliou a revolução — vendeu a neutralidade, pois concedeu-a em troca de ruinosas concessões».

VIII — **«Os tratados de 1661 e o de Methwen (1703)»** — Descrição sumária deste «maquiavélico contrato» e suas consequências, assinado no reinado de Pedro II, que «além de arruinar completamente as nossas fábricas e indústrias, tornava-se arruinador até para a própria agricultura, que pretendia favorecer!

As importações inglesas, até aí de 300 000 libras, subiram logo a 1 500 000 libras por ano! Só o bacalhau, importado de Inglaterra desde 1790 até 1814, subiu à enorme soma de 78 000 000 de cruzados!»

IX — **«Relações Luso-Britânicos durante o período pombalino** — Um exemplo: «Uma das primeiras resoluções do Marquês ao subir ao poder foi a de proibir aos ingleses que levassem de Portugal o ouro, obrigando-os a invertê-lo em mercadorias».

X — **«Portugal e a Guerra Peninsular»** — Uma frase modelar: «Quanto ao auxílio financeiro, o parlamento britânico autorizara um empréstimo de apenas 200 000 libras, e com a exigência da entrega às forças britânicas dos fortes do Bugio e de S. Julião!!! São assim!»

XI — **«A Inglaterra e a separação do Brasil»** — Um destaque: «Os ruinosos tratados de comércio de 1808 e 1810, impostos pela Grã-Bretanha, abusando da fraqueza de Portugal, acostumaram o brasileiro a passar sem a metrópole, pois passaram a fazer com a Inglaterra o comércio que até então mantinham com Portugal».

XII — **«A Inglaterra e a ruína económica de Portugal»** — Um subtítulo significativo: «O tratado de Comércio com a Inglaterra, celebrado em 1810, colocou-nos, mais do que nenhum outro dos anteriores, na sua dependência económica», escreve Francisco António Correia.

XIII — **«A questão da escravatura»** — O(s) autor(es) denuncia(m) sobretudo a duplicidade britânica nesta questão. «Primeiro que tudo é necessário saber (há infelizmente quem se julgue bem informado e o não saiba) que à Inglaterra falta, em absoluto, toda e qualquer autoridade para se arvorar em paladina da libertação dos escravos.

Em 1711, o próprio Governo britânico obteve da Espanha, e os seus historiadores narram o caso como uma vitória inglesa, o famoso monopólio chamado «del assiento», pelo qual os ingleses ficavam com o monopólio de fornecer negros de África às colónias espanholas!!! O rei de Inglaterra, seguindo as tradições deixadas pela rainha Isabel, tinha uma quarta parte nos lucros da companhia fundada para esse fim!!!

(...) O zelo antiescalavagista da Inglaterra não passava de pura especulação! (...)»

XIV — **«A questão de Bolama»** — É largamente descrita esta reivindicação colonial inglesa, desde o seu desencadeamento (1834) até à sua solução pela arbitragem do presidente americano, Grant (21.IV.1870), em favor do colonialismo português.

XV — **«A questão de Lourenço Marques»** — Caracterização que dela faz Marques Guedes: O Império Inglês em África «carecia de uma saída para o mar, pelo nascente, e nenhuma se lhe oferecia melhor que a baía de Lourenço Marques». E a questão correrá entre 1926 e 1875 (data da arbitragem, desfavorável à Inglaterra, do presidente francês Mac-Mahon).

XVI — **O «Ultimatum» inglês de 11.1.1890** — A Inglaterra imperial pretendia unir, sob o seu domínio, uma faixa que corresse toda a África, de Norte a Sul; Portugal colonial sonhava colocá-la sob a bandeira portuguesa, de Ocidente a Oriente, ligando Angola a Moçambique. É a chamada querela do «mapa cor-de-rosa», nome que lhe advém do facto de as pretensões portuguesas estarem assinaladas a cor-de-rosa, num mapa utilizado pelo ministro Barros Gomes.

A patriótica revolução de 31 de Janeiro de 1891 é que não consta deste livro...

XVII — **As convenções anglo-alemãs de 1898/1899 e 1899 e 1912/1914** — Alfredo Pimenta, citado à cabeça, escreve: «Rasga-se o véu. A Inglaterra preparara-se para se apropriar das colónias portuguesas, como caução de empréstimo. A Alemanha aproxima-se da França para contrariar a Inglaterra. Esta, preferindo tê-la como parceira, propõe-lhe as partilhas do nosso Império Colonial!»

Se «desde 1642 a Inglaterra preparara (...) a imposição dos tratados de 1654, 1661, 1703, 1810, 1842 e 1878, a sistemática ruína económica de Portugal», a ameaça de um golpe sério ao Império Colonial Português será dado pelos acordos anglo-alemães de 1898/1899 e 1912/1814 [como os de 1937/1938, que não são citados]. São acordos de repartição entre aqueles dois imperialismos, designadamente para primeiras impressões, de Angola, Moçambique e Timor. E que só não foram por diante, porque a contradição europeia e universal daquelas duas grandes potências, traduzida em duas guerras mundiais, impediu uma sua aproximação conjuntural, à custa do colonialismo português.

XVIII — **Intervenção de Portugal na Grande Guerra** (1916) — uma tese curiosa: «A Inglaterra não se quer comprometer. Ela pretende deixar-nos toda a responsabilidade da nossa intervenção, pois sabe muito bem que tanto os seus instigadores como os interesses partidários, não nacionais, do Governo maçónico que então ocupava o poder, arrastaria Portugal à guerra contra a Alemanha.

Conclusão: **«Destino da aliança luso-britânica. Fim de um mito.»** — «(...) Portugal, formando com a Espanha um bloco de resistência contra as derradeiras investidas da democracia e do comunismo, ligara o seu destino à política de defea do continente europeu. A Inglaterra, ligando-se ao comunismo, atingia o termo lógico da sua luta secular contra a união e o esplendor das nações da Europa. (...) Não é outra a significação do monstruoso pacto anglo-soviético, no qual a Inglaterra se comprometeu a entregar a Europa à livre devastação do bolchevismo». Tal e qual!

3. O que tudo isto mostra é que, enquanto subsistir o antagonismo social, os acordos e alianças económicos, políticos, militares e sociais entre as grandes potências imperialists, tal como os seus choques e grandes contradições, sendo extremamente perigosos para toda a humanidade, o são ainda mais para os pequenos Estados.

As grandes divisões e contradições internacionais conduzem à guerra e ao empobrecimento mundial; os acordos, pactos e entendimentos, para que as grandes potências arrastam os pequenos Estados, são feitos à custa detes.

Os entendimentos políticos de hoje, para que os pequenos Estados são empurrados ou atraídos, devem ensinar os povos, sobretudo destes Estados, a preparar-se para maus dias: para os maus dias do «desenvolvimento comunitário» à custa dos mais fracos; para os maus dias do abrupto (países ou pessoas) estraçalhados numa dependência e desorgaização económicas, políticas e sociais nunca antes vistas.

É esta situação, é esta ameaça, que nos impõe como única via: o esclarecimento e a luta de massas pela independência nacional e a soberania popular. Sem elas, nunca haverá segurança popular, bem-estar e democracia.

Gazetilha

Virgulando

Vejam só o destino!
Um sinal pequenino
como a vírgula, e logo
queima como fogo
e assim como é, tem
a importância vital
na ordem gramatical
da língua-mãe.

A força da miúda!
Com ela tudo muda.
Exemplo: a corrupção
pra ficar como deve
agora assim se escreve:
C,O,R,R,U,P,Ç,Ã,O.

É assim, ou não?

Compensação...

O emprego desce
mas a inflação sobe.
A corrupção sobe
e a vergonha desce.
Cada vez há mais exploração
cada vez há menos pão.
Cada vez há mais dinheiro
para poucos
cada vez há menos dinheiro
para muitos.

Díz um arroto comilão:
«é a lei da compensação...»

Outras maneiras de dizer

Disse a respeito de uma construção
O Tribunal de Contas: «Infringiram-se
os preceitos legais
que regulam
a realização
e o pagamento
das despesas públicas.»

Fique o poeta perdoado
de pôr de lado
a rima, que perfilha
em tantas odes mais ou menos tontas.

Mas hoje, quem escreve a Gazetilha
é o Tribunal de Contas...

Actualidade

Pedem os comunistas na Assembleia
às privatizações um forte inquérito
que, dizem eles, há-de ter o mérito
de ver quem no popó vai à boleia.

Mas o PSD afasta a ideia.
Diz que não há razões. E, benemérito,
atira para a cesta do pretérito
os temores que enfrentam a alcateia.

Não há razões? Mas dia a dia as usam
os jornais, onde espadas mil se cruzam
na esgrima de interesses fulgurantes.

PSD não vê as porcarias?
Nem já é uma questão de dioptrias
pois o simples olfacto era bastante.

■ **IGNOTUS SUM**

Imaginário

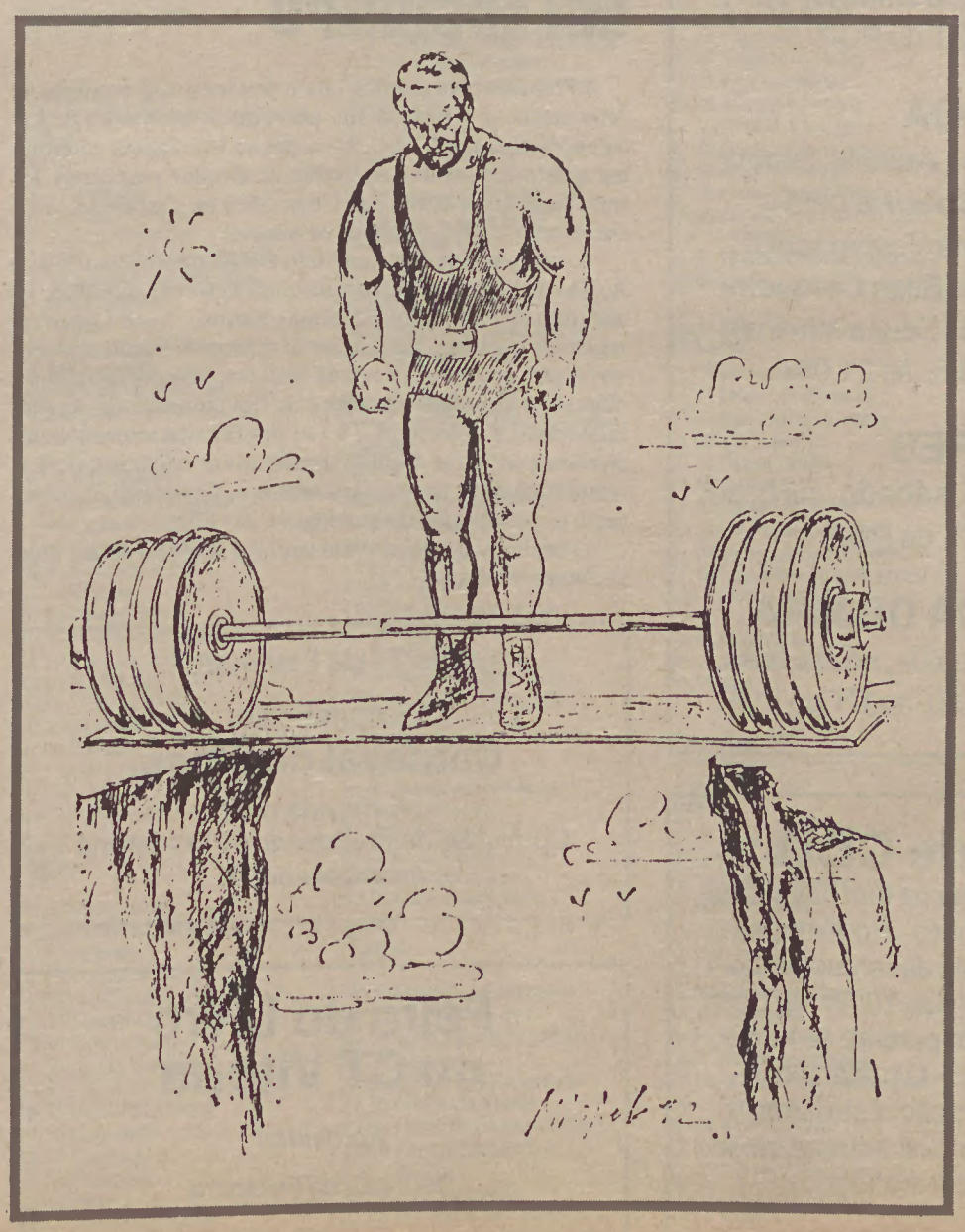
A realidade – a comezinha, a chata, a bera e cinzenta realidade – parece estar a tornar-se cada vez mais desagradável aos olhos de quem, por profissão e negócio, no-la apresenta na sua diversidade. Isto é, aos olhos mediáticos da comunicação de massas.
Não será, por certo, porque a realidade não seja suficientemente horrível e desagradável. Parece é que «não chega» para dela se falar, para divulgá-la limpamente. Mesmo quando ela é de arripiar, o comunicador de hoje em dia sente-se compelido a «ficcionar» a realidade, não lhe basta mentir, nem distorcer.
Exemplo disso são as séries de «reportagem dramatizada», com os polícias a fazerem-se à câmara e as prisões a serem previamente encenadas nos antros da droga ocidental ou oriental.
Mas a criação do imaginário, de um mundo ficcional onde querem que a gente viva, desligados dos problemas reais – comezinhos, chatos e beras – vai mais longe. Até a própria ficção se mascara e se pinta. Como a versão pintalgada de «Casablanca», que a televisão nos forneceu devidamente colorida.
E aí vão mais uns exemplos do reino imaginário onde um cidadão-leitor pode viver...

O Rei-Tio

Por exemplo: não faltam aí meios de informação que acham que os portugueses também têm direito a viver num reino devidamente encantado. Depois de nos terem bombardeado com as quentes, eróticas, policiescas e rocambolescas peripécias sobre príncipes e princesas – até passaram «filmes» sobre o caso dramatizando a «realidade» dos desencontros entre Carlos e Diana –, certos periódicos decidiram que este não é um povo sem rei nem roque. E, embora sem recurso – por enquanto – à escuta electrónica para devassar a vida do semelhante (será um rei **semelhante** de alguém?), embora improvisando com a prata da casa, já se fez alguma coisa.
Procurou-se um caso. Mas com quem se podia desentender Duarte Nuno, eterno pretendente? Que princesa espiar? Então, em desespero de causa, foi um semanário sondar-lhe o futuro. O pretendente a rei não se fez rogado. Levando a sério o seu papel, contribuiu para a fantasia. «A minha sucessão está resolvida», disse. «O casamento é antes de mais um sacramento», proferiu. «E com isso não se brinca».
O leitor é convidado a levar tudo isto a sério. E torna o duque: «Posso adoptar um sobrinho»...
Se isto não se passasse num país imaginário, este «rei» seria cognominado a rigor: o Rei-Tio.

O estranho caso do vagabundo-assassino

Os kremlinólogos – denominação moderna dos sovietólogos de antanho – andam a prometê-las. Mas passam os meses, sobe o Verão, Agosto vai-se, cai a folha, cobre-se de neve a perspectiva e, apesar das ameaças, não há golpe. Os russos, impacientes com a miséria, o frio e a doença que, garantem todos, alastram nas estepes, continuam a aguentar.
Enquanto poucos deles abarrotam os bolsos de dólares, a maioria sucumbe ao peso dos rublos que não chegam para comprar pão. Mas aguentam.
Quem não aguenta mais é o comentador-kremlinólogo. De microfone em riste para a câmara, anuncia a conspiração, denuncia os comunistas, aponta os conservadores. Eles são os militares que reúnem, os deputados que dizem **niet**, o complexo militar-industrial que boicota, o povo que se queixa, os manifestantes que se manifestam.
Mas não chega. O kremlinólogo impacienta-se. Sonha com Rasputine. Adverte. E um belo dia, uma agência de «informação» russa dá-lhe a mãozinha. Foi preso um vagabundo-assassino que se preparava, com um canivete, para degolar o Presidente. Ieltsin teria escapado por uma unha negra, protegido por uma segurança que se revelara periclitante. Ainda por cima, o assassino era um militar, mais propriamente um major.
Outra agência, que pena, desmentiu tudo no dia seguinte. Afinal tratava-se apenas de um militar, sim, mas desertor e vagabundo. Que confessou tudo. Tanto confessou que até admitiu que ia matar Ieltsin com o seu canivete.
O kremlinólogo entristeceu. E nunca mais falou no caso.



frases da Semana

"Aposto nos 15% de audiência até ao Verão."

☞(**P. António Rego**, director de informação da TVI - «Público», 30.01.93)

"TVI não é uma estação para anijinhos."

☞(**José Nuno Martins** -«Jornal de Notícias», 30.01.93)

"Este caso (Futre-RTP) lembra-nos, ainda, o truque do ladrão que grita "Agarra que é ladrão!". Sugerimos, por isso, que se procure ver quem assim grita. Talvez se encontrem alguns dos que, no passado, realizaram dos mais ruinosos (e misteriosos) negócios da RTP."

☞(**José Manuel Fernandes** - «Público», 31.01.93)

"Universitários estão bem pagos."

☞(**Daniel Bessa**, no Colóquio sobre a Universidade do Futuro - «Público», 29.01.93)

"E tu, Manuela, quanto é que ganhas?"

☞(**Paulo Futre**, para Manuela Moura Guedes - «Telejornal», 26.01.93)

"O meu casamento ainda não está decidido. (...) Mas não há nenhuma razão para pensar que não se fará."

☞(**D. Duarte, Duque de Bragança** - «Semanário», 30.01.93)

"Pessimismo reina sobre retoma internacional."

☞(título - «Público», 31.01.93)

"O Bundesbank está a destruir a Europa."

☞(**Carlo Benedetti**, industrial, financeiro e presidente da Olivetti - «Público», 31.01.93)

"Por entre recordações de siderurgias passadas e imagens de manadas de gado presentes, a "Marcha do Tempo" (Maria Elisa-António Champalimaud-Canal 1) estreou-se com a arqueologia do capitalismo lusitano."

☞(**Mário Mesquita** - «Diário de Notícias», 29.01.93)

"O salazarismo não foi um fascismo."

☞(**Manuel Braga da Cruz**, em colóquio da revista «Análise Social» - «Público», 1.02.93)

Agenda

ÉVORA

Reunião Plenária das Direcções das Organizações Regionais de Beja, Évora e Portalegre, com a participação do camarada **Carlos Carvalhas** - sábado, a partir das 10.00, no Palácio D. Manuel.

FARO

Visita dos deputados, do PCP, **Lino de Carvalho** e **Luís Peixoto** ao Algarve - hoje e amanhã.

LISBOA

Plenário das células da **EPI** e **J. B. Cardoso**: no Centro de Trabalho de Alcântara, **hoje**, quinta-feira, às 17.15.

Plenário do Sector de **Seguros**: no Centro de Trabalho Vitória, **hoje,** às 18.00.

Debate: «A situação em Angola». Com a participação de **Alberto Vilaverde Cabral**, no Centro de Trabalho Vitória, **hoje,** às 19.00.

Plenário do Sector da **Construção Civil**: no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, **sábado,** às 19.00.

Almoço-convívio da Zona Ocidental de Lisboa **no Centro de Trabalho de Alcântara,** dirigido a todos os camaradas que ali estão ou estiveram organizados: no **sábado.**

2ª Assembleia da Organização da Zona Oriental da Cidade de Lisboa: no salão da Junta de Freguesia de S. João, **sábado,** a partir das 14.30.

Jornadas autárquicas de Lisboa - em **Benfica, Carnide e S. Domingos de Benfica,** no **sábado,** a partir das 10.00, com a participação de eleitos na CML, AML e Freguesias.

Reunião de quadros do Sector dos **Transportes** (luta de massas no Sector; participação na preparação do Congresso da CGTP-IN): **segunda-feira,** às 19.00, no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião da célula do **Banco de Portugal**: no Centro de Trabalho Vitória, **segunda-feira,** às 17.30.

Reunião do OD dos Bancários, sobre trabalho sindical/Congresso da CGTP-IN: **terça-feira,** às 17.30, no Centro de Trabalho Vitória.

Plenário da célula da **FNAC**: no Centro de Trabalho Vitória, **terça-feira,** às 16.10.

SETÚBAL

Sessão de esclarecimento sobre **as questões da ex-Jugoslávia**: no Edifício Arrábida (Av. 5 de Outubro), **sexta-feira,** às 21.30, com a participação do camarada **Carlos Aboim Inglez.**

SINTRA

Reunião de comunistas organizados em células de empresas, membros de Comissões de Trabalhadores, delegados e dirigentes sindicais do concelho de Sintra: **sábado,** a partir das 15.00, no Centro de Trabalho do Cacém.

ÉVORA

Sábado, no Palácio D. Manuel

Reunião plenária das Direcções das Organizações Regionais de Beja, Évora e Portalegre,

com a participação do camarada

Carlos Carvalhas

- **O Alentejo e as tarefas imediatas do Partido**
- **A estrutura Inter-regional do Partido para o Alentejo, suas funções e composição**

Na próxima semana:

ÁLVARO CUNHAL na Marinha Grande e no Bombarral

Sexta-feira, dia 12, o camarada Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional, participa, a convite das respectivas Comissões Concelhias do PCP, em duas sessões públicas que proporcionarão certamente o debate das grandes questões da actualidade política: às 18.30 no Auditório Municipal do Bombarral e às 21.30 no Salão Império Marinhense, na Marinha Grande.

Sob o lema
«Consolidar a organização e influência do Partido, preparar as eleições autárquicas»

2ª Assembleia da Organização da Zona Oriental da Cidade de Lisboa

Sábado, a partir das 14.30,
na Junta de Freguesia de S. João

IV CONGRESSO JCP

CASTELO BRANCO

Reunião de quadros, **domingo**, dia 7, às 17.00, no CT do PCP.

LISBOA

A situação na África Austral: debate promovido pelo Colectivo para a Solidariedade com os Povos da JCP, com a participação de **Silas Cerqueira**: na sede da JCP (Rua Sousa Martins), **sexta-feira**, dia 5, às 21.00.

LOURES

Reunião do colectivo, **sábado**, dia 6, de manhã, no CT do PCP.

VILA FRANCA DE XIRA

Café-concerto «Anos 60», **sexta-feira**, dia 5, a partir das 21.30, no CT do PCP.

CT's de Lisboa em Encontro

«Trabalho com direitos - base do progresso, condição da democracia» é o tema de um encontro de comissões de trabalhadores da região de Lisboa que se vai realizar na próxima quarta-feira com o objectivo de discutir problemas dos trabalhadores, a acção das Comissões de Trabalhadores e encontrar a melhor forma de os resolver.

A convocatória é da Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa que apresenta como assuntos em debate no auditório do CESL (Av. Almirante Barroso, 3, em Lisboa) as seguintes questões: liquidação de postos de trabalho efectivos e precarização; as novas tácticas, comportamentos e objectivos das administrações e do Governo face aos direitos individuais e colectivos e à Lei das CT's; o exercício dos direitos e as novas formas organizativas como resposta às reestruturações e desmembramentos e, finalmente, a cooperação e coordenação do movimento das CT's.

O encontro debaterá ainda tarefas e acções a desenvolver no futuro imediato.

IV ASSEMBLEIA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA

VILA FRANCA DE XIRA

"O Partido com o Povo na Luta por uma Vida Melhor"

CICLO DE DEBATES

Salão da Junta de Freguesia de Alverca

11 de Fevereiro (21.30 h.)
Poder Local, Desenvolvimento e Participação das Populações

18 de Fevereiro (21.30 h.)
O Partido e a Acção de Massas

Partido Comunista Português

Juventude CDU

No salão da JF de **Alverca** tem lugar uma acção de formação sobre «Poder Local e Política Autárquica de Juventude», no **sábado**, dia 6, a partir das 10 horas. Com encerramento previsto para as 16 horas, inclui dois módulos: «O poder local: evolução, caracterização, estruturas e competências» e «Política autárquica de juventude: a nossa realidade».

Dia 21 de Fevereiro

Excursão ao

Carnaval de Sines

promovida pela
Comissão de Freguesia de Verderena
(inscrições no CT)

Feira do Livro no CT Vitória

Aproveita!

De 1 a 28 de Fevereiro

Cruzeiro no Zêzere

dias 3 e 4 de Abril,
promovido pela Comissão Dinamizadora do CT de Arroios/Lisboa

(informações e inscrições no CT de Arroios e pelo tel. 8138119)

Agenda

Um vasto conjunto de análises, reflexões e orientações a que o debate em curso em torno de Maastricht confere renovada actualidade, importância e utilidade

PORTUGAL INDEPENDENTE NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional

20-21 Out. 1990
ALMADA

edições Avante!

À venda

Televisão

Quinta, 4

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Os Reis do Rio
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 BD, a 9ª Arte
14.30 Ponto por Ponto
15.00 Marie
(ver «Filmes na TV»)
16.50 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.50 Simpsons
22.20 Grande Noite
23.15 Sexualidades
00.05 Fogo de Gabriel
01.00 24 Horas
01.45 Remate

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.45 «Rose Against the Odds»
12.35 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.30 Vira o Vídeo
14.05 Agora, Escolha!
15.25 TV2 Informação
15.30 Euroritmias
16.20 Os Árabes
17.15 Chá das 5
18.15 Carrusel
18.50 TV2 Informação
18.55 Acção em Miami
19.50 Uma Questão de Palavras
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 O Lar dos Meus Sonhos
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Teatro: «Ivanov»

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.10 Placard Electrónico
21.30 Conta Corrente
22.30 Repórter da Meia-Noite
23.20 Cuidado com as Aparências
23.55 Último Jornal
00.05 Jornal Louco
00.10 MTV

Sexta, 5

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Os Viajantes no Tempo
11.30 Agora é que São Elas
12.00 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Faces da Cultura
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Aventura em Atenas
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Rua Sésamo
17.15 Brinca Brincando
17.40 Caderno Diário
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra Sobre Pedra
21.50 Marina, Marina
22.20 Rapto em Teerão
(ver «Filmes na TV»)
00.15 24 Horas
01.00 Remate
01.15 Uma Família Real em Crise
(ver «Filmes na TV»)

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
12.00 Walter e Emily
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.30 Vira o Vídeo
14.05 Agora Escolha!
15.30 Euroritmias
16.25 Odisseia Animal
17.15 Chá das 5
18.15 Carrusel
19.00 Rotações
20.00 PSIS
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.30 Em Português nos Entendemos
23.30 O Último Ano em Marienbad
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Outras Músicas

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.35 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.10 Placard Electrónico
21.30 Crimes
22.00 A Lenda de Tarzan
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.35 Jornal Louco
00.40 Playboy
01.40 MTV

Sábado, 6

08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.05 Parlamento
13.35 Mercado Único
13.45 Macacos
14.15 Clube Disney
15.45 O Pirata Vermelho
(ver «Filmes na TV»)
17.25 Feira de Música
18.15 Arca de Noé
18.55 Você Decide
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.35 Felicidade
22.20 Parabéns
23.40 Uma Razão para Matar
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Oh Serafina
(ver «Filmes na TV»)

08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.05 Perdeu-se uma Milionária
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
22.00 Jornal Nacional
22.30 Força de Elite
23.25 Salomé
00.45 Contradições

12.00 Quadrilha Selvagem
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray
13.30 Batman
14.00 Sic Notícias
14.05 As Mais Belas Máquinas
14.30 Portugal Radical
15.00 As Aventuras de Robin dos Bosques
(ver «Filmes na TV»)
17.25 Justiça Negra
18.20 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.55 Benny Hill
21.25 Paixões Secretas
22.30 Água na Boca
23.30 Último Jornal
23.40 Telefilme: «O Caso da Grande Desilusão»

Domingo, 7

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 Os Melhores Anos
13.30 Top +
14.30 Olha que Dois
15.40 Beverly Hills 90210
16.20 A Incrível Jornada
(ver «Filmes na TV»)
17.50 Sons do Sol
18.50 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Repórteres
21.00 Felicidade
22.40 Casa Cheia
23.25 Grande Área
00.40 Conversa Afiada

08.00 Desenhos Animados
08.10 Os Persuasores
09.00 Uma Família para Joe
09.30 Regiões
10.30 O Espelho Enterrado
11.30 Gente da Frente
12.00 Cross das Amendoeiras
13.15 Forum Musical
14.15 Realce
14.45 TV2 Desporto
21.45 Palavra Puxa Palavra
22.30 Artes e Letras - «A História da MGM»
23.30 Capitães da Areia
00.10 Os Três Renegados
(ver «Filmes na TV»)

12.30 Rugrats
13.00 Pássaros de Fogo
14.00 Sic Notícias
14.05 Um Planeta, uma Família
14.35 Portugal Radical
15.00 Rapsódia
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Tarzan
17.55 Terminal Max
18.30 Encontros Imediatos
19.00 Benny Hill
19.30 Jornal da Noite
20.05 A Viúva do Enforcado
20.55 Cosby Show
21.30 Nova Iorque 1997
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Último Jornal
23.40 Segredos
00.30 Boxe

Segunda, 8

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Mike e Angelo
11.30 Agora é que São Elas!
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Vida Selvagem
14.30 Ponto por Ponto
15.10 Primeira Matinée: «A Grande Terra dos Pequenos»
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.40 Apanhados
22.20 Entre Famílias
23.25 Outras Guerras
00.15 24 Horas
01.05 Remate
01.20 Corrida Contra o Tempo
(ver «Filmes na TV»)

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
12.15 Eternos Novatos
12.40 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.35 Euroritmias
16.25 O Nascimento da Europa
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.05 Acção em Miami
19.55 Cinemagazine
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Fogo Cruzado
23.40 Bom Tempo Mas Tempestuoso ao Fim do Dia
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Últimas Notas - «Johnny Halliday»

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
21.00 Placard Electrónico
21.30 Histórias de Gangsters
(ver «Filmes na TV»)
23.35 Tostões e Milhões
00.10 Último Jornal
00.20 Jornal Louco
00.25 MTV

Terça, 9

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Madicken
11.30 Notas para Si
12.00 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Mundo da Ciência
14.25 Ponto por Ponto
15.10 O Expresso Avalanche
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.05 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.45 A Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.50 Isto Só Vídeo
22.20 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
23.20 A Marcha do Tempo
00.20 24 Horas
01.05 Remate

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
11.40 «Rose Against the Odds»
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.35 Euroritmias
16.25 Extra Dimensões
17.15 Chá das 5
18.10 Carrusel
18.55 Acção em Miami
20.00 Magazine Ecologia
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.40 Irmãos Inseparavéis
(ver «Filmes na TV»)
01.35 Últimas Notas - «Sinead O'Connor»

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Terça à Noite
22.30 Phoenix
23.25 Jogar em Casa
23.55 Último Jornal
00.05 Jornal Louco
00.10 MTV

Quarta, 10

07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja de Ideias
11.00 Kelly
11.30 Isto é Magia
12.00 Culinária
12.20 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Entre Guerras
14.25 Ponto por Ponto
15.10 Primeira Matinée: «Dick Barton Contra-ataca»
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.45 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.40 Pedra sobre Pedra
21.50 Vamos Jogar no Totobola
22.05 Rosa, Uma Mulher de Fogo
(ver «Filmes na TV»)
00.20 24 Horas
01.05 Remate

09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.45 Sarilhos com Elas
12.30 A Última Fronteira
13.00 Luas de Mel
13.30 Vira o Vídeo
14.00 Agora, Escolha!
15.30 Euroritmias
16.25 O Monstro de Loch Ness
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
19.00 Acção em Miami
20.00 TV Artes
20.30 Murphy Brown
21.00 Jornal das Nove
21.45 Barriga de Aluguer
22.35 Carlos Cruz - Quarta-Feira
23.45 Artes e Letras
23.55 O Retrato da Senhora Yuki
(ver «Filmes na TV»)

16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Batalhas Conjugais
22.30 Sexo Forte
23.30 Príncipe de Bel Air
00.05 Último Jornal
00.15 Jornal Louco
00.20 MTV

Agenda

Filmes na TV

Delphine Seyrig e Giorgio Albertazzi, por entre as estátuas e os jardins de «O Último Ano em Marienbad», de Alain Resnais

Marie

«Marie: A True Story», (EUA/1985). Realização de Roger Donaldson. Interpretação de Sissy Spacek, Jeff Daniels, Keith Szarabajka, Morgan Freeman, Fred Thompson. Cor, 108 minutos.

Uma mãe de três filhos, divorciada, chega ao longo de um perseverante caminho à carreira judicial no estado do Tennessee e desenvolve ali uma impressionante luta contra a corrupção e o tráfico de influências do poder político, a qual acaba por ser recompensada.

Tudo se conjuga para que este excelente filme, em cuja história dificilmente se acreditaria se não estivesse apoiada em factos reais, ocupe com dignidade esta Primeira Matinée: o argumento, escrito por Peter Maas a partir de um livro de John Briley, que relata um caso verídico; a direcção de fotografia, de Chris Menges; e, finalmente, a brilhante interpretação de Sissy Spacek.

Quinta, 15.00, Canal 1

O Lar dos Meus Sonhos

«Mr. Blandings Builds His Dream House», (EUA/1948). Realização de H. C. Porter. Interpretação de Cary Grant, Myrna Loy, Melvyn Douglas, Reginald Denny, Sharyn Moffett, Connie Marshall. P/B, 90 minutos.

Um casal inveteradamente citadino, na tentativa de erguer um novo lar noutras paragens onde o custo de vida seja menos difícil de suportar, procura reconstruir uma casa de campo em ruínas e passa pelos mais incríveis sarilhos. Uma irresistível comédia, de novo com Cary Grant em excelente forma no principal papel, e brilhantemente acompanhado pelos excelentes Myrna Loy e Melvyn Douglas, dois rostos do cinema clássico norte-americano.

Quinta, 22.40, TV 2

Aventura em Atenas

«On a Volé la Cuisse de Jupiter», (Fr./1979). Realização de Phillipe de Broca. Interpretação de Annie Girardot, Philippe de Noiret, Francis Pérrin, Catherine Alric. Cor, 98 minutos.

Um casal casadinho de fresco parte em viagem de núpcias para a Grécia, mal supondo que, ao conhecerem um arqueólogo intensamente ocupado em encontrar e reunir os fragmentos dispersos de uma estátua da Afrodite, se envolveriam numa série de imagináveis sarilhos, que passam por inúmeras confusões à volta dos perpetradores de um crime, de uma rede de tráfico de objectos de arte, etc., etc. Excelentemente interpretado por Annie Girardot e Philippe Noiret, este filme-sequela de uma anterior experiência de Broca com os dois actores (Ternas Algemas) cumpre plenamente os seus objectivos de divertir.

Sexta, 15.00, Canal 1

Greystoke: A Lenda de Tarzan, Rei da Selva

«Greystoke: The Legend of Tarzan, Lord of The Apes», (EUA/1984). Realização de Hugh Hudson. Interpretação de Christopher Lambert, Ian Holm, Andie McDowell (dobrada por Glenn Close), Ralph Richardson. Cor, 132 minutos.

Mais uma adaptação - bastante livre - ao cinema, do célebre conto de Edgar Rice Burroughs, em que o jovem que sobrevive ao naufrágio dos seus pais e é criado na selva entre os macacos é encontrado e recuperado por um explorador belga e trazido de volta para a Europa, onde vai sentir o choque da destrutiva civilização que encontra. Algumas cenas de selva, a cuidada caracterização e, sobretudo, a brilhante interpretação de Ralph Richardson (no papel de avô de Tarzan, um dos últimos papéis da sua riquíssima carreira), transformam o filme num passatempo agradável que, entretanto, pretendendo levar-se demasiado a sério, fica muito aquém do nosso imaginário.

Sexta, 22.00, SIC

Rapto em Teerão

«Not Without My Daughter», (EUA/1990). Realização de Brian Gilbert. Interpretação de Sally Pield, Aldred Molina, Sheila Rosenthal, Roshan Seth, Sarah Badel, Mony Rey, George Corraface.

«Corria o ano de 1984 e o regime fundamentalista iraniano estava no auge da selvagem e assassina purificação de um povo ocidentalizado repentinamente obrigado a mergulhar pelo terror nos confins do obscurantismo mais ignóbil.» O Boletim de Informação da RTP não perdeu a ocasião para opinar desassombradamente sobre - e não poupou adjectivos ao descrever com indignada e rigorosa emoção - o caso verídico de uma norte-americana, casada com um iraniano, que de visita à sua família em Teerão se vê envolvida pelos acontecimentos daquela época. Mas a fortuna acaba por acompanhar Sally Field na odisseia, conseguindo escapar às garras dos sequazes de Khomeini...

Sexta, 22.20, Canal 1

O Último Ano em Marienbad

«L' Année Dernière à Marienbad», (Fr./1961). Realização de Alain Resnais. Interpretação de Delphine Seyrig, Giorgio Albertazzi, Sacha Pitoeff, Pierre Barbaud, Françoise Bertin. P/B, 90 minutos.

Por entre os jardins, as estátuas e os longos corredores que adornam um hotel barroco de Marienbad, um homem (X) conhece uma bela mulher (A) que ali se encontra acompanhada por um outro homem (M). X afirma, peremptório, que os dois se haviam já encontrado, o ano passado, também em Marienbad, ou seria em Frederiksbad? Mas A não se recorda de X, que, por sua vez, lhe garante que ela lhe prometera encontrarem-se, de novo, no ano seguinte. É então que, perante a indiferença de M, ambos partem, de novo, de Marienbad. Ou teria tudo acontecido, não agora, mas no ano passado? «Leão de Ouro» na Bienal de Veneza de 1961, O Ano Passado em Marienbad, pela inovação da sua escrita e realização é, sem dúvida, um dos mais fascinantes exemplares do cinema europeu de todos os tempos. Realizado por um cineasta apaixonado pelos insondáveis meandros da memória, da recordação, das indefinições e justaposições do lugar e do tempo (real e cinematográfico) - experimentados com mestria em duas obras-primas anteriores, Nuit et Brouillard e Hiroshima Mon Amour - o filme parece ser, ainda, a única tradução possível, para a imagem e o som, dos complexos mecanismos e artifícios de escrita do nouveau roman, exemplarmente assumidos por Alain Robbe-Grillet. E servidos, afinal, por um fulgurante exercício de encenação, com a perpétua movimentação dos actores por entre impensáveis travellings da câmara (Sacha Vierny) e uma cruciante banda sonora (Francis Seyrig). A não perder.

Sexta, 23.30, TV 2

Tarzan, O Destemido

«Tarzan The Fearless», (EUA/1933). Realização de Robert Hill. Interpretação de Buster Crabble, Jacqueline Wells, E. Alyn Warren, Edward Woods. P/B, 73 minutos.

De novo Tarzan, mas agora na TV 2, a preencher a manhã cinematográfica. A diferença é a de que a estrutura e ingenuidade formal deste filme se aproxima mais da imagem que temos, da nossa meninice, do herói da selva, aqui no primeiro episódio do que seria, ao jeito da época, um serial dedicado ao filão, mas ainda longe do «fascínio» que despertaram os filmes com Johnny Weissmuller que se lhe seguiriam.

Sábado, 12.15, TV 2

As Aventuras de Robin dos Bosques

«The Adventures of Robin Hood», (EUA/1938). Realização de Michael Curtiz. Interpretação de Errol Flynn, Olivia de Havilland, Claude Rains, Basil Rathbone. P/B, 106 minutos.

Em relação a este filme, pelo contrário, dir-se-ia que «não há amor como o primeiro». Trata-se, na verdade, da melhor versão de sempre de uma história, também localizada nas nossas memórias juvenis, mas que nunca como aqui teve realização e intérpretes de semelhante grandeza. Um grande filme de aventuras, com uma gloriosa banda sonora.

Sábado, 14.55, SIC

O Pirata Vermelho

«The Crimson Pirate», (Gr.Br./1952). Realização de Robert Siodmak. Interpretação de Burt Lancaster, Nick Cravat, Eva Bartok, Torin Thatcher, James Hayter, Leslie Bradley. Cor, 102 minutos.

E parece que as coisas, esta semana, continuam no mesmo tom. Na senda da aventura - e da melhor -, eis um dos mais excitantes exemplares dos clássicos de «piratas» de todos os tempos, com Lancaster a desdobrar-se por entre saltos, piruetas, abordagens e duelos, os mais inimagináveis. Um filme de culto que provoca a boa disposição aos mais novos e aos mais velhos. Convém gravar, para ver a seguir ao Robin dos Bosques e em vez da Feira da Música...

Sábado, 15.45, Canal 1

Perry Mason: O Caso da Grande Desilusão

«Perry Mason: The Case of Desperate Deception», (EUA/1990). Realização de Christian Nyby II. Interpretação de Raymond Burr, Yvette Mimieux. Cor, 97 minutos.

Desta vez, Perry Mason leva a cabo em Paris a defesa de um fuzileiro naval norte-americano acusado de ter assassinado um ex-oficial nazi, comandante de um campo de concentração, que durante a II Guerra Mundial torturara a sua mãe. Um dos melhores episódios desta série de telefilmes.

Sábado, 23.40, SIC

América: Uma Razão Para Matar

«Iron Maze», (EUA/Jap./1990). Realização de Hiroaki Yoshida. Interpretação de Jeff Fahey, Bridget Fonda, Hiroaki Murakami, J. T. Walsh. Cor, 100 minutos.

O argumento deste filme foi adaptado, para os nossos dias, a partir de um conto do escritor japonês Ruyunosuke Akutagawa, do qual Kurosawa também adaptara o argumento para a sua obra-prima As Portas do Inferno. A estrutura do enredo é baseada no relato diferenciado, por parte de três testemunhas, do caso do assassinato, nos Estados Unidos, de um homem de negócios japonês. Mas, no fundo da trama, estão também os complexos contornos que rodeiam as cada vez mais intensas actividades económicas dos japoneses naquele país.

Sábado, 23.30, Canal 1

Olivia de Havilland e Errol Flynn, ainda e sempre o melhor «Robin dos Bosques»

Oh Serafina!

«Oh Serafina!», (It./1976). Realização de Alberto Lattuada. Interpretação de Renato Pozetto, Dalila Di Lazzaro, Angelica Ippolito, Howard Ross, Lilla Brignone, Marisa Merlini. Cor, 126 minutos.

Já anunciado pelo menos três vezes, mas sempre com transmissão adiada, Oh Serafina! é um filme de Alberto Lattuada, em tempos que já lá vão (há muito) um cineasta italiano relativamente estimável. Mas esta história não promete nada de especialmente relevante: um industrial, mais interessado na ornitologia do que nos seus negócios, é internado num manicómio pela esposa; mas acontece que, naquele estabelecimento clínico, encontra uma jovem, também ela internada, mas por iniciativa dos pais... E eis senão quando...

Sábado, 01.20, Canal 1

Rapsódia

«Rhapsody», (EUA/1954). Realização de Charles Vidor. Interpretação de Elizabeth Taylor, Vittorio Gassman, John Ericson. Cor, 115 minutos.

Posto em cena com sabedoria profissional, Rapsódia é um daqueles melodramas à antiga, com tudo a chorar e a sofrer pelos cantos e uma história de cordel com a belíssima Elisabeth Taylor, herdeira rica, a balancear entre os amores de um pianista e de um violinista. Tendo em fundo os imprescindíveis concertos de Rachmaninoff e Tchaikowsky, um filme para Santana Lopes se rever, sem mestre, em algumas das mais entusiasmantes páginas da História da Música...

Domingo, 15.00, SIC

A Incrível Jornada

«The Incredible Journey», (EUA/1963). Realização de Fletcher Markle. Interpretação de Emile Genest, John Drainie, Tommy Tweed, Sandra Scott, Syme Jago, Marion Finlayson. Cor, 76 minutos.

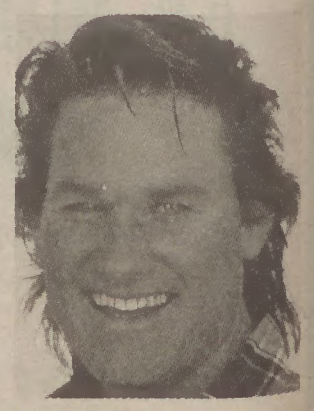
Dois cães e um gato, simpáticos e domésticos animais de estimação de uma família que parte para fora e os deixa aos cuidados de um distraído amigo, percorrem centenas de quilómetros através do Canadá para reencontrarem os donos. Um filme dos Estúdios Disney, pois claro!

Domingo, 16.20, Canal 1

Nova Iorque - 1997

«Escape From New York», (EUA/1981). Realização de John Carpenter. Interpretação de Kurt Russell, Ernst Borgnine, Lee Van Cleef, Isaac Hayes, Adrienne Barbeau. Cor, 99 minutos.

Imaginado como objecto de entretenimento e acção, Nova Iorque 1977 acaba por resultar uma parábola ficcionada e fortemente pessimista com uma visão aterradora do futuro. Este filme de John Carpenter - um dos expoentes do cinema de acção dos anos 80 - vai encontrar a ilha de Manhattan, em Nova Iorque, transformada em uma gigantesca prisão da máxima segurança onde estão encarcerados três milhões dos mais perigosos cadastrados. Ainda por cima é aí que se despenha, vítima de um atentado, um



Kurt Russell

avião governamental que transporta o Presidente dos EUA para uma conferência internacional, o qual é imediatamente tornado refém. O curioso, e mais divertido (que já cá estava a faltar), é que quem é escolhido para salvar tão alta personalidade, é um implacável criminoso (!), com o simpático nome de «Snake» Plisken, o qual, naturalmente, se encarrega de forma satisfatória da missão. Movimentos de câmara inusitados, extrema noção cinematográfica do espaço e eficaz sentido da montagem, são as qualidades que fazem de Carpenter um magnífico artesão do género.

Domingo, 21.30, SIC

Os Três Renegados

«Cold Feet», (EUA/1989). Realização de Robert Dornhelm. Interpretação de Keith Carradine, Sally Jirkland, Tom Waits, Bill Pullman, Rip Torn, Kathleen York. Cor, 88 minutos.

História da itinerância de um vigarista e dos seus dois cúmplices por terras do Oeste.

Vagamente inspirado no western clássico, mas pensado para fazer rir, um filme apenas razoável, com um sui generis trio de intérpretes, dos quais se destaca, pela «paranóia», Tom Waits.

Domingo, 00.10, TV 2

Histórias de Gangsters

«Miller' s Crossing», (EUA/ /1990). Realização de Joel Cohen. Interpretação de Gabriel Byrne, Marcia Gay Harden, John Turturro, Albert Finney. Cor, 115 minutos.

Um dos mais fabulosos filmes negros dos últimos tempos, saído do talento dos irmãos Cohen. Um par de excelentes intérpretes, a servir uma nova visão do clássico filme de gangsters. E um intenso e violento espectáculo de construção cinematográfica com alguns imperceptíveis, mas inexcedíveis, subtis momentos, como é esse, entre tantos outros, da montagem (comandada pelo olhar) da cena com o miúdo, o cão, o gangster e o capachinho... Um festim!

Segunda, 21.30, SIC

Bom Tempo mas Tempestuoso ao Fim do Dia

«Beau Temps Mais Orageux Em Fin de Journée», (Fr./1985). Realização de Gérard Frot-Coutaz. Interpretação de Micheline Presle, Claude Pieplu, Xavier Deluc, Tonie Marshall. Cor, 85 minutos.

Trata-se de um filme simpático, em tom de comédia e de grande sensibilidade humana, que gira à volta da história de um rabujento casal de reformados que recebem a visita de um filho que lhes vem anunciar o seu próximo casamento e apresentar a futura mulher. Um filme que, sobretudo, é um festival de representação.

Segunda, 23.30, TV 2

Corrida Contra o Tempo

«7 Hours to Judgment», (EUA/1988). Realização de Beau Bridges. Interpretação de Beau Bridges, Ron Leibman, Julianne Phillips, Reggie Johnson. Cor, 89 minutos.

Um homem a quem mataram a mulher, rapta durante várias horas a própria mulher do juiz encarregado de julgar o caso para o pressionar a decidir-se por uma sentença que lhe seja favorável. História violenta de crime e vingança, nada plausível e completamente absurda, rotineiramente realizada e interpretada por Beau Bridges.

Segunda, 01.20, Canal 1

O Expresso Avalanche

«Avalanche Express», (EUA/1989). Realização de Mark Robson. Interpretação de Lee Marvin, Robert Shaw, Linda Evans, Maximilian Schell, Joe Namath, Mike Connors, Horst Buchholz. Cor, 88 minutos.

Com uma distribuição de actores típica do género, com alguns estrangeiros de exóticas pronúncias, Linda Evans a mostrar a (cirurgia) plástica, e o «ciático» Lee Marvin metido na guerra biológica - esta história, batida, de um agente da KGB a tentar escapar para o Ocidente num comboio holandês atolado numa avalanche de neve é um verdadeiro disparate tornado ainda mais confuso por uma realização desastrada, em fim de carreira.

Terça, 15.10, Canal 1

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Homens Simples	★★	–	★★
B Indochina	★★★	–	★★★
C Os Livros de Próspero	★★★★	★★★★	★★★★
D Uma Questão de Honra	★★	–	★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Hal Artley — **King Triplex/2** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — **Lisboa.**
B — Real. Régis Wargnier — **Quarteto/2** (15.00, 18.30, 22.00) — **Lisboa.**
C — Real. Peter Greenaway — **King Triplex/3** (14.15, 16.30, 19.00, 21.45) — **Lisboa.**
D — Real. Rob Reiner — **Amoreiras/10** (14.15, 16.30, 19.15, 21.45, 00.15), **Fonte Nova/1** (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — **Lisboa.**

Irmãos Inseparáveis

«Dead Ringers», (Can./ /1988). Realização de David Cronenberg. Interpretação de Jeremy Irons, Geneviève Bujold, Heidi Von Palleske, Barbara Gordon, Shirley Douglas. Cor, 115 minutos.

Dois reputados ginecologistas, irmãos gémeos, partilham a mesma clínica, o mesmo apartamento, as mesmas mulheres. Eles são radicalmente diferentes - um deles levando uma vida despreocupada e mundana, o outro interessando-se doentiamente pela investigação, até que se apaixona por um dos seus casos clínicos, uma actriz, e acaba por sucumbir à droga. Mas, não podendo viver um sem o outro, os dois irmãos vão encontrar-se unidos na própria morte. Um filme fascinante mas frequentemente à beira do choque, à boa maneira de Cronenberg, com Jeremy Irons insuperável na interpretação de ambos os papéis.

Terça, 23.10, TV 2

Rosa, Uma Mulher de Fogo

«Rambling Rose», (EUA/ /1991). Realização de Martha Coolidge. Interpretação de Laura Dern, Diane Ladd, Robert Duvall, Lukas Haas. Cor, 90 minutos.

Uma jovem de 19 anos chega à casa de uma família de sofisticados intelectuais e vai transformar por completo o quotidiano daquela família, a começar pelos mais pequenos que vão agora melhor perceber o complicado mundo dos mais crescidos. Um filme recente e desconhecido, a descobrir.

Quarta, 22.05, Canal 1

O Retrato da Senhora Yuki

«Yuki Fujin Ezu» , (Jap./ /1950). Realização de Kenji Mizoguchi. Interpretação de Michiyo Kogure, Eijiro Yanagi, Ken Uehara, Yuriko Hamada, Yoshiko Kuga. P/B, 86 minutos.

História de amores juvenis silenciados e reprimidos que vêm à memória da senhora Yuki, ao ver-se casada com um homem brutal e autoritário que abertamente a engana, acabando por suicidar-se num lago na presença de uma criada que a tudo assiste e cujo olhar puro e ingénuo tudo nos conta. Um filme do grande cineasta japonês Mizoguchi, que é um retrato irónico e impiedoso do declínio de uma família aristocrata da província.

Quarta, 00.30, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Tempo

A parte central e sul do território do continente ainda sentirá os efeitos de alguma instabilidade, com aguaceiros e mesmo com possíveis trovoadas a sul do Tejo.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel 7154565. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.30. **VAMOS SONHAR**, de Sacha Guitry, encenação de Fernanda Lapa.

CLUBE ESTEFÂNIA

Lisboa, Rua Alexandre Braga, 26. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **OS GRILOS**, encenação de Paulo Lages.

IFICT

Lisboa, Rua de Santiago, 19 (ao Miradouro de Sta. Luzia). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **A CRIAÇÃO**, de Adolfo Gutkin.

RITZ CLUB

Lisboa, Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **A CANTORA CARECA**, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. as 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTÉNS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. Às 21.30. **PARA ONDE FORAM OS PEDREIROS NA NOITE EM QUE FICOU PRONTA A MURALHA DA CHINA**, encenação de Jorge Listopad, pelo TUT- Teatro da Universidade Técnica de Lisboa *(até sábado, dia 6)*. .

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **D. QUIXOTE**, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril. Tel. 4670302. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **HAROLD E MAUDE**, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA

Viana do Castelo. **FREI LUÍS DE SOUSA**, de Almeida Garrett, encenação de José Martins, pelo Teatro do Noroeste.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3472596. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **ZERLINA**, de Hermann Broch, encenação de João Perry, com Eunice Muñoz.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Feria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **OS HOMENS**, de Miguel Esteves Cardoso, encenação de Graça Lobo.

TEATRO VILARET

Lisboa, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **O PAI TIRANO**, encenação de Carlos César, pelo Teatro de Animação de Setúbal.

Reposição

Cabaret do Prazer e da Memória

pelo

Intervalo – Grupo de Teatro

A partir de dia 5, no Palácio Ribamar - Algés

no

teatromalaposta

OLIVAL BASTO tm 2675 ODIVELAS

DESCENDENTES DE KENNEDY

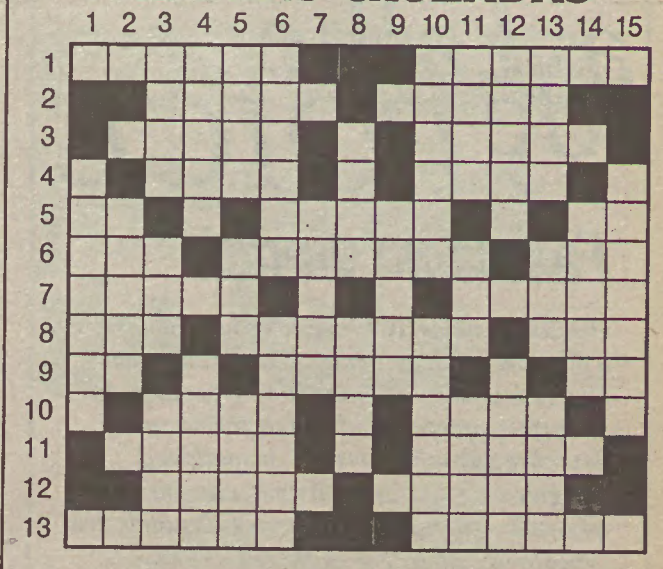
de ROBERT PATRICK

ESTREIA 4 FEVEREIRO

versão portuguesa de MANOLO SANTOS e ANABELA VENDA — encenação de RUI MENDES — figurinos de JUAN SOUTULLO — cenário de RUI MENDES — actores: ANA NAVE, JORGE SILVA, MARCANTÓNIO DEL CARLO, MARIA EMÍLIA CORREIA, MARIA JOÃO LUÍS, LUÍS ALBERTO no papel de Barman

DE TERÇA A SÁBADO: 21h30 DOMINGOS: 16h00
RUA ANGOLA - OLIVAL BASTO - TEL: 938 84 07

PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: 1 — (D. ...), rainha de Portugal, mulher de D. João II e fundadora da Santa Casa da Misericórdia; parte posterior do cavalo. 2 — Coluna; ineficazes. 3 — Proprietários; calcular. 4 — Pouco usual; rezam. 5 — Existe; cajados; decifra. 6 — Mau cheiro; vedadas; 3 romanos. 7 — Estadista russo fundador do Estado soviético; produzir. 8 — Pedra de altar; alfaias; Organização das Nações Unidas (inic.). 9 — Oferece; cantigas; Astato (s.q.). 10 — Espécie de pato; pequena enseada entre rochedos. 11 — Perfume; vaidoso. 12 — Estéril; acerta. 13 — Unira; afiar.

Verticais: 1 — Diz-se da água misturada com infusão de chá. 2 — Torna incisivo. 3 — Impugnar; nome feminino; terreno próprio para cultura. 4 — Adormecer a criança; presta culto a. 5 — Odor; abreviatura de trinitrotolueno; governador árabe. 6 — Tocava ao de leve; parreira. 7 — Fazer crescer. 8 — Semblante; depósito subterrâneo. 9 — Junta. 10 — Aquela que gosta de gulodices; o m. q. escuteiro. 11 — Modo de andar; pedido de socorro; parente por afinidade. 12 — Mordiscar; projecto. 13 — Gastam; enguia; que durou ou durará um ano. 14 — Cipó. 15 — Capital do Líbano.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Zaratustra; Zola. 2 — Salomão; pré; Al. 3 — Serão; não. 4 — Ut; más; pôr; imo. 5 — Ara; ao; tomava. 6 — Soba; in; pede; ar. 7 — Colareja; iró. 8 — Pano; al; uvas; VI. 9 — Uro; oc; ironia. 10 — Ra; mas; set; sua. 11 — Segas; mel. 12 — Cacatua; lis; io. 13 — Salamandra; orfã.

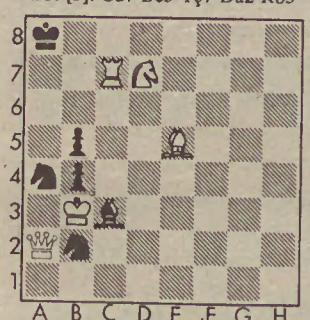
Verticais: 1 — Ruas; puro. 2 — Ás; trocara; cá. 3 — Rãs; abono; sal. 4 — Além; alô; Meca. 5 — Tórax; pagam. 6 — Umas; ira; Satã. 7 — São; anelo; Sun. 8 — Tô; pó; Cs.; a.D. 9 — Nó; pau; em. 10 — Aparte; vitela. 11 — Ró; odiar; LI. 12 — Zé; imersos; só. 13 — Ama; nua. 14 — Lá; ova; via; If. 15 — Ala; ardia; boa.

XADREZ

CCCXCVI
4 de Fevereiro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X009
Por: ADO KRAEMER
1.º Prémio Deutsche Schachzeitung, 1943

Pr: [6]: Ps. b4, b5-Cs. a4, b2-Bç3-Ra8
Br: [5]: Cd7-Bé5-Tç7-Da2-Rb3

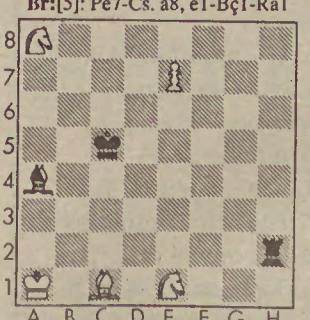


Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X010

Por: MARK SAVIELIEVICH LIBURKIN
Wetsh Moscovo, 1932

Pr: [3]: Ba4-Th2-Rç5
Br:[5]: Pé7-Cs. a8, é1-Bç1-Ra1



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCVI

N.º 1993X009 [A.K.]: 1. Bh8, B:h8; 2. Da1, Cd1; 3. D:h8++

N.º 1993X010 [M.S.L.]: 1. Ba3+, Rç4!; 2. Cb6+, Rb3; 3. C:a4, Té2; 4. Cç5+!, R:a3; 5. é8 = T! e ganham.

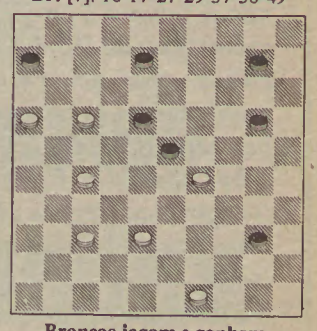
A. de M. M.

DAMAS

CCCXCVI
4 de Fevereiro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D009
Por: JEAN-FRANÇOIS FOCCROULLE
Dame à la Une n.º 44 — Bruxelas, Jan. 1993

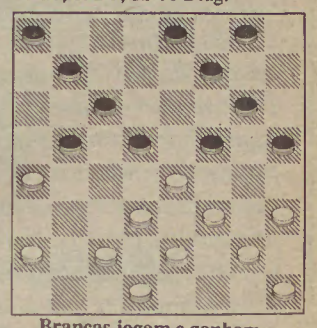
Pr: [7]: 6-8-10-18-20-23-40
Br: [7]: 16-17-27-29-37-38-49



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D010
Golpe N.º 4/93
Por: Dr. ORLANDO AUGUSTO LOPES, Lisboa, 2.XII.1954

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 27-23; 4. 12-16, 21-17; 5. 11-14, 25-21; 6. 7-11, 24-20; 7. 4-7, 31-28; 8. 2-5, 22-18 Diag.



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCVI

N.º 1993D009 [J.-F.F.]: 1. 16-11 (23X34); 2. 27-22 (18X27); 3. 49-44, (40X49=D); 4. 17-12 (49X46); 5. 12X3=3, (6X17); 6. 3X5+

Se: 4. ...; (49X41): 5. 12X3=D, (6X17); 6. 3X46+

N.º 1993D010 [Dr. O.A.L.]: 9. 10-13, 19-10; 10. 5-14, 17-10; 11. 6-22; 12. 3-6, 10-3; 13. 11-14, 3-12; 14. 8-31 G.

A. de M. M.

a talhe de FOICE

Fascismo vírgula

O acaso tem destas coisas. Perde uma pessoa o fôlego a escrever um texto inteirinho sem uma única vírgula e quando vê o produto do seu esforço passado a letra de forma, zás!, descobre que mão invisível, insondáveis desígnios, semearam não uma, não duas, não três, mas uma infinidade de vírgulas onde era suposto não aparecer nenhuma.

O caso, sendo grave - veja-se a polémica da secreta vírgula do não menos secreto decreto que mão acima de todas secreta terá colocado, ultrapassada agora pela animada controvérsia em torno de Casablanca em versão de tinturaria, a demonstrar que no cerne da questão está o eterno confronto entre negócio e direitos de autor, a cor do dinheiro e o respeito pela obra, embora nem sempre a modéstia e a prudência deixe revelar os autores de grandes negociatas - o caso, dizia, teve o mérito de demonstrar que quando menos se espera é que elas acontecem, que ninguém de bom senso se dá ao luxo de afirmar desta água não beberei, que vírgulas há-as para todos os gostos e contragostos e se nem todos têm as vírgulas que merecem legítimo é admitir que há sempre uma vírgula desconhecida à nossa espera.

Que o digam os defensores do Estado Novo e os saudosistas de Salazar, há dias contemplados com uma vírgula de todo o tamanho, em animado debate sobre a vida e obra de Salazar. Do alto da sua cátedra, um orador fez saber que fascismo (vírgula) não houve em Portugal, já que o salazarismo não foi um fascismo, pois numa óptica cientista o consulado de Oliveira Salazar só poderá ser designado como um 'autoritarismo conservador', o cujo surgiu como resposta à crise do liberalismo, tentando ajustar o manifesto divórcio entre a sociedade civil e o Estado. Prova provada da tese em epígrafe é que Salazar era um homem de Direito a quem custava que o Direito emanasse do Estado e não se poupou a esforços para que o Estado se submetesse ao Direito. O 'autoritarismo conservador' também não foi um totalitarismo, pois, segundo a mesma cátedra pensante, Salazar não permitiu a subordinação do Estado ao partido e o seu 'pragmático' regime esteve muito longe do 'romantismo político alemão' dos tempos de Hitler.

É sabido que os conceitos são como as vírgulas, cada um usa os que quer, pode ou sabe. E que certas discussões só não são como a do sexo dos anjos porque muito terrenas realidades o não permitem. Como no caso vertente. Prisões, perseguições, assassinatos, torturas, delitos de opinião, censura, opressão, repressão, guerra, marcaram meio século da nossa História com páginas de sangue do povo português.

Pode mudar-se-lhe o nome. Pode calar-se o número de vítimas. Pode deixar-se que a patine do tempo e as lavagens ao cérebro façam esconder o passado das gerações presentes e futuras. Nada disso poderá refazer a História e alterar a sua dramática realidade. E há realidades que justificam bem o nome que lhes foi dado. Como o fascismo, em Portugal. Será pouco científico? Paciência. Resta-nos a certeza de saber que até mesmo os catedráticos juízos acabarão submersos pelo clamor da Humanidade: Fascismo (vírgula) nunca mais!

■ **AF**

Personalidades apelam a Butros Ghali

Pelo diálogo nos Balcãs contra qualquer ingerência

Vai ser amanhã entregue na delegação das Nações Unidas em Lisboa um apelo, dirigido ao secretário-geral da ONU e subscrito por centenas de personalidades da vida política, social e cultural, para que Butros Ghali «actue persistentemente» no sentido de «prosseguir e reforçar os esforços de toda a comunidade internacional pela via do diálogo e da negociação, na busca de soluções consensuais» para a situação na Bósnia-Herzegovina e nos territórios da ex-Jugoslávia, bem como em toda a região balcânica e da Europa Oriental. Os subscritores do documento «rejeitam qualquer intervenção militar estrangeira» na área, «quer unilateral, quer multilateral, mesmo com o aval de qualquer instituição internacional, incluindo a ONU».

Reclamando «o boicote total e rigoroso ao fornecimento estrangeiro de armas e munições a qualquer das partes em luta ou em potencial conflito», os autores do apelo pronunciam-se «por medidas apropriadas de ajuda humanitária a todas as populações atingidas, sem discriminação, e o fim de sanções unilaterais a qualquer das partes envolvidas» e «solidarizam-se com todos os que dizem não à guerra e à discriminação étnica e intolerância nacional, e sim ao diálogo, ao respeito pelos direitos do homem e das minorias, à amizade e cooperação pacífica entre os povos.

Deputados, autarcas, sindicalistas, dirigentes associativos, intelectuais e quadros de diversas áreas encabeçaram a lista de subscritores do apelo, onde surgem, entre muitos outros, os nomes de Alice Vieira (escritora), Álvaro Salazar (maestro e compositor), Américo Nunes (dirigente da CGTP-IN), André Machado Jorge (jurista), André Martins (deputado e dirigente de «Os Verdes»), António Arnaut (advogado), António Avelãs Nunes (professor universitário), António Borges Coelho (professor universitário), António Vitorino de Almeida (maestro), Baptista Bastos (escritor e jornalista), Blasco Hugo Fernandes (engenheiro, presidente da «Intervenção Democrática»), Daniel Branco (presidente da CM de Vila Franca de Xira e da Junta Metropolitana de Lisboa), João Amaral (deputado e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa), José Cardoso Pires (escritor), Manuel Brotas (dirigente da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa), Manuel Carvalho da Silva (coordenador da CGTP-IN), Manuel da Fonseca (escritor), Manuel Mata Cáceres (presidente da CM de Setúbal), Óscar Lopes (professor universitário), Teresa Villaverde (cineasta) e Vítor Sá (professor universitário).

Pecuária recusa PEC

Centenas de produtores e comerciantes de carne de praticamente todo o País e representantes das mais importantes associações do sector manifestaram no passado domingo, em Lisboa, a sua oposição ao sistema de empresas PEC constituídas pelo Governo na sequência da reconversão dos matadouros tutelados pelo IROMA.

Na iniciativa, informa um telegrama da Lusa, participaram representantes das associações de Comerciantes de carnes de Lisboa, Porto, Santarém, Leiria e Braga, das associações dos Grossistas, das Indústrias e dos Fabricantes, e da Confederação Nacional da Agricultura. Esteve ainda presente o deputado, do PCP, Lino de Carvalho.

Para a generalidade dos participantes no encontro, refere o relato da agência, não é aceitável a constituição de uma PEC (sigla das empresas Produtos Pecuários e Alimentação, SA) coordenadora, que seria a *holding* estatal, e quatro PECs que são chamadas de trabalhadoras.

João Vieira, que interveio em nome da CNA, fez questão de sublinhar que «em circunstância alguma» será de admitir nestas empresas «uma participação maioritária, ou com peso decisivo na gestão, de grandes grupos económicos ligados ao abastecimento, transformação ou comercialização de carne». «Não estamos dispostos a ver essas empresas transformadas em entrepostos de carne importada que a Europa do Norte produz em excesso», afirmou.

Batata do Nordeste encerra fronteira

Mais de mil produtores de batata do Nordeste transmontano estiveram ontem concentrados em Chaves, acompanhados de máquinas e alfaias agrícolas, a que se seguiria um bloqueio do posto fronteiriço de Vila Verde da Raia durante quatro horas.

A Comissão de Lavradores de Chaves divulgou anteontem um comunicado em que, como refere a agência Lusa, justifica esta acção pelo facto de o Governo não ter respondido ao pedido dos produtores para que fossem adoptadas medidas eficazes para escoar a produção.

Para a Comissão de Lavradores, a situação é «dramática», há «um imenso volume de batatas ainda em casa» e o Ministério da Agricultura tem mecanismos legais que podem contribuir para o escoamento.

A Confederação Nacional da Agricultura manifestou o seu apoio a esta acção dos produtores de Chaves e Alto Tâmega, salientando o contraste entre as «mais de 10 mil toneladas que a escassa procura não paga a mais de 10 ou 12 escudos o quilo» e a importação de batata da vizinha Galiza, «cujo governo regional está a pagar um subsídio de intervenção» à produção e aos armazenistas. «Nestas condições e perante os altos custos dos factores de produção no nosso país, os produtores nacionais não têm possibilidades de competir», protesta a CNA.

Morte de Augusto Cabrita

Morreu Augusto Cabrita, democrata consequente, cidadão exemplar, figura destacada da nossa cultura, artista da imagem dos maiores da nossa época.

Na sua obra avulta como traço especialmente distintivo a preocupação de fixar a vida do nosso povo, nomeadamente da população laboriosa.

A "Festa do Avante!" prestou homenagem a esta obra invulgar com uma exposição, em 1991, que Augusto Cabrita acompanhou atenta e carinhosamente.

A morte de Augusto Cabrita, aos 68 anos, deixa um grande vazio na nossa vida artística e cultural.

O PCP fez-se representar na cerimónia fúnebre, no cemitério de Vila Chã, em que participaram centenas de pessoas, através dos camaradas Domingos Abrantes, Dias Lourenço e Helder Madeira.

O "Avante!" manifesta o maior pesar e solidariedade à viúva, filhos e demais família de Augusto Cabrita.

Estalinegrado foi há 50 anos

No dia 31 de Janeiro de 1943 capitulava perante o exército soviético o general alemão Paulus, que comandava as tropas alemãs que cercavam Estalinegrado desde Julho de 1942 e que em vão tentavam tomar a cidade.

Depois de intensos combates e violentos bombardeamentos, os invasores entraram a 13 de Setembro na cidade, onde a resistência continuou, defendendo literalmente cada edifício. A 19 de Novembro, o exército vermelho inicia o contra-ataque na frente Sudoeste e, no dia seguinte, na frente de Estalinegrado. As 22 divisões alemãs ficaram cercadas e os soldados do general Manstein não conseguem passar o 2º Exército, de Malinovski. A 8 de Janeiro, os soviéticos propõem pela primeira vez que as tropas nazis cercadas se rendam. Ao reconhecimento da derrota já evidente opõe-se Hitler e só a morte de dezenas e dezenas de milhares de alemães obriga os nazis a capitular.

A vitória do povo soviético em Estalinegrado ficou a marcar o início da queda do império nazi e da libertação da Europa.